



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Ciências Sociais

Apoena Dias Mano

**Dispositivos de Mobilidade: Estética, precariedade e legibilidade no marco
de dez anos da ‘favela modelo’**

Rio de Janeiro

2020

Apoena Dias Mano

Dispositivos de Mobilidade: Estética, precariedade e legibilidade no marco de dez anos da ‘favela modelo’



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Marcia da Silva Pereira Leite

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Palloma Valle Menezes

Rio de Janeiro

2020

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/A

M285 Mano, Apoena Dias.
Dispositivos de Mobilidade: Estética, precariedade e legibilidade no marco de dez anos da 'favela modelo' / Apoena Dias Mano. – 2020.
167 f.

Orientadora: Marcia da Silva Pereira Leite.
Coorientadora: Palloma Valle Menezes.
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Sociais.

1. Violência urbana - Rio de Janeiro (RJ) - Teses. 2. Favelas - Rio de Janeiro (RJ) - Teses. 3. Santa Marta (Rio de Janeiro, RJ) - Teses. 4. Unidades de polícia pacificadora - Rio de Janeiro (RJ) - Teses. I. Leite, Marcia da Silva Pereira. II. Menezes, Palloma Valle. III. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Sociais. IV. Título.

CDU 343.97(815.3)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Apoena Dias Mano

Dispositivos de Mobilidade: Estética, precariedade e legibilidade no marco de dez anos da ‘favela modelo’

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 17 de janeiro de 2020.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Marcia da Silva Pereira Leite (Orientadora)
Instituto de Ciências Sociais – UERJ

Prof.^a Dr.^a Palloma Valle Menezes (Coorientadora)
Universidade Federal Fluminense

Prof.^a Dr.^a Lia de Mattos Rocha
Instituto de Ciências Sociais – UERJ

Prof.^a Dr.^a Carly Barboza Machado
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2020

AGRADECIMENTOS

São diversos os atravessamentos e interações que constituem os afetos e influências em torno de um processo de mestrado e da elaboração dos argumentos de uma dissertação. Assim, nestes agradecimentos vou me referir àqueles que fizeram parte direta da constituição e escrita propriamente dita deste trabalho.

Em destaque inicial, informo que esta pesquisa de mestrado foi financiada pela Capes e, posteriormente, pela Faperj - no âmbito do programa Mestrado Nota 10. Reconheço o valor destas possibilidades de financiamento e aproveito para registrar minha angústia por acompanhar os graduais cortes em incentivos a pesquisas e pesquisadores. Neste mesmo sentido, expresso e reconheço a importância de uma instituição como a Uerj. Em tempos de desvalorização institucional da educação pública - e tantas graves questões -, sinto ainda mais orgulho por ter escolhido participar de um lugar que incomoda tanto por sua força e resistência.

Fico imensamente feliz e satisfeito pelo próximo contato e interlocução com incríveis educadoras ao longo de minha trajetória. Marcia Leite, agradeço pelo acolhimento ao campo da Sociologia Urbana e pela imensa generosidade e sensibilidade em relação às imensas contribuições ao desenvolvimento de minha trajetória. Palloma Menezes, agradeço pela confiança em ter aceitado iniciar nossa parceria e por um desenvolvimento em conjunto que vem dando tão certo – expresso em conquistas tão importantes em um próximo intervalo no fim de 2019. Bianca Freire-Medeiros, agradeço pela receptividade em cursos e eventos na USP e aproveito para expressar a realização de um sonho pela relação de orientação que teremos ao longo do período de doutorado. Carly Machado, agradeço pelas contribuições tão interessantes e sensíveis e também pela harmoniosa integração em uma banca marcada por tantas histórias e afetos.

Aproveito para estender estes agradecimentos sobre incríveis professoras e educadoras à Veronica Mayer: tanto em representação ao curso de Graduação e Pós-Graduação em Turismo da Universidade Federal Fluminense, quanto pela imensa inspiração em um processo de orientação que, felizmente, permanece por meio de diversas oportunidades de continuidades e reverberações.

Agradeço conjuntamente aos moradores do Santa Marta, às instituições e coletivos pelos diálogos estabelecidos desde 2015. Para além de Grupo ECO, Brazilidade, Coletivo de Guias de Turismo e Associação de Moradores, agradeço individualmente a Thiago Firmino. Expresso

que saberes legitimados pelo campo acadêmico certamente não são mais importantes do que conhecimentos adquiridos em trajetórias marcadas por diferentes origens e atravessamentos. Espero ter sido o mais respeitoso possível durante as interlocuções e também na própria escrita deste trabalho.

Ao corpo discente da Pós-Graduação em Ciências Sociais da Uerj - principalmente na figura dos professores que ofereceram os cursos que integrei: Helena Bomeny, Sandra Carneiro, Marcia Contins, Patrícia Birman, Luiz Antônio Machado da Silva, Myrian Sepúlveda – e colegas destas turmas. Em especial, agradeço às professoras/alunas do programa de Pós-Doutorado pela sensibilidade durante estágios docentes e oficinas de escrita: Patricia Lânes, Lilitiana Sanjurjo, deixo aqui meus votos para uma incrível trajetória acadêmica a vocês.

Ao corpo discente da Especialização em Sociologia Urbana da Uerj, na figura dos professores da turma de 2017: Lia de Mattos Rocha, Rosane Prado, Antônio Edmilson, Alexandre Magalhães e Annelise Guterres.

À secretaria do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Uerj, na figura dos competentes servidores Wagner e Rafael e também à secretaria da Especialização em Sociologia Urbana, na figura de Fernando.

Aos professores e comentadores de eventos acadêmicos pelas diversas oportunidades de discussão e construção dos argumentos que compõem esta dissertação: Mariana Cavalcanti, Marcella Araújo Silva, Adriana Fernandes, Monique Carvalho, Edson Farias, Heitor Frúgoli Jr., Maria Helena da Costa e Laura Graziela Gomes.

Em agradecimentos relacionados a afetos do campo pessoal: Pedro Zaidhaft, muito obrigado mesmo pelo acolhimento entre tantas idas e vindas entre Rio e São Paulo. Flávio Andrew, Laís Toledo, Luciana Lima e Amanda Rastrelli, agradeço pelos diferentes momentos e temporalidades onde pudemos compartilhar as intensidades de mergulhos na vida acadêmica, principalmente em uma conjuntura tão complexa.

Andrea Florence, te agradeço muito por todo o companheirismo e carinho, com votos de que sigamos construindo uma relação estabelecida por tanto cuidado, alegrias e amor.

Por fim, agradeço e ofereço todo o significado e simbolismo deste trabalho, em suas múltiplas dimensões e interpretações, a meu irmão Raoni, minha mãe Sandra e também à memória de meu pai João.

*Marielle Franco
mulher negra bissexual
nascida na favela da maré
eleita para a câmara municipal
assassinada em março de 2018
por memória, justiça e luta
que o enredo seja ressoante:
brasil, chegou a vez
de ouvir as marias, mahins, marielles, malês*

RESUMO

MANO, Apoena Dias. *Dispositivos de Mobilidade: Estética, precariedade e legibilidade no marco de dez anos da ‘favela modelo’*. 2020. 167 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

Esta dissertação apresenta etnograficamente interações sociais e dinâmicas urbanas na favela Santa Marta/RJ entre os anos 2015 e 2018. No marco temporal de dez anos após seu início, são debatidas percepções locais sobre o esgotamento do projeto de “pacificação” no campo da Segurança Pública a partir da favela reconhecida em narrativas midiáticas e institucionais como “favela modelo” das Unidades de Polícia Pacificadora. O aporte teórico principal é um cruzamento entre a “virada das mobilidades” e o instrumental analítico de Foucault - em continuidades teóricas através dos conceitos de necropolítica e margens do Estado. A noção de *dispositivos de mobilidade* caracteriza um cruzamento heterogêneo entre fluxos e pontos de apoio constitutivos da vida social que simultaneamente produzem e expressam condições sociopolíticas e dimensões significativas determinadas em torno de assimetrias de poder e (i)mobilidades relacionais. Neste sentido, a construção deste trabalho é motivada em torno de uma pergunta central: “Quais as possibilidades de se definir interrupções, permanências e continuidades relacionados à “pacificação” da favela Santa Marta a partir de uma observação analítica entre dispositivos de mobilidade?” O argumento principal é que o desenvolvimento de noções de dispositivos estéticos, de precariedade e de legibilidade podem ser eixos analíticos que, quando aplicados a determinadas realidades sociais, funcionam como chaves analíticas para compreender relações entre fluxos urbanos e a manutenção da ordem social e simbólica do território. Para a realização desta investigação amostral de cunho sócio-etnográfico e multi-situada, foram utilizados recursos metodológicos “móveis” em associação com técnicas e procedimentos convencionais. Entre eles, a análise comparativa de material promocional, informativo e midiático relacionado ao objeto da pesquisa e a observação móvel de sujeitos locais no território selecionado.

Palavras-chave: violência urbana; pacificação; mobilidades; favela; Rio de Janeiro.

ABSTRACT

MANO, Apoena Dias. *Mobility Dispositifs: Aesthetic, precariousness and legibility at the ten years landmark of the 'model favela'*. 2020. 167 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

This dissertation ethnographically presents social interactions and urban dynamics in favela Santa Marta/RJ between years 2015 and 2018. Within ten years after its beginning, local perceptions about the finishing of the “pacification” project in the field of Public Security are debated from the favela recognized in media and institutional narratives as the “model favela” of the Pacifying Police Units. The main theoretical support is a cross between the “mobilities turn” and Foucault's analytical instruments - in theoretical continuities through the concepts of necropolitics and the margins of the State. The notion of *mobility devices* characterizes a heterogeneous intersection between flows and points of support constituting social life that simultaneously produce and express socio-political conditions and significant dimensions determined around asymmetries of power and relational (i)mobility. In this sense, the construction of this work is motivated around a central question: "What are the possibilities of defining interruptions, permanencies and continuities related to the " pacification" of favela Santa Marta based on an analytical observation between mobility devices?" The main argument is that the development of notions of aesthetic, precariousness and legibility devices can be analytical axes that, when applied to certain social realities, function as analytical keys to understand relationships between urban flows and the maintenance of the social and symbolic order of a given territory. To conduct this socio-ethnographic and multi-situated investigation, “mobile” methodological resources were used in association with conventional techniques and procedures. Among them, the comparative analysis of promotional, informative and media material related to the object of the research and the mobile observation of local subjects in the selected territory.

Keywords: urban violence; pacification; mobilities; favela; Rio de Janeiro.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Thiago Firmino em depoimento a repórter do RJTV.....	12
Figura 2: Turistas junto à estátua de Michael Jackson	34
Figura 3: Fuzil colocado na estátua de Michael Jackson	35
Figura 4: Capas da revista americana The Economist.....	47
Figura 5: Grafite pintado no muro da UPP Santa Marta	51
Figura 6: Gustavo Kuerten posando para fotos da campanha “Tudo de cor para você” 66	
Figura 7: Intervenções na estátua de Michael Jackson.....	68
Figura 8: Parte da construção interrompida do conjunto habitacional	77
Figura 9: Bonde do plano inclinado parado na estação fechada.....	80
Figura 10: Cartazes com denúncias sobre serviços públicos na favela.	85
Figura 11: Moradores reunidos na Praça Corumbá durante manifestação	91
Figura 12: Moradores agrupados em torno de utensílios durante manifestação	93
Figura 13: Artista Ique realizando conserto na estátua.....	108
Figura 14: Reunião de moradores do Santa Marta com representantes da UPP.	115
Figura 15: Imagem de divulgação de manifestação	122
Figura 16: Criança soltando pipa perto de turistas na laje Michael Jackson.....	135
Figura 17: Registro de agentes da Polícia Militar na laje de uma casa	141
Figura 18: Publicação no Instagram de MC Mirella no dia 04 de Abril de 2019	145
Figura 19: Imagem recortada do videoclipe “Cria de Favela”	148

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BOPE	Batalhão de Operações Especiais
BRICS	Brazil, Russia, India, China & South Africa
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
COI	Comitê Olímpico Internacional
DPO	Destacamento do Policiamento Ostensivo
FIFA	Fédération Internationale de Football Association
GPAAE	Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
PMERJ/PM	Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro
PNM	Paradigma das Novas Mobilidades
PPC	Posto de Policiamento Comunitário
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SMH	Secretaria Municipal de Habitação
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 - ESTÉTICA DA PACIFICAÇÃO	31
1 BIOGRAFIA DA MERCANTILIZAÇÃO TURÍSTICA DA FAVELA: ESTÁTUA DE MICHAEL JACKSON	33
1.1 Michael Jackson visita a favela carioca	36
1.2 Representatividade global da Laje Michael Jackson	38
1.3 Enquadrando Michael Jackson e um fuzil	41
1.4 Tiroteio na laje turística	44
1.5 Vida social de estátuas	46
2 INCLUSÃO PRODUTIVA E TEMPORALIDADES SOBREPOSTAS: GRAFITE NO MURO DA UPP	49
2.1 Temporalidades no muro grafitado	50
2.2 Marcas do passado, cores do presente	54
2.3 “Virar empresa” na favela “pacificada”	57
2.4 Expectativas frustradas	60
2.5 Cores do passado, marcas do presente	63
CAPÍTULO 2 – PRECARIEDADE COMO “LEGADO”	69
1 INCERTEZAS E SUSPENSÃO: INFRAESTRUTURA URBANA	71
1.1 Da ladeira ao pico	73
1.2 As obras interrompidas do Conjunto Habitacional	76
1.3 Interrupções e a distribuição de eletricidade	79
1.4 Maquiagem, esculachos e incompletude	84
1.5 Guerra infraestrutural	86
2 RECONHECIMENTOS EM TORNO DA MORTE: STAND DE TURISMO88	88
2.1 Morro de medo	89
2.2 Guarda-chuva, mochila e furadeira	92
2.3 Esperanza interrompida	96
2.4 “A gente sabe que se acontecer alguma coisa aqui, acabou”	99
2.5 Guerra de ideias	102
CAPÍTULO 3 - LEGIBILIDADES EM DISPUTA	109

1	MONITORAMENTOS E ATUAÇÕES POLÍTICAS: GRUPO SANTA MARTA	
	ALERTA	111
1.1	Conquista de uma reunião com a Polícia Militar	113
1.2	Pedir ajuda	117
1.3	Fazer pressão	119
1.4	Monitoramentos por direitos	123
1.5	Paradigma das Novas Políticas na Favela	126
2	VIGILÂNCIA SOBRE VIDAS MILITARIZADAS: DRONES	130
2.1	Rotinas interrompidas	132
2.2	Céu de linhas, curvas e fios	134
2.3	“A guerra do Rio chegou aos céus”	138
2.4	Atmosfera de asfixia	141
2.5	Cria de favela	144
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	149
	REFERÊNCIAS	158

INTRODUÇÃO

Apresentação

Em uma sequência de reportagens veiculadas no RJTV nos dias 18 e 19 de dezembro de 2018, o principal noticiário local da Rede Globo de televisão apresentou complexas dinâmicas urbanas em torno da data de cumprimento de 10 anos das Unidades de Polícia Pacificadora - UPP. O enfoque era apresentar o cotidiano da “primeira favela a ter UPP e o exemplo mais duradouro de pacificação”¹. Introduzindo a primeira reportagem, a âncora do telejornal contextualiza dados de Letalidade Violenta divulgados pelo Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro para indicar a “prova” de que “o modelo de policiamento que prometia devolver a paz aos cariocas acumulou bons índices”².

Figura 1: Thiago Firmino em depoimento a repórter do RJTV



Fonte: RJTV

No início da reportagem, imagens sombreadas de policiais realizando incursões em favelas enquanto pessoas fogem ao som de sirenes são exibidas e acompanhadas por uma voz de narração remetente ao passado: “o Santa Marta sempre foi uma comunidade, uma favela, emblemática. Era, sem dúvida nenhuma, um lugar que era dominado pelo crime organizado”. Em seguida, imagens coloridas destacam um repórter caminhando pelas ruas da favela com um morador, enquanto é relatado um emblemático acontecimento do histórico da favela: “Em 96 a

¹ RJTV – Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7242609/programa/?fbclid=IwAR30Mef349-xKuuNa3ya27Si4oGWu83jLrMOPTflopSkvBYd4u0Jef8JN-Q>

² Histórico apresentado da taxa de letalidade violenta por 100mil habitantes: 2008: 45,6; 2009: 44,9; 2010: 36,4; 2011: 30,8; 2012: 28,7; 2013: 32,7; 2014: 34,7; 2015: 30,3; 2016: 37,6; 2017: 40. Fonte: ISP

gente teve a chegada do Michael Jackson, né?”. Em seguida à exibição de imagens do artista estadunidense gravando cenas em uma laje da favela, é apresentado o projeto das Unidades de Polícia Pacificadora. Inaugurada em 19 de dezembro de 2008, a alta (des)proporção territorial de policiais foi apresentada pelo âncora como uma proposta de solução definitiva, porque “mais de 100 policiais vão servir no local para garantir a segurança dos moradores da comunidade”. Novamente, a mesma voz de narração que apresentava a favela comenta que “durante muito tempo, a UPP do Santa Marta foi aquela que representou o sucesso do projeto de pacificação”. Em seguida, trechos de entrevistas com José Mário, presidente da Associação de Moradores, e Major Rocha, ex-comandante da UPP Santa Marta, destacam as “vidas que foram salvas” e os benefícios sociais em torno dos 7 anos em que não houveram tiroteios na favela – de 2008 a 2015.

Em uma repentina pausa na trilha sonora, indicativa de uma mudança na narrativa, têm início o relato de um morador não identificado e em foco de câmera aproximado, indicando sua frustração com o projeto, porque “hoje ficou assim um descaso e tá tudo pela metade” e “toda aquela vontade de acreditar [no projeto] ficou pela metade”. Na próxima imagem, grandes letras aparecem em destaque entre folhas de uma árvore numa imagem da vista da favela para a Lagoa Rodrigo de Freitas envolvida pelos prédios da cidade: “Queda de 80% no número turismo”. Marco, identificado como guia de turismo, é acompanhado pelo repórter enquanto desce as escadas dando sua opinião sobre a queda nos negócios: “[a queda] de 80% nessa temporada é devido ao aumento da violência e falta de respeito com os cidadãos”. Em sequência, um relato que é suficiente para sintetizar o teor dos 11 minutos de toda a reportagem. Thiago Firmina resumia sua percepção sobre a temporalidade recente enquanto imagens de precariedade registradas na favela representavam as palavras de seu discurso:

“10 anos de UPP. A gente hoje não tem: água direito; luz acaba sempre; saneamento básico e esgoto não tem; a casa para as famílias, que era pra ser entregue, não tem; o bondinho tá sucateado. Quer dizer: cadê as políticas públicas? Só veio polícia. Até hoje, o restante das promessas, a gente se arrasta e não foram cumpridas” (Relato de Thiago Firmino – 18/12/2018).

Tive a oportunidade de estar na favela Santa Marta e acompanhar a equipe da gravação desta reportagem durante os dois dias de produção na favela. Pela construção de uma relação de 4 anos de proximidade com Thiago Firmino - morador, empreendedor e guia de turismo que, por adquirir importante legitimidade como liderança na favela, estava facilitando a circulação dos jornalistas -, pude dialogar com o repórter Chico Regueira e entender as decisões relacionadas à narrativa que seria veiculada naquela produção midiática. Para além de destacar

que tiroteios tinham voltado a ocorrer na favela, a intenção era mostrar “as promessas que não foram cumpridas” pelo projeto de “pacificação”³. Entre elas, os problemas de urbanização, infraestrutura de serviços básicos e a queda nos negócios da favela - além da própria sensação constante de risco pela interrupção de rotina em tiroteios e operações policiais. Analisando o teor da reportagem exibida, é possível argumentar que há destaques às falas de moradores indicando insatisfações com a promoção da ordem em detrimento do exercício de cidadania e direitos básicos na favela.

Em um aprofundamento desta descrição, pode ser interessante salientar a importância de Thiago Firmino para a possibilidade da produção da reportagem. Reconhecido por uma trajetória onde está “sempre atento ao que tá rolando” - como o mesmo menciona -, Firmino têm um histórico profissional bastante diversificado: além de guia de turismo, já foi dançarino, DJ, produtor cultural negócios sociais na favela e de festas para turistas e celebridades em sua laje. Quando fala sobre si, reconhece que sempre buscou estar “atento ao que acontece na favela”. Durante o desenvolvimento das UPPs, se tornou um destacado empreendedor de turismo, acessando feiras internacionais de negócios, grandes operadoras de pacotes turísticos e até mesmo o serviço de recomendações do Copacabana Palace. Quando fui indicado a conhecê-lo, ainda em 2015, ele me foi apresentado como “o guia que mais transita com pessoas pela favela” – porque era entusiasta das possibilidades e oportunidades prometidas no início da “pacificação”. Com passar dos meses e o surgimento de relatos e críticas relacionadas à presença policial, Firmino se tornou uma das principais vozes a repercutir denúncias ao projeto. Em 2016, passou a integrar a equipe do “Parceiros do RJ”, um projeto da Rede Globo onde jovens de regiões periféricas da cidade são convidados a contar “com a sua própria linguagem as histórias de suas comunidades”⁴. No mesmo período, foi convidado para ser um condutor no revezamento da tocha olímpica pela cidade. Durante os anos de 2018 e 2019, Firmino permanece trabalhando como empreendedor e guia de turismo. Em meses onde a “situação fica mais difícil”, como ele indica, complementa sua renda prestando serviços de transporte pelo aplicativo Uber. Em associação à prática profissional de circular com turistas pela favela, é também um dos principais intermediários de agentes supralocais e ações de engajamento político na favela – e daí vem sua identificação na reportagem como “articulador comunitário”.

³ Os termos “pacificação”, “pacificado” e “pacificar” são utilizados entre aspas por concordância à construção e problematização do referido objeto desta pesquisa.

⁴ Disponível em: <http://memoriaglobo.globo.com/programas/jornalismo/telejornais/rjtv/parceiro-do-rj.htm>

Durante as gravações, a presença de Thiago Firmino era um importante facilitador diante de diversas situações. A chegada de um grupo de 5 pessoas “estranhas” à favela Santa Marta, munidas com grandes câmeras, microfones e olhares atentos poderia causar desconfortos - seja pela confusão com um grupo de turistas curiosos, ou jornalistas tentando produzir narrativas sensacionalistas em relação à percepção dos moradores da favela sobre o cotidiano. Entretanto, a percepção de que Thiago estava acompanhando o grupo transmitia segurança para o compartilhamento de relatos de moradores sobre os “esculachos” na favela e pela confiança de que suas denúncias não seriam distorcidas na edição final. Como exemplo de um momento bastante crítico, estávamos caminhando pela região conhecida como “pico” da favela quando Thiago, que caminhava mais à frente, parou por alguns instantes e pediu para voltarmos alguns metros de distância. Após cerca de 5 minutos de espera, fomos comunicados sobre o que estava acontecendo. Algumas pessoas do tráfico de drogas estavam no local adiante e ficaram nervosos com as câmeras. Após pedir desculpas, esclarecer a situação de desconfianças e destacar a necessidade da veiculação de críticas ao governo através da mídia, Thiago retornou com uma mensagem que destacava a importância de sua presença: “ainda bem que estou aqui com vocês, viu? Agora tá tudo tranquilo, porque eles sabem que vocês estão comigo”.

O objeto deste trabalho é o esgotamento do programa de governo da “pacificação” durante o marco de dez anos das UPPs na primeira favela a receber o projeto. Argumento que mapear dispositivos de mobilidade em torno de estéticas, precariedades e legibilidades no cotidiano da favela pode ser uma abertura significativa para analisar as permanências e reconfigurações em jogos de poderes no território.

Esta dissertação é formulada ao redor de três categorias complementares em descrições analíticas: 1) a estética política que a favela Santa Marta possui enquanto componente de um projeto de cidade e dos efeitos de expectativa e frustração em seus moradores; 2) a percepção de precariedade em torno do esgotamento da “pacificação”; 3) as necessidades de legibilidade para circulação pela favela tendo mobilidades como uma forma de poder a ser exercida a partir desta capacidade de leitura do ambiente. Nas próximas seções após esta apresentação, serão apresentados eixos complementares para a introdução deste trabalho: a trajetória da pesquisa; o referencial teórico fundamental em torno das noções *mobilidade* e *dispositivo*; os materiais de pesquisa e decisões metodológicas; e um breve roteiro dos capítulos.

Trajatória da pesquisa

Motivado pelo incômodo referente à repercussão de opiniões consensuais que, tanto na mídia quanto no ambiente acadêmico, reduzem a discussão sobre o Turismo em Favelas a

posicionamentos favoráveis ou contrários, no ano de 2015 tomei a decisão de participar de alguns *favela tours* com a intenção de produzir uma pesquisa empírica que avaliasse a forma como aconteciam os roteiros turísticos por favelas. Percebendo contradições entre um *Jeep Tour* pela favela da Rocinha e roteiros de Turismo de Base Comunitária pela favela Santa Marta, desenvolvi hipóteses que dariam fôlego para a produção de minha monografia de bacharelado em turismo. Busquei apoio analítico principalmente ao redor do que foi chamado de “pobreza turística”: “aspectos selecionados e idealizados da pobreza, associados a territórios específicos, transformados em mercadorias turísticas com um valor monetário acordado entre promotores e consumidores no mercado turístico” (FREIRE- MEDEIROS, 2013, p. 1).

Ainda que o cenário e o “produto turístico” consumidos pudessem ser semelhantes (FREIRE-MEDEIROS; VILAROUCA; MENEZES, 2016), desenvolvi a hipótese de que diferentes produções discursivas e representativas emergiam a partir dos diferentes intermediários dos roteiros turísticos - a empresa ou o guia de turismo. A partir deste argumento, produzi uma investigação exploratória quanti-qualitativa⁵ e comparativa entre motivações e percepções de visitantes e moradores da favela Santa Marta – a “favela modelo” do processo de “pacificação”. Tendo o Turismo de Base Comunitária em ambiente urbano como referencial da pesquisa, o interesse pela favela Santa Marta ocorreu em função do *Rio Top Tour* - projeto público-privado desenvolvido na favela entre os anos 2010 e 2012. Nas considerações finais, pude argumentar que a participação ativa de moradores locais poderia modificar o perfil do turismo, produzindo experiências relacionadas à desconstrução de estereótipos vinculados às favelas e à obtenção de impactos socioeconômicos e culturais mais positivos e significativos em comparação às formas mais tradicionais de turismo (MANO; MAYER; FRATUCCI, 2017).

Em ocasião da realização da pesquisa de bacharelado, tive aberturas para estar em contato próximo com diversos empreendedores, comerciantes e participantes da rede local de turismo comunitário da favela Santa Marta –registrando entrevistas semi-estruturadas com 10 destes participantes. Devido à necessidade de realizar entrevistas quantitativas para aprofundar reflexões, permaneci por cerca de 3 meses habitando diariamente a favela - geralmente no local conhecido como “Laje Michael Jackson” onde estive observando a movimentação local de turistas entre variadas dinâmicas. Pude observar crianças que passavam a tarde brincando na laje e, regularmente, pintavam com as cores da favela algumas camisetas vendidas na loja de

⁵A pesquisa teve entrevistas com respostas específicas, realizadas sobre formulários e também de forma semi-estruturada, de cunho etnográfico. Foram 80 formulários de turistas e 80 formulários de moradores, além de 10 entrevistas direcionadas com participantes da rede de turismo comunitário local.

souvenirs para receber ajuda financeira para suas famílias. Do mesmo modo, observei os efeitos e sensações causados pelas rotinas de policiais enquanto realizavam “rondas” periódicas pela Laje Michael Jackson.

A possibilidade de circular por uma favela “pacificadas” me trazia uma miríade de inquietações sobre a produção urbana do local: “o que os moradores achavam daquela nova convivência com policiais?”; “o que poderia significar a favela estar “pacificadas?” “onde estavam as pessoas que antes eram envolvidas com o tráfico?” “os problemas históricos da favela estavam sendo resolvidos?”; “o que aconteceria com a UPP e a favela após as Olimpíadas?”. Também me inquietavam questões sobre as dinâmicas locais e sua correspondência com o turismo e o empreendedorismo na favela: “de que forma o protagonismo no turismo influenciava as dinâmicas locais?”; “o turismo beneficiava a favela como um todo, ou somente as pessoas que estavam envolvidas com as atividades?”; “qual era a sensação das pessoas sobre os projetos sociais e iniciativas externas que estavam em curso na favela?”; e “se a UPP acabasse, o turismo e o empreendedorismo também acabariam?”.

Devido ao interesse sobre estas questões, mantive contato com interlocutores da favela durante os anos subsequentes. A devolutiva do resultado daquela pesquisa de graduação funcionava como justificativa de interesse mútuo com pessoas que desenvolvi relações pessoais. Desta forma, pude tomar algumas conclusões a partir do acompanhamento de dinâmicas locais ao longo dos meses posteriores. Entre 2016 e a metade de 2018, este contato se deu através de um constante levantamento de reportagens da mídia - sobre a favela Santa Marta, o projeto das UPPs e o Turismo em Favelas -, de relatos de conhecidos da favela via redes sociais e de visitas que eu regularmente fazia à favela. Entre minhas observações, chamava a atenção que diversos episódios “negativos” que aconteciam no local não eram divulgados na mídia. Acontecimentos relacionados à violência, mal funcionamentos de infraestrutura, problemática prestação de serviços básicos, projetos sociais abandonando a favela, entre outros. Além disto, o que mais chamava a atenção era um notável aumento de tiroteios e, por conseguinte, a insegurança de transitar pela favela. Com o passar dos meses, a quantidade de atores externos na favela - entre eles projetos sociais, iniciativas público-privadas e demais turistas - também foi reduzido, ocasionando no local uma percepção de eminente esgotamento das UPPs.

Permanecendo motivado por questões de pesquisa, em 2018 voltei a frequentar intensamente o Santa Marta. Comparando 2018 com 2015, uma guia de turismo comentou comigo que “agora, com essa insegurança toda, não temos nem mais pesquisa na favela”.

Considerando discussões específicas do contato com autores da sociologia urbana do Rio de Janeiro, pude aprofundar diversas análises relacionadas a contextos empíricos anteriores. Em destaque, para examinar sociabilidades relacionadas à produção urbana e o governo de populações determinadas, uma tradição de estudos parte da crucial concepção de que a “violência urbana é a expressão simbólica de uma ordem social” (MACHADO DA SILVA, 2016). De acordo com o sociólogo Machado da Silva: “violência urbana é uma representação coletiva, uma categoria do entendimento de senso comum que consolida e confere sentido à experiência vivida nas cidades, bem como orienta instrumental e moralmente os cursos de ação que os moradores – como indivíduos isolados ou em ações coletivas – consideram mais convenientes nas diversas situações em que atuam” (MACHADO DA SILVA, 2016, p. 219).

Desenvolvendo hipóteses que posteriormente dariam fôlego a uma pesquisa de Mestrado, pude perceber que no Santa Marta a sensação de esgotamento do projeto das UPPs era assumida logo em seguida ao encerramento dos Jogos Olímpicos. Em fevereiro do mesmo ano, o Governo Federal havia decretado uma Intervenção Federal-Militar na segurança pública do Rio de Janeiro, no que aparentava ser uma crucial guinada no direcionamento das políticas direcionadas às favelas cariocas e à violência urbana. Notando impactos da violência urbana sobre as rotinas e o cotidiano local, o contraste simbólico em função do encerramento de grande parte de iniciativas externas e a mudança da representação social das “favelas turísticas” na mídia, passo a me motivar por um questionamento pessoal: “O que restou do turismo em favelas?”. Partindo desta pergunta, busco compreender o turismo não somente a partir dos roteiros guiados pela favela, mas pelos efeitos das mobilidades turísticas sobre o espaço social da favela.

A sensação de contraste entre 2015 e 2018 é evidente, e permite uma nova hipótese: formas de circulação e mobilidades são modificadas simultaneamente ao surgimento e reconfigurações situacionais de fronteiras espaciais, sociais e simbólicas *na* e *da* favela. Por exemplo, principalmente em 2018, em diversas ocasiões passei a ser surpreendido ao me deparar com alguns jovens armados permanecendo na Laje Michael Jackson. A noção de uma “vida sob cerco” foi delineada pelo entendimento de que, no entrelaçamento socioterritorial entre ordinário e extraordinário, determinadas condições de vida são ordenadas por circunstâncias de violência, criminalidade e força física diversificadas de uma “vida comum” (MACHADO DA SILVA; LEITE, 2008). Consequentemente, uma preocupação com a estruturação e interrupção de suas rotinas cotidianas seria provocada em determinados sujeitos, como moradores de favelas cariocas. Foi observado que na favela Santa Marta, o processo de

“pacificação” determinou um tipo distinto de ordenamento militarizado, que sobrepõe categorias qualitativas desta “vida sob cerco”: o “fogo cruzado” de confrontos armados de outrora se justapõe ao “campo minado” da “pacificação”, presidido por vigilâncias e mecanismos de monitoramento (MENEZES, 2018).

Neste momento, pude perceber uma importante alteração na dinâmica do turismo, em comparação com 2015. Os roteiros já não tinham mais um itinerário fixo e pré-determinado; visto que pessoas envolvidas com o tráfico estavam permanecendo armadas à vista na favela, seria necessário aos guias um trabalho constante de monitoramento e legibilidade para determinar por quais becos e vielas seria seguro transitar com os grupos de turistas. Aliás, em diversos momentos, os guias precisariam avaliar os riscos para determinar se seria necessário cancelar o “*favela tour*” daquele dia. Baseado em conversas sobre o contexto atual na favela que tive com guias de turismo e diversos moradores, pude perceber que seria inevitável desenvolver outras estratégias de permanência e formas de realizar observação-participante na favela. A princípio, passei a perseguir meus interlocutores em outros espaços de eventos, fóruns, debates e discussões pela cidade. Além disto, acompanhava eventos específicos na favela, desde eventos e celebrações comunitárias em espaços como o Bar da Tonha e a Quadra da Escola de Samba, até celebrações de Dia dos Pais e Dia das Crianças, até rodas de conversa entre moradores e pesquisadores estrangeiros na sede do Grupo ECO.

Em outro momento, estabeleci outra estratégia que se mostrou bastante eficaz: continuei perseguindo meus interlocutores, passando a me mover junto com eles durante as próprias atividades de turismo, para circular pela favela com diferentes condutores e observar as diferenças nos discursos, práticas e representações realizadas para os turistas. Dado o ambiente amistoso e a necessidade de uma gestão de riscos para transitar pela favela, os guias de turismo tornaram-se intermediários para atores supralocais que permaneciam interessados por atividades na favela. Neste momento, minha proximidade com Thiago Firmino foi essencial para o desenvolvimento da pesquisa, dada sua centralidade nestas situações. Sobre isto, não me refiro somente a grupos de turistas motivados pela busca de atividades autênticas e curiosidade pelo “outro lado da cidade”. Guias de turismo tornaram-se responsáveis pela condução na favela de grupos de pesquisadores, acadêmicos, repórteres, jornalistas, produtores de atividades culturais, representantes do terceiro setor e até mesmo defensores de direitos humanos. A partir do desenvolvimento do que pode ser chamado “capital de rede” (ELLIOTT; URRY, 2010), diversos profissionais do turismo se tornaram facilitadores que detém o poder de decidir sobre os locais por onde determinados grupos vão transitar ou não, assim como determinam a

narrativa e os discursos que influenciam aqueles deslocamentos pela favela. Os guias de turismo são responsáveis inclusive pela decisão sobre o acontecimento ou não da circulação de grupos específicos pela favela.

O estabelecimento destas estratégias estava ocasionando uma interessante possibilidade investigativa. Entretanto, em novembro de 2018 o desenvolvimento de um novo instrumento de comunicação entre os moradores da favela se tornou um eixo analítico. “Santa Marta Alerta” é um conjunto de grupos de Whatsapp para moradores, criado por Thiago Firmino como um novo mecanismo de integração entre os moradores. A partir da existência da iniciativa, encaminhamentos construtivos foram potencializados em diversas temáticas. Pude perceber usos e efeitos da iniciativa como extensões das sociabilidades da favela. Os grupos possibilitam uma nova forma de articulação instantânea entre mais de 700 pessoas em torno de temáticas articuladas sobre diferentes dimensões na favela: a) a rotina, a partir da partilha de informações para mapeamento da vida cotidiana; b) resistência, servindo como um instrumento de controle das ações de quem tenta controlar a vida na favela; c) político, servindo como um mecanismo de formação política e ações de resistência e cobrança de serviços do Estado.

A inauguração de um projeto de Turismo de Base Comunitária na “favela modelo” do processo de “pacificação” pode ser considerada uma situação revestida por complexos arranjos sociais. Esta pesquisa é desenvolvida sobre a possibilidade de olhar para o desenvolvimento do turismo na favela Santa Marta e realizar uma investigação etnográfica para a compreensão dos efeitos, permanências e subjetivações a partir das lógicas em torno do processo de “pacificação”. Em uma concentração analítica direcionada ao período entre 2016 e 2018, é observado principalmente o período entre o encerramento dos Jogos Olímpicos 2016 e o marco de 10 anos da inauguração do projeto. Envolto por percepções de um aparente esgotamento, as formas de circulação pela favela são modificadas de maneira coordenada ao surgimento circunstancial de fronteiras espaciais, sociais e simbólicas que obstruem os fluxos de mobilidades *na e da* favela.

Compreendo a necessidade de um acompanhamento científico para além de dos dados estatísticos oferecidos pelo Atlas da Violência e pelo Instituto de Segurança Pública – principais instrumentos e bases de dados utilizados para mensurar a “eficiência” das UPPs. Sobre contextos de guerra e “pacificação”, já foi argumentado sobre a necessidade de determinar um local central para a pesquisa qualitativa e, sobretudo, a etnografia em um campo onde “apenas (as igualmente necessárias) sondagens oficiais ou questionários fechados” (RUI; FELTRAN, 2015, p. 2) seriam restritos e insuficientes para localização de pontos de convergência a partir

do local em um processo global de militarização urbana. Percebendo de que forma a vida ordinária nas favelas cariocas é influenciada diretamente pelos efeitos da violência urbana como expressão simbólica de uma ordem social coletiva, ou pelo surgimento de barreiras materiais e imateriais do Estado em territórios específicos, pode-se examinar como estas experiências de vidas, corpos e populações na periferia são orientadas na medida em que o Estado é “continuamente construído nos intervalos do cotidiano” (LEITE; MACHADO DA SILVA, 2013).

Mobilidades e Dispositivos

Nesta seção, apresento perspectivas epistemológicas que acompanham e inspiram as discussões desenvolvidas neste trabalho. Destaco conceitos que tornam inteligível a análise dos poderes e (i)mobilidades envolvidas na produção do espaço social, dos corpos e vidas na favela Santa Marta – e, de modo mais amplo, no território urbano. Partido da perspectiva mais ampla para a mais específica, serão analisados os conceitos de “mobilidades”, “dispositivos” e algumas continuidades consideradas necessárias para uma adequada percepção do objeto em questão.

Mobilidade como elemento fundamental da modernidade pode remeter ao trabalho de Georg Simmel. Juntamente à racionalidade e à individualidade, o movimento “real ou imaginado – constituído por intenções, estratégias e escolhas” teria permitido o surgimento de uma novas subjetividades e tecnologias de representação na vida urbana (SIMMEL, 1979). O desenvolvimento do Paradigma das Novas Mobilidades - PNM, forjado inicialmente por John Urry e Mimi Sheller no contexto britânico, apropria-se desta noção de mobilidades para situar uma constituição epistemológica baseada na premissa de que “todo o mundo parece estar em movimento” (SHELLER; URRY, 2006). Tratando de exilados políticos a turistas excêntricos, refugiados a militares, é profícua a ideia de analisar heurísticamente as interconectividades e interdependências constituídas por fluxos e circulações de corpos, capitais, mercadorias e ideias. Este campo interdisciplinar tem vasto alcance: desde estudos sobre globalização, até temáticas como migrações, turismo e tecnologias. Neste trabalho, a temática principal será a violência urbana. Afinal, se o envolvimento de sujeitos periféricos à emergência circulatória de bens ilícitos tem a capacidade de provocar discursos, práticas e representações em torno de uma violenta “guerra às drogas”, é correto afirmar que mobilidades têm capacidade de estruturar a vida social e o espaço urbano – e carecem de uma lente analítica especializada.

Em termos de sua forma, mais do que “o simples movimento de A até B” mobilidades podem ser entendidas a partir de três aspectos: o movimento físico de fato - ir de um lugar para

outro; as representações de movimento - que lhe dão significado compartilhado; a prática experiente e incorporada do movimento (CRESSWELL, 2006). Podemos pontuar que estes movimentos – sejam reais, virtuais ou potenciais -, embora orientados por sentidos e significados, têm importantes características relacionais. Dito de outra forma, indivíduos e grupos sociais diferentes estão colocados de formas distintas em relação à capacidade de movimento nestes fluxos e conexões. Entre várias maneiras de movimentação por diferentes espaços e de diferentes formas, algumas mobilidades só ocorrem em função de outras imobilidades (ADEY, 2006). Entre diversos exemplos, turistas só viajam o mundo através de aeroportos porque há uma rede de trabalhadores relativamente imobilizada em seus postos de serviços. Deste modo, é possível repensar ideias de uma “modernidade líquida” onde todos podem se locomover das mesmas formas, já que determinadas diferenças em mobilidades que criam imobilidades relativas. Assim, fluxos e circulações se estabelecem a partir de extensivos sistemas dialéticos entre mobilidades e imobilidades relativas – onde fluxos constitutivos da vida social e suas complexidades requerem pontos de apoio imóveis e sólidos. Mobilidades não poderiam ser descritas sem atenção à ancoradouros infraestruturais e institucionais que configuram e permitem estes fluxos e conectividades (HANNAM; SELLER; URRY, 2006).

Portanto, para além de uma simplificada descrição do mundo contemporâneo como algo “mais móvel do que no passado”, conceituações em torno do *mobility turn* possibilitam uma extensa abrangência de diálogos pela reunião de perspectivas analíticas em torno de um campo interdisciplinar. Em relação ao desenvolvimento deste campo de estudos e sua apropriação e contribuição analítica em diferentes áreas, já foi apresentado que foram estabelecidas conexões entre algumas das preocupações mais puramente "sociais" da sociologia - desigualdade, poder, hierarquias - com as preocupações "espaciais" da geografia - território, fronteiras, escala – e também as preocupações "culturais" da antropologia e dos estudos de mídia - discursos, representações, enquadramentos - ao mesmo tempo em que cada campo é flexionado com uma própria ontologia relacional da constituição de sujeitos, espaços e significados (SELLER, 2014, p. 47). As análises e discussões estabelecidas neste trabalho são atravessadas pelo Paradigma das Novas Mobilidades em três concepções determinadas e simultâneas relativas a subjetividades, materialidades e representações sociais: a) uma ênfase na relação entre mobilidades e imobilidades humanas e as relações desiguais de poder que distribuem desigualmente cada potencial de mobilidade; b) uma análise da relação entre sistemas de mobilidade e ancoradouros de infraestrutura, especialmente no que diz respeito ao redimensionamento e reestruturação da espacialidade sob diferentes regimes de regulação

econômica e governança estadual e urbana; c) uma apreciação da complexidade dos sistemas de mobilidade e da dinâmica inter-relacional entre formas físicas, informacionais, virtuais e imaginativas de mobilidade (HANNAM; SELLER; URRY, 2006, p. 15).

Agora, vamos a elaborações complementares sobre o termo “dispositivo”.

Uma compreensão adequada da noção de dispositivo carece fundamental atenção ao instrumental analítico desenvolvido por Michel Foucault em torno das noções de soberania, disciplina, biopolítica, racismo de Estado e governamentalidade. Múltiplas normas e regulamentações que aplicam-se aos indivíduos, populações, corpos e vidas são sistematizadas de maneira objetiva na aula de 7 de março de 1976 no curso “Em Defesa da Sociedade” (FOUCAULT, 1999) em duas séries: a primeira, “corpo - organismo - disciplina - instituições” e a segunda “população - processos biológicos - mecanismos regulamentadores – Estado”. Conseqüentemente, distinguem-se duas tecnologias de poder produtivo: 1) disciplinar e individualizado a corpos-dóceis; 2) biopolítico e populacional à vidas. Neste segundo, posteriormente, a governamentalidade adequa-se como um conjunto de instituições, práticas e formas de pensamento numa “condução de condutas” onde a população é o alvo principal, a economia política o saber mais importante, e dispositivos de segurança o instrumento técnico essencial (FOUCAULT, 2010). De volta à aula de 1976, a respeito do poder soberano, o filósofo francês formula a questão “como exercer o poder da morte, como exercer a função da morte, num sistema político centrado no biopoder?” para desenvolver sua resposta: racismo de Estado como mecanismo fundamental de poder nos próprios Estados modernos (FOUCAULT, 1999). A partir do aparecimento, distinção, hierarquia e qualificação de certas raças como boas e de outras como inferiores, se instauram formas de fragmentação de determinados grupos em relação a outros: “o corte entre o que deve viver e o que deve morrer” (ibid.).

Remetente ao trabalho de Michel Foucault, a ideia de dispositivo é essencialmente estratégica e pertencente a um conjunto produzido pelo cruzamento heterogêneo de relações de poder e de saber. Em uma concepção bastante difundida, a categoria é propositalmente indefinida como um conjunto “decididamente heterogêneo” que se constitui a partir de “discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas” (FOUCAULT, 2010, p. 299). Em tentativas posteriores de esclarecer as vias de utilização e entendimento deste termo, dois filósofos com proximidade à teoria foucaultiana constituíram continuidades e sistematizações alternativas. Contemplando uma tentativa onde simultaneamente concebe quatro tipologias e demarcações inteligíveis e também aponta as

essenciais indefinições através de cruzamentos e entrecruzamentos de sua composição, Gilles Deleuze elabora os dispositivos como possibilidades de evidenciar o deslocamento de demarcações entre curvas de visibilidade, curvas de enunciação, linhas de forças e linhas de subjetivação (DELEUZE, 1996). Por sua vez, Giorgio Agamben direciona seu entendimento aos efeitos em corpos e vidas ao compreender dispositivos como máquinas que produzem subjetivações – portanto, “máquinas de governo”: “um conjunto de práxis, de saberes, de medidas, de instituições cujo objetivo é de administrar, governar, controlar e orientar os comportamentos, os gestos e os pensamentos dos homens” (AGAMBEN, 2005, p. 12). Sendo redes potencialmente tecidas entre elementos ditos e não-ditos, os dispositivos preenchem uma finalidade determinada e desempenham um poder de transformação com relação aos indivíduos colocados em contato com eles.

Dispositivos de Mobilidade

Como demonstrado, por a mobilidade ser relacional e determinada por uma rede de imobilidades, é plausível considerar que há uma implicação de poderes para seu acontecimento. Deste modo, uma articulação entre o PNM com a noção de dispositivos é estabelecida sobre a concepção de que ambos estão atravessados por relações de poder. Principalmente pela essencialidade móvel quando apontado que o poder deve ser analisado como algo que circula entre indivíduos que podem exercer este poder ou sofrer sua ação⁶. Ou seja, considerando o exercício diferenciado de fluxos, direcionamentos e intensidades, a compreensão de um dispositivo pode ser estabelecida por um sistema de correlação entre diferentes elementos – e diferentes mobilidades – que se (re)alinham entre si - como mecanismos legais, mecanismos disciplinares ou mecanismos de segurança, entre outros.

Portanto, a ideia de *dispositivos de mobilidade* caracteriza um cruzamento heterogêneo de fluxos e pontos de apoio constitutivos da vida social que simultaneamente produzem e expressam condições sociopolíticas e dimensões significativas determinadas em torno de assimetrias de poder e (i) mobilidades relacionais. No início de cada capítulo, as noções de *dispositivo estético*, *dispositivo de precariedade* e *dispositivo de legibilidade* são elaboradas de

⁶ “O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles”. (FOUCAULT, 2010, p. 194).

modo específico enquanto atravessadas por esta noção mais centralizada, abrangente e determinante.

Algumas continuidades

No Rio de Janeiro, pertence ao senso comum o entendimento sobre a “ausência” do Estado em territórios de favelas e periferias – embora haja um esclarecimento compartilhado sobre a histórica precarização das condições de sobrevivência pela ausência de políticas sociais, mas uma intensa presença militarizada do Estado nestes mesmos territórios. Justamente pela possibilidade de diversas formas de governamentlização do Estado, é necessário questionar a composição heurística sobre esta noção de Estado em suas próprias peculiaridades localizadas, históricas e situacionais, se tratado como um conceito oriundo sobre “não mais do que uma realidade compósita e uma abstração mistificada” (FOUCAULT, 2010).

Aqui, exponho continuidades contributivas ao referencial foucaultiano para a análise do objeto proposto neste trabalho. É crucial a delimitação em torno das mobilidades em forma de “efeitos bumerangue” (GRAHAM, 2005) por onde as experiências exercidas no holocausto nazista, principal representação do racismo de Estado no território europeu, ocorrem sob inspiração de tecnologias aplicadas, testadas e desenvolvidas pelo próprios europeus em territórios colonizados. Esta é a mesma lógica que permanece nas diversas faces de um mesmo “urbanismo militarizado” que continuamente se reproduz sobre as instituições, políticas e a própria organização de cidades globalizadas do mundo contemporâneo (GRAHAM, 2016). Neste ponto, uma continuidade a partir de pensadores e epistemes provenientes de realidades mais aproximadas à herança colonial pode ser mais oportuna – em um sentido epistemológico e também político. Assim se justifica um encontro analítico entre as concepções de “margens do Estado” e “necropolítica”.

Partindo da premissa de que o Estado não é um objeto fixo, mas justamente uma ideia imaginada como um projeto sempre incompleto e que deve ser constantemente falado - e imaginado - através de ameaças que podem estar fora ou por dentro de sua própria jurisdição (DAS; POOLE, 2004, p. 7), as antropólogas Veena Das e Deborah Poole estabelecem novas possibilidades de analisar este conceito. As “margens no Estado” não seriam demarcadas somente a partir de aspectos geográficos, como se poderia assumir em uma leitura apressada, mas a partir de ideias de fronteiras repercutidas globalmente sobre locais – geralmente à periferia do capitalismo - onde Estados são “falhos”, “fracos” ou “parciais”. Locais onde contextos continuamente renegociados sobre disciplina, regulação e práticas de aplicação da lei

podem ser formulados como convites para se repensar as práticas, discursos, representações e políticas que constituem fronteiras entre centro e periferia, público e privado, legal e ilegal – e não como “ausência do Estado”. Em intensidades simultâneas e não necessariamente iguais, são delineados três eixos para a interpretação deste posicionamento de determinadas populações: 1) periferias habitadas por pessoas tidas como insuficientemente socializadas de acordo com as leis e a ordem vigentes; 2) lugares onde documentos, práticas e palavras do Estado são objetos de inteligibilidades determinadas por assimetrias e violações de direitos; 3) um espaço localizado entre corpos, leis e disciplina (DAS; POOLE, 2004, p. 8). A relação entre as funções de ordenamento do Estado e a violência se apresenta como uma possível via de interpretação em um direcionamento onde a questão da origem da lei emerge não como o mito do Estado, mas na forma de homens cujas habilidades para representar o Estado ou para aplicar suas leis estão localizadas em uma disposição para se mover impunemente entre o que aparece na forma da lei e práticas extrajudiciais.

Por outro lado, o filósofo camaronês Achille Mbembe mobiliza as noções em torno da biopolítica foucaultiana para ir além. Demonstrando contrariedades ao argumento de que políticas são constituídas para “dar a vida” a populações em alinhamento à produção de valor e reprodução do capital, é desenhado o contra-argumento de que o Estado também exerce poder ao “promover a morte” quando distribui de forma não-igualitária os direitos de sobrevivência (MBEMBE, 2016). Assim, a morte é tomada como objeto de governos que se apropriam de regimentos sobre como populações devem viver, produzir e se portar; e também para tomada de decisão sobre quem deve morrer, de quais formas e o que é feito posteriormente sobre estas mortes. Relações de inimizade tornam-se a base normativa do direito soberano de matar aplicado a vidas consideradas descartáveis e desumanizadas em vista de tecnologias onde a “expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer”. Sobre uma concepção de inimigos externos ou mesmo internos ao Estado, a produção desta normatividade sobre o que deve morrer conseqüentemente gera uma determinação sobre o que deve viver – e vice-versa. Posto de outra forma: ao espelhar o raciocínio da biopolítica, Mbembe considera que a necropolítica apoia-se sobre o direito de “fazer morrer e deixar viver” – uma marginalização sociopolítica geralmente direcionada a corpos pretos, pobres e periféricos, ou a territórios demarcados por essa representação social em um devir negro na sociedade contemporânea. Neste ponto, considero que não se trata exclusivamente de fazer morrer e produzir a morte, mas também da gestão de condições de precariedade e uma demarcação assimétrica de controle de oferta das estritas condições

necessárias para a sobrevivência em níveis mínimos - marcando condições contínuas de medo e risco da morte.

Portanto, em uma conceituação sobre as “margens do Estado” como territórios, populações e práticas produzidos pela dinâmica do próprio Estado moderno e às formas através das quais a lei e a autoridade deste são experimentadas e vivenciadas por essas populações (DAS; POOLE, 2004), é complementar a percepção sobre construção subjetiva e a ordem social estabelecida e territorializada - sendo um Estado que racionalmente desenvolve suas ações a partir das situações políticas ou econômicas, que reverberam na organização das vidas ordinárias. Ao voltar a perspectiva analítica às relações das instituições estatais e de seus agentes e continuidades com diferentes segmentos da população e à percepção destes sobre o próprio funcionamento estatal, uma etnografia do cotidiano se faz evidentemente pertinente. Necropolítica surge, nesta modalidade de governo, não como uma fuga à regra, mas como à própria regra. Apoiados pela delimitação e eliminação dos considerados “inimigos do Estado”, políticas de morte são desenvolvidas a partir de discursos e representações de combate à criminalidade, mas se concretizam como práticas de perseguição e extermínio daqueles considerados perigosos – políticas de morte para o controle de populações. Torna-se urgente apresentar e discutir sobre formas heterogêneas da necropolítica evidenciadas em múltiplos sentidos, estratégias, práticas e dispositivos que compõem formas de exposição à vulnerabilidade, ao sofrimento e, no limite, à morte (MBEMBE, 2016).

Comentários Metodológicos

Destaco perspectivas que foram observadas inicialmente e justificavam a formulação de hipóteses que demandavam metodologias qualitativamente suficientes o objeto desta pesquisa: a) a alteração decrescente do fluxo de visitantes impacta diretamente as atividades de empreendedorismo estimuladas pela gramática da pacificação; b) a percepção do esgotamento da “pacificação” leva os moradores a reinterpretarem suas possibilidades de agência e sobrevivência de acordo com um desconhecido contexto; c) os circuitos de visitação turística, assim como as formas de monitoramento, vigilância e circulação ordinária são constantemente modificados e influenciados de acordo com o “clima” atual na favela. A realização desta investigação pode ser instrumentalizada a partir deste impacto. A análise de objetos que não são fixos, ou que existem exatamente pela sua mobilidade ou pelo seu potencial de movimento, exige do pesquisador procedimentos metodológicos inovadores que permitam ultrapassar a tendência comum nas ciências sociais de tentar “conter” o fenômeno para estudá-lo.

Procedimentos reconhecidos como “métodos móveis” (BÜSCHER; URRY; WITCHGER, 2010) são respaldados pela possibilidade de “deixar-se levar” pelos objetos, sendo necessário aos pesquisadores que experimentem também o movimento para capturar, monitorar, rastrear, acompanhar, simular e comparar diversas e intermitentes mobilidades.

Assim, justificam-se as seguintes técnicas:

a. Acompanhamento analítico de conteúdo midiático: Reportagens da mídia local e internacional que sejam de interesse frente à interface entre “pacificação” e violência urbana foram analiticamente considerados. Considerando o potencial de discursos e narrativas na composição de representações que interferem no mundo social, utilizo a noção de “enquadramento” em sentidos complementares. Inicialmente, o termo pode ser utilizado a respeito de como a mídia se utiliza de certas palavras, ideias, expressões e adjetivos que promovem uma abordagem que molda o acontecimento, destacando alguns aspectos e ocultando outros (GOFFMAN, 1974). Assim, se o enquadramento diz respeito à forma como uma dada situação é apresentada e interpretada para e pelo interlocutor, é significativo observar criticamente que a determinação de enquadramentos (e inclusive o que estará “fora do quadro”) ocorre revestida por estruturas biopolíticas (BUTLER, 2015).

b. Observação-móvel em torno do objeto de pesquisa: Acompanhamento, observação e registro sonoro de práticas em deslocamentos guiados na favela Santa Marta. Neste ponto, é fundamental pontuar que um longo processo de aproximação e interação com um “informante-chave que torna-se a colaborador da pesquisa” (VALLADARES, 2007) endossa determinadas formas de presença e circulação em espaços sociais (FOOTE-WHYTE, 2012). Neste caso, Thiago Firmino foi meu principal interlocutor. Devido à necessidade de mediadores para possibilitar determinados deslocamentos pela favela, recolho e coeto registros em acompanhamentos analíticos de grupos de turismo, de repórteres, de pesquisadores, da defensoria pública, de prestadores de serviço público, entre outros, percorrendo diferentes caminhos e interpretações pelas vielas. Trata-se de um recurso metodológico ainda pouco explorado em contextos de pesquisa ditos tradicionais, porém testado com sucesso em trabalhos anteriores e com objetos bastante diversificados entre si (BÜSCHER; VELOSO, 2018).

A etnografia multissituada (MARCUS, 1995) e a análise de situações sociais (GLUCKMAN, 1940) são os eixos orientadores da pesquisa de campo e da maneira de interpretar e apresentar os dados etnográficos obtidos. Por um lado, uma maneira de construir descrições, cenas e relatos que ilustrem estas teias de relações, interações e representações,

estabelecendo conexões e associações entre elas, é “perseguir as cadeias, as trajetórias e os fios que fazem parte de um fenômeno específico” (MARCUS, 1995, p. 105). Por outro, é possível que uma etnografia de longa duração possa estar a serviço da análise de determinados acontecimentos particulares pela apresentação de situações sociais (GLUCKMAN, 1940) – por onde podem ser evidenciadas as macro e micro políticas e as interdependências, contradições e correlações de força cujos modos de relação se fazem visíveis naquele evento específico (MACHADO, 2013).

Organização da dissertação

Em relação à estrutura do trabalho, esclareço que não tive a intenção de realizar uma extensa revisão bibliográfica anterior às análises qualitativas. Pretendo construir argumentos fundamentando conceitos analíticos sobre experiências empíricas da pesquisa, como ferramentas que tornam facilitada a discussão crítica dos fenômenos sociais. Deste modo, uma breve introdução é estruturada de maneira semelhante no início de cada capítulo: uma apresentação do recorte referente ao contexto urbano; o posicionamento da favela Santa Marta neste contorno específico; o desenvolvimento da noção de dispositivo de mobilidade a ser desenvolvida; a materialidade estabelecida como eixo analítico e as principais referências teóricas que constituem cada subcapítulo. Ao fim de cada capítulo, a estátua de Michael Jackson será acionada como um fio condutor para elaborar conclusões parciais e esclarecimentos relacionados às discussões que são desenvolvidas e gradualmente se acumulam.

O capítulo 1 é estabelecido em torno de regimes perceptivos, conceituais e participantes da formação de ordens sociopolíticas para elaborar e aplicar a noção de dispositivo estético. No subcapítulo 1.1., a estátua de Michael Jackson funciona como eixo analítico para uma discussão sobre a mercantilização da favela turística no contexto do Rio de Janeiro (APPADURAI, 1986). No subcapítulo 1.2, um grafite no muro da UPP Santa Marta é apresentado para o estabelecimento de discussões em torno de efeitos de expectativa e frustração em perspectivas de suas temporalidades (KOSELLECK, 2006) produzidos nos sujeitos pela gramática da pacificação.

O capítulo 2 é estabelecido em torno de expressividades de condições sociopolíticas assimétricas para elaborar e aplicar a noção de dispositivo de precariedade. No subcapítulo 2.1, infraestruturas urbanas são tomados como eixo analítico para analisar as relações frágeis entre pessoas, as coisas e as instituições públicas e privadas que procuram governá-las (ANAND; GUPTA; APPEL, 2018). No subcapítulo 2.2, uma manifestação contra a violência policial em

frente ao stand de turismo é percebida como oportuna para discutir as percepções em torno da distribuição desigual do luto público (BUTLER, 2015).

O capítulo 3 é estabelecido em torno de novas possibilidades de observação sinóptica para elaborar e aplicar a noção de dispositivo de legibilidade. No subcapítulo 3.1, o grupo Santa Marta Alerta é tomado como eixo analítico para debater as reconfigurações em torno de performances relacionadas a papéis de mediação e reivindicações por direitos sociais que se “alargam” por diferentes tecnologias e canais de comunicação em “situações móveis” (JENSEN, 2013). No subcapítulo 3.2, drones utilizados para vigilância do território da favela são utilizados para discussões sobre uma sensação de confinamento e reações à atmosfera de segurança (ADEY, 2014).

CAPÍTULO 1 - ESTÉTICA DA PACIFICAÇÃO

Inicialmente, os discursos oficiais da “pacificação” concebiam uma gramática baseada na ampliação de políticas sociais em favelas como parte fundamental ao estabelecimento bem-sucedido do referente processo de segurança pública. De acordo com o site oficial, a partir do combate à violência urbana, a instalação de uma UPP traria ao território das favelas a “entrada de serviços públicos, infraestrutura, projetos sociais, esportivos e culturais, investimentos privados e oportunidades”⁷. Entretanto, enquanto o tempo passava, episódios que demonstravam a fragilidade das UPPs tornaram-se progressivamente comuns e quebravam um consenso estabelecido anteriormente sobre o projeto. Expectativas e suspeitas eram postas à prova. Desde 2013, a percepção de que “as coisas voltavam a ser como antes” tornava-se gradualmente recorrente. Em 2015, as oportunidades trazidas pela chegada das UPPs estavam tornando-se cada vez mais escassas, ao passo que as preocupações instituídas pelo mesmo processo cresciam: já havia tiroteios acontecendo até mesmo na favela Santa Marta, reconhecida como “favela modelo” do projeto (MENEZES, 2015a).

Alterações no escopo do projeto explicitavam os interesses de sua sustentação: a) a “recuperação do débito social devido às favelas” transformou-se em “eliminação do fuzil nas favelas”; b) o repertório da “cidadania” foi substituído pelo incentivo ao “empreendedorismo” (LEITE, 2017). Analisando atentamente, é possível deduzir que a “redução do fuzil” está relacionada à redução da violência que transborda das favelas para a cidade e compromete sua imagem; por sua vez, o estímulo ao empreendedorismo refere-se a um mecanismo de expansão da fronteira do capital para a busca de novos campos de acumulação. Assim, a “pacificação” no Rio de Janeiro pode ser caracterizada por uma modalidade de governo direcionada por sistemas interconectados de informação e dinheiro, onde a riqueza que eles capturam está intimamente relacionada aos negócios especializados que facilitam esses fluxos (SASSEN, 2004). Moradores de favelas “pacificadas” estariam em uma posição central neste processo, envoltos por formas de regulação continuamente estabelecidos em torno da autonomia e sujeição em relação ao movimentos de corpos e representações das camadas sociais mais pobres (JAFFE; KLAUFUS; COLOMBIJN, 2012).

Neste capítulo, a noção de **dispositivos estéticos** é forjada em torno de materializações de expressão criativa apropriadas e alinhadas à gramática da pacificação: a estátua de Michael

⁷ Disponível em: http://www.upprj.com/index.php/o_que_e_upp

Jackson e um muro da UPP com um grafite representando a própria favela Santa Marta. Seguindo pistas deixadas pela noção de “políticas da estética”, é sabido que várias ordens estéticas dividem ou distribuem o sensível de modo a produzir um senso comum, e uma estipulada ordem sociopolítica deve ser necessariamente apoiada por um regime perceptivo e conceitual que estrutura e conduza as formas como os sujeitos sentem e sabem que essa ordem é normal, natural e adequada (RANCIÈRE, 2013). Assim, pode-se argumentar que uma “estética da pacificação” é investida pelo estabelecimento de um repertório específico: expectativas engendradas sobre alternativas das realidades políticas existentes e presididas pela possibilidade de vislumbrar ativamente novos horizontes e realidades futuras. Em geral, direcionadas pela chamada “inclusão produtiva”, onde políticas públicas de integração urbana e social foram apartadas por mediações promovidas pelo Estado em promessas de integração social via empreendedorismo nas favelas (LEITE, 2017). A categoria 'imaginação política' pode ser complementarmente acionada pela possibilidade analítica de um domínio que refere-se a um imaginário particularmente político sobre o ordenamento político e às formas aceitas ou recusadas de autoridade e hierarquia por grupos sociais em quadros analíticos, normativos e afetivos (JAFFE, 2018a, p. 1100). Em vista disso, ao conduzirem sensorialmente “uma maneira compartilhada de sentir o mundo” (JAFFE, 2018b) estes **dispositivos estéticos** são compreendidos por sua inserção em um processo altamente político por sua centralidade para a condução e formação de sujeitos e populações.

Diferentes perspectivas analíticas são elaboradas em torno desta concepção político-estética. Inicialmente, uma análise que destaca determinados acontecimentos em torno da “vida social” (APPADURAI, 1986) de uma estátua de Michael Jackson em uma laje é desenvolvida em vias de refletir sobre posicionamento de uma favela “pacificadas” dentro do projeto urbano no Rio de Janeiro. Em seguida, as variações em formas de governo e efeitos de subjetivação relacionados ao empreendedorismo são discutidas através de categorias historiográficas (KOSELLECK, 2006) analiticamente aplicadas a um grafite reproduzido em um muro da UPP Santa Marta. Nos dois casos, as argumentações são produzidas a partir de uma breve recuperação histórica, a fim de situar as elaborações dentro de um quadro analítico mais amplo e contextualizado. Estas duas partes podem ser consideradas complementares se observado que a primeira diz respeito à produção urbana do território da favela dentro do quadro da cidade, e a segunda à condução de formas de vida de moradores inseridos em um determinado projeto de governo.

1 BIOGRAFIA DA MERCANTILIZAÇÃO TURÍSTICA DA FAVELA: ESTÁTUA DE MICHAEL JACKSON

A estátua do Cristo Redentor é um dos mais significativos símbolos da cidade do Rio de Janeiro. A imagem de uma paisagem que harmoniza cidade e natureza sob os braços da estátua é globalmente reconhecida e reverenciada como uma das mais encantadoras do mundo⁸. A indústria turística apropria-se desta representação para alimentar continuamente a percepção social de uma cidade hospitaleira, receptiva e acolhedora. Por sua vez, os moradores da cidade também são investidos pela aparência turística da cidade, já que “o modo como os seus espaços se organizam formam uma base material a partir da qual é possível pensar, avaliar e realizar uma gama de possíveis sensações e práticas sociais” (KOTLER, 2002, p. 61). São diversos os efeitos de regimes de valor e representação sobre a estátua: acima do morro do Corcovado, ancorada sobre a natureza e de braços abertos simbolizando proteção sobre a cidade, simbolizando a receptividade local ao mundo.

Recentemente, outra estátua na cidade foi revestida por valores e significados excepcionalmente semelhantes. Coincidentemente acima de um morro e também entre a natureza e a cidade, esta outra figura de braços abertos também enfatiza segurança, receptividade e a inclusão daquele local e da cidade em circuitos globalizados de capital internacional. De óculos escuros, sorriso largo e blusa aberta, o monumento de 180 quilos e 1,80m de altura também foi apropriado pela indústria turística - por duas razões distintas. Primeiro, por tratar-se de uma estátua do astro do pop internacional, Michael Jackson. Segundo, por ter sido um marco de inclusão no roteiro turístico oficial da cidade de um local até então reconhecido apenas pela violência urbana e desigualdade social: a favela Santa Marta.

⁸ A cidade recebeu da UNESCO em 2016 o título de “Patrimônio Mundial pela sua Paisagem Cultural”. Disponível em: http://www.unesco.org/new/pt/brasil/ia/about-this-office/single-view/news/rio_de_janeiro_receives_from_unesco_the_certificate_of_world/

Figura 2: Turistas junto à estátua de Michael Jackson



Fonte: Tripadvisor

O significado das coisas não está necessariamente inserido nas formas, e sim nas relações que são reproduzidas a partir delas e em seu entorno (APPADURAI, 1986). Instalada na laje de um antigo centro comunitário, a estátua do cantor Michael Jackson pode ser um interessante eixo analítico para conduzir uma discussão sobre a produção urbana os efeitos sociopolíticos do turismo na favela. Analisar a imaginação política em relação direta às práticas socioespaciais cotidianas e a uma variedade de "coisas" urbanas, pode enriquecer nossa compreensão do escopo e da dinâmica das disputas urbanas contemporâneas (JAFFE, 2018a). Observando a estátua, é possível compreender empiricamente um exemplo onde a imaginação política assume uma forma material inspirada pela estética da pacificação (JAFFE, 2018b) e também analisar os interesses supra-locais que compõem sua instalação e também as repercussões locais que se reproduzem deste momento em diante (LEEDS; LEEDS, 1978). Perceber as interações adjacentes à estátua é um modo de examinar relações materiais e simbólicas de agência e poder sobre o espaço da favela.

No início da década de 2010, a estátua estava circunscrita em uma série de intervenções no Santa Marta, fornecendo sentido a construções discursivas sobre a categoria “favela pacificada”. As Unidades de Polícia Pacificadora - UPP eram celebradas por diversos moradores seguindo uma gramática de oportunidades, negócios e inclusão social. Na reportagem, José Mário Hilário dos Santos, o então presidente da Associação de Moradores, generaliza a sensação cosmopolita produzida pela popularização da favela turística: “A comunidade não é mais nossa. É da cidade, do mundo“. Cerca de dez anos depois, no momento posterior aos Jogos Olímpicos 2016, preocupações relacionadas a tiroteios e violência urbana tornam-se novamente explícitas. Incentivos mercadológicos estabelecidos anteriormente, como o empreendedorismo e o turismo, são ofuscados por conflitos territoriais armados e pela reconstituição de uma ordem social determinada e representada pela violência urbana, afetando

diretamente as formas de vida na favela Santa Marta. Neste momento, as relações sociais, econômicas e políticas concernentes à estátua a validam, simultaneamente, como uma materialidade representativa da mercantilização turística da favela e também um artefato que desperta outras atribuições de valor por conflitos internos da favela. Em agosto de 2017, intensos debates foram suscitados pela circulação de uma imagem sobre o local. A repercussão foi motivada pela reunião icônica de expressões simbólicas da favela dentro do imaginário urbano durante os últimos anos: um fuzil foi colocado na estátua de Michael Jackson, pendurado em seu pescoço⁹:

Figura 3: Fuzil colocado na estátua de Michael Jackson



Fonte: Jornal Extra

Considero indispensável confrontar narrativas que constituem ideias reducionistas sobre este momento. Com o retorno dos tiroteios, a favela teria voltado para o mesmo lugar de antes? Esta referência pode ser relacionada ao Santa Marta ou à “favela carioca” compreendida generalizadamente como um problema constante no contexto urbano carioca. A própria

⁹ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/foto-da-estatua-de-michael-jackson-com-um-fuzil-no-morro-dona-marta-viraliza-21703330>

imagem da estátua com o fuzil é interessante para constituir uma elaboração contrária. Argumento que após os Jogos Olímpicos 2016 ocorre a sobreposição entre momentos anteriores: um imaginário produzido pela gramática da pacificação, onde oportunidades e negócios eram direcionados e ambicionados, associa-se a esta retomada da violência e a frustração das expectativas produzidas anteriormente. No caso do Santa Marta, moradores são impactados por relações de dominação e poder que impactam a favela tanto pela representatividade supralocal da favela, quanto nas próprias dinâmicas locais.

O objetivo deste subcapítulo é tomar a estátua de Michael Jackson como eixo central de uma discussão sobre regimes de governo e o posicionamento da favela Santa Marta no contexto de globalização da cidade - considerando suas populações, representações e significados. Ainda que esteja estática e edificada no mesmo local, pode ser proveitoso acompanhar analiticamente a estátua e seus deslocamentos e transformações em diferentes contextos simbólicos da favela. Oferecendo suporte a esta proposta, uma contextualização pode ser realizada a partir de uma análise de significados reunidos e sobrepostos nesta imagem. Para isso, proponho uma breve retomada do contexto urbano da favela e da cidade em torno de três momentos: a visita do artista estadunidense, a produção da estátua e o posicionamento do fuzil.

1.1. Michael Jackson visita a favela carioca

Instalada no alto do morro, a estátua de Michael Jackson fica no mesmo lugar onde foram gravadas cenas para um clipe musical do cantor, *They Don't Care About Us*, em 1996 – um acontecimento que dividiu opiniões e gerou polêmicas sobre a representação da favela carioca naquele momento. De acordo com uma reportagem do mesmo ano, a presença do cantor foi valorizada pelos moradores da favela, pois a circulação das imagens do clipe traria visibilidade à comunidade, que “ainda tinha moradias sem água e esgoto”¹⁰. Em contrariedade, autoridades governamentais declaravam que a veiculação do clipe com imagens da favela carioca poderia influenciar negativamente a imagem do Brasil no cenário internacional, “associando o país à desigualdade e à miséria”¹¹. Pelé, um célebre jogador de futebol brasileiro,

¹⁰Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/michael-jackson-sobe-morro-grava-clipe-leva-dona-marta-para-mundo-em-96-18647055>

¹¹Suspeitas de negociação sobre segurança e logística dos produtores do vídeo com o chefe do tráfico de drogas da favela, à época Marcinho VP, deram ainda mais força às polêmicas (MORAES, 2016).

também participou da campanha para que as gravações não ocorressem. O envolvimento de um esportista nesta questão, embora aparentemente inusitada, estava vinculado à participação do Rio de Janeiro na eleição de cidade-sede para os Jogos Olímpicos 2004.

Na ocasião do fracasso da candidatura, apesar de manifestar-se “descontente com os critérios de seleção”, o então governador do Rio de Janeiro, Marcello Alencar, comentou que o sonho não terminava ali: “vamos preparar uma cidade mais forte para a campanha de 2008”. Em uníssono, o presidente brasileiro, Fernando Henrique Cardoso, também ressaltou que os compromissos do governo federal em relação ao Rio de Janeiro seriam mantidos, porque “o Rio deve ser preparado como se a cidade viesse a ser sede das Olimpíadas agora, para estar bem posicionado para uma próxima candidatura”¹². A confirmação destes eventos significaria importantes intervenções no espaço material da cidade, além da diversificação de seus usos por diversos segmentos e classes sociais. Em 2002, alguns anos depois da visita de Michael Jackson à favela carioca, o Rio de Janeiro seria vitorioso na candidatura para sediar os Jogos Pan-Americanos 2007. Futuramente, esta candidatura bem-sucedida seria motivo para a seleção do país como anfitrião da Copa do Mundo 2014 e da cidade para os Jogos Olímpicos 2016. Estava evidente que no horizonte do Rio de Janeiro se descortinavam justificativas e investimentos para significativas transformações urbanas.

Embora o enfoque da produção urbana desencadeada por estes tipo de evento sejam os estádios e os locais onde os jogos propriamente acontecem, sabe-se que a atratividade deste fluxo de investimentos e capital depende do reposicionamento da cidade em um cenário global - onde a constituição de uma “identidade translocal” estaria associada à construção de um imaginário “muitas vezes utópico” (SALAZAR, 2017, p. 17). Compreendidos como “catalisadores para o desenvolvimento e uma maneira de legitimar transformações em larga escala”, estes eventos oferecem aos governos locais uma justificativa para “repriorizar a agenda urbana sem o escrutínio público que normalmente recebem” (Ibid.). Ainda que se desenvolvam a partir de um modelo pré-estabelecido instituído por entidades como a Fédération Internationale de Football Association - FIFA e o Comitê Olímpico Internacional - COI, a abrangência de diversas camadas de governança, transformações urbanas e recursos financeiros tornam complexo o estabelecimento de uma descrição totalizada da multiplicidade de práticas e técnicas que resultam destes chamados “megaeventos”. Daqui em diante, este termo será

¹²Nesta candidatura, a cidade do Rio de Janeiro foi preterida a Buenos Aires (Argentina) como representante da América do Sul na eleição final. As outras cidades finalistas foram Atenas (Grécia), Roma (Itália), Cidade do Cabo (África do Sul) e Estocolmo (Suécia). Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fo/esp/es07031.htm>

acionado pela concepção de “processos disciplinares longos que incorporam mecanismos de poder espacial e social” (GAFFNEY, 2015).

Desta forma, a produção destes eventos não interessa apenas conceitualmente, mas pelas múltiplas dinâmicas urbanas provocadas antes, durante e depois de sua ocorrência. A produção do imaginário urbano relacionado a este momento e a centralização da favela carioca como parte deste processo produzem expectativas e influências que impactam de maneira significativa o cotidiano local. A circulação de imagens da favela era percebida pelos moradores do Santa Marta como uma possibilidade de denuncia sobre a vulnerabilidade das condições de sobrevivência na favela. Interessa, particularmente, o gerenciamento de “identidades, imagens e reputações” considerando a tensão entre várias mobilidades e imobilizações implícitas neste complexo processo de construção urbana (SALAZAR, 2017). É importante examinar qualitativamente de que forma sujeitos específicos são impactados por práticas e construções normativas - dos referidos processos de revitalização urbana.

1.2. Representatividade global da Laje Michael Jackson

Além da estátua, inaugurada em 2010, a Laje Michael Jackson recebeu obras de urbanização, a reforma de uma loja de *souvenirs* e um mosaico do artista Romero Britto. Realizada pelo cartunista Ique Woitschah, a estátua foi posicionada na laje com vista panorâmica incluindo a favela, a cidade, o mar e o Cristo Redentor. A laje tornou-se um espaço apropriado para diferentes razões, como recreação infantil, churrascos, celebrações locais, rodas de samba, atração de turistas e um lugar para registrar *selfies* turísticas. Considerando que mediações simbólicas entre diferentes ordens de realidade podem ser produzidas e interpretadas no contexto em que emergem, os valores e significados investidos na presença permanente do ídolo americano, em bronze, também concebem diferentes significados sobre o próprio lugar. A instalação da estátua e a produção daquela laje como lugar turístico pode ser considerada simbólica pela intermediação de significados e uma estética referente à gramática estabelecida sobre diversificados grupos sociais que circulam pela favela - como moradores, pesquisadores e os próprios turistas.

A favela Santa Marta foi o primeiro local a receber uma UPP, oficialmente instalada em 19 de dezembro de 2008. A realização do programa das Unidades de Polícia Pacificadora,

inspirado em tentativas anteriores de policiamento de proximidade¹³, torna-se um paradigmático dispositivo vinculado à representação social da violência no Rio de Janeiro. A instalação dos postos das UPPs, estrategicamente ao redor dos locais dos eventos, bem como de áreas de circulação turística e de interesse do capital imobiliário, indica a geração de um “cinturão de segurança” (CANO; BORGES; RIBEIRO, 2012)¹⁴ como garantia para investimentos e revitalização urbana (SÁNCHEZ; BROUDEHOUX, 2013).

É decerto afirmar que a UPP recebeu visibilidade pela contínua referência midiática e institucional à uma suposta “resolução do problema da favela”. Devido à necessidade de mudança da narrativa sobre a violência urbana no Rio de Janeiro, principalmente em função da preparação para a Copa do Mundo 2014 e Jogos Olímpicos 2016, o espetáculo midiático de policiais e tanques de guerra “libertando” a cidade produziu imagens que circularam globalmente. Este projeto de “pacificação” das favelas cariocas é estabelecido a partir de uma força militar estatal permitindo que o Estado exercesse sua soberania, implementando sua presença efetiva por meio de suas instituições específicas e concessões de serviços públicos que realizariam a integração urbana constantemente prometida sobre as favelas (LEITE, 2017). Além do objetivo de “combater a violência nas favelas”, imediatamente forças privadas e do Estado penetraram nestes territórios em diferentes configurações, estratégicas e mecanismos: a entrada da polícia foi perseguida de perto por companhias de serviços, comunicação e comércio (OST; FLEURY, 2013). Durante o desdobramento do projeto, é possível notar mais detalhadamente a ênfase em um planejamento urbano baseado na articulação entre uma “lógica militarizada de gestão de espaços e territórios urbanos” (TELLES, 2015) e o deslocamento de fronteiras urbanas como “frente de expansão do capital financeiro” (ROY, 2011; TELLES, 2015).

Especificamente, a produção e o desenvolvimento do turismo influenciam diretamente o cotidiano da favela Santa Marta, produzida de maneira exemplar pelo regime discursivo da “pacificação” - onde as favelas com UPP são celebradas como “territórios de oportunidade” (LEITE, 2014, 2017; ROCHA; CARVALHO, 2018). Em uma paradoxal mudança de narrativa institucional e midiática, a favela Santa Marta transita dos noticiários de violência urbana para

¹³Entre outros casos a serem discutidos durante este trabalho, me refiro ao projeto de Grupamento de Policiamento de Áreas Especiais - GPAE nas comunidades do Cantagalo e Pavão-Pavãozinho. A experiência é baseada no modelo de polícia comunitária, priorizando ações de prevenção como forma de evitar a violência, o enfrentamento e o uso de armas na comunidade.

¹⁴ Parte significativa das UPPs instaladas na cidade do Rio de Janeiro ficava dentro dos “anéis olímpicos”, região sinalizada como área de interesses relacionados aos Jogos Olímpicos (CANO; BORGES; RIBEIRO, 2012).

representações de turistas registrando *selfies* juntamente com a estátua na favela. Se em momentos anteriores a divulgação internacional da favela prejudicaria a imagem do país, neste momento ela estaria sendo celebrada como um importante símbolo da “pacificação”. A reprodução simbólica de uma favela “pacificadas” estaria engajada à produção de uma cidade segura para visitação, investimentos e comércio. Naquele momento, a favela Santa Marta era reconhecida por ser “ainda mais pop 20 anos após Michael”¹⁵ - a favela tornava-se um ponto turístico oficial da cidade¹⁶.

A inauguração da estátua de Michael Jackson ocorre no contexto de execução do *Rio Top Tour*, um projeto de Turismo de Base Comunitária apresentado como “uma possibilidade de aproveitar o potencial turístico das comunidades carentes a partir da inclusão dos próprios moradores” (FREIRE-MEDEIROS, 2015, p. 194). Este projeto é componente de um vasto repertório de projetos do poder público e da iniciativa privada que eram implementados no Santa Marta com o objetivo de, após um período de testes, serem expandidos para outras favelas – justificando ao local o título de “favela laboratório” (MENEZES, 2015a). Envolvendo o Governo Federal, Governo Estadual e o SEBRAE, associando inclusão social e possibilidade de negócios, o projeto produziu efeitos contundentes que seguem reverberando na favela. Motivados pela expectativa de alcançar uma melhor qualidade de vida, diversos moradores passaram a movimentar suas vidas em direção ao mercado, influenciados pela promessa da “inclusão social” em uma redefinição do “dentro” e do “fora” sob a conversão de moradores e trabalhadores em empreendedores (ROY, 2010). Muitos moradores abriram seus próprios negócios relacionados a turismo, gastronomia, comércio e atividades culturais associados à “valorização da identidade” atribuída às desigualdades sociais paradoxalmente identificadas na própria favela, entre outras formas localizadas da chamada economia criativa (YÚDICE, 2004). Consequentemente, com o estabelecimento de um mercado e o surgimento de novos negócios, diferentes formas de associativismo emergiram no local, como organizações de empreendedores de favela, guias do turismo e movimentos culturais. Toda esta transformação no espaço social era percebida como efeito condicionado à continuidade da “pacificação” na favela. O esgotamento da política pública era percebido como uma ameaça constante.

¹⁵ A reportagem contrapõe dois aspectos: o sucesso individual de alguns moradores que se envolveram em negócios de cultura na favela e a distância da “tão sonhada estrutura”, relatando problemas de coleta de lixo, distribuição de água e eletricidade. Além disto, a formalização dos serviços ocasiona um aumento significativo, questionado pelos moradores. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/bairros/santa-marta-ainda-mais-pop-20-anos-apos-michael-18686557>

¹⁶Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2010/06/estatua-de-michael-jackson-e-inaugurada-no-morro-santa-marta.html>

1.3. Enquadrando Michael Jackson e um fuzil

Na semana anterior à divulgação da imagem da estátua com o fuzil, em Agosto de 2017, o chefe do tráfico de drogas na favela, conhecido como Mãozinha, havia sido baleado e preso após uma intensa troca de tiros durante a noite. Foi apurado que uma operação policial ocorreu durante a participação do traficante em um evento que comemorava seu aniversário, na Praça do Cantão. De acordo com a própria UPP Santa Marta, os responsáveis pela foto da estátua com o fuzil eram participantes da quadrilha de Mãozinha. Tornava-se institucionalmente explícito que o processo de “pacificação” na favela Santa Marta também estava debilitado pelo quadro de recrudescimento da violência na cidade:

"A assessoria de imprensa informa que o Setor de Inteligência da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) Santa Marta já identificou os suspeitos - alguns com mandado de prisão em aberto - e está realizando uma ação para prendê-los. Os criminosos fazem parte da quadrilha de Marco Pollo Lima dos Santos, conhecido como Mãozinha, que estava foragido da justiça e foi preso pela UPP no último dia 27. Cabe ressaltar que a foto possivelmente foi tirada no início da manhã — horário onde há maior movimento nas vielas — para evitar confronto com policiais da UPP". (Assessoria de Imprensa UPP Santa Marta - Agosto/2017)¹⁷

Imediatamente após o fim das Olimpíadas de 2016, reportagens e imagens componentes de uma narrativa de crise econômica passaram a circular por canais institucionais do Estado e pela grande mídia. Neste momento, onde se acumulam acontecimentos que evidenciam a fragilidade das UPPs, é possível destacar episódios de falhas, críticas e o progressivo rompimento de um consenso estabelecido anteriormente sobre o projeto de “pacificação” e sobre os métodos de ação da Polícia Militar (MENEZES, 2015a, 2014)¹⁸. Entre estes episódios, são acontecimentos decisivos o desaparecimento do pedreiro Amarildo na favela da Rocinha; a declaração de Estado de Calamidade Pública posterior aos Jogos Olímpicos 2016¹⁹, impedindo o cumprimento de compromissos assumidos pelo governo com a sociedade; e a

¹⁷Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/estou-revoltado-indignado-diz-autor-de-escultura-do-michael-jackson-21707410>

¹⁸Sobre o desgaste da imagem da Polícia Militar, vale detalhar que diversas manifestações de 2013 no Rio de Janeiro questionaram diretamente a corporação: “mortes cada vez mais publicizadas na mídia foram se acumulando: a chacina da Maré (em que dez pessoas morreram no meio dos protestos de junho de 2013), o pedreiro Amarildo (desaparecido na Rocinha em julho de 2013), Claudia Silva Ferreira (cujo corpo arrastado por um camburão chocou a opinião pública em 2014), os cinco jovens assassinados em Costa Barros com 111 tiros (em 2015), entre outros tantos casos” (ROCHA, 2018, p. 234).

¹⁹ Na ocasião, o então governador Dornelles mencionou a possibilidade de “total colapso na segurança pública, na saúde, na educação, na mobilidade e na gestão ambiental”. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-36566996>

derrocada do governo Sérgio Cabral, com o pedido de exoneração do secretário José Mariano Beltrame e a prisão do ex-governador por corrupção²⁰. Se políticas de segurança pública podem ser interpretadas como um parâmetro das formas de exercício de governo sobre territórios de favelas cariocas, os Jogos Olímpicos são simbolizados pela pacificação onde o controle militarizado possibilita a capilaridade mercadológica. Por sua vez a declaração de uma Intervenção Militar-Federal na cidade em fevereiro de 2018 é significativa de uma mudança angular de propósito governamental sobre estes territórios – e torna-se questionável se a favela ainda é produzida pela ideia de “lugar de oportunidade”.

No início da Intervenção, o General Richard Nunes, então responsável pela segurança pública do estado, apoiou-se em um estudo técnico realizado pela própria Polícia Militar para reduzir o projeto das UPPs quase à metade. A extinção de 13 unidades foi justificada por serem áreas onde “a política de pacificação fracassou”²¹. No momento da decisão, a Polícia Militar não divulgou o referido estudo, tornando obscuro e impreciso o critério técnico relacionado à decisão sobre a diminuição das UPPs e o impacto sobre as populações. É possível que a decisão tenha sido apoiada em um relatório da “Comissão de Análise de Vitimização da Polícia Militar do Rio de Janeiro“, divulgado alguns meses antes, que sugeriu a “desmobilização de unidades asfixiadas pelo crime”. Uma análise cronológica de dados relacionados à expansão da violência em favelas com UPPs permite observar que este esgotamento não ocorreu de maneira repentina²².

Na favela Santa Marta, a sensação de risco e perigo no local é intensificada. Apesar da manutenção institucional do projeto, o território volta a ser ocupado por grupos armados de varejistas do mercado ilegal de drogas, e a impossibilidade de um “policiamento de proximidade” ocasiona a retomada de conflitos armados para circulação e permanência em

²⁰ Posteriormente, o ex-secretário de Segurança foi denunciado por ter se beneficiado do esquema de corrupção de Sérgio Cabral. De acordo com uma delação, de 2007 a 2014, Beltrame recebeu um valor mensal de R\$ 30 mil, recursos que teriam sido entregues à sua esposa. O ex-secretário e sua mulher negam as acusações. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/beltrame-foi-beneficiado-por-esquema-de-cabral-diz-carlos-miranda-22638762>

²¹ Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2018/04/gabinete-de-intervencao-vai-extinguir-metade-das-upps-do-rj.html>

²² A partir de uma consulta aos dados do Instituto de Segurança Pública baseado nos 10 anos de projeto, é possível analisar a curva de funcionamento e efetividade relativa aos objetivos do projeto. Em dados gerais, de dezembro de 2008 até o final de 2018, foram registrados 1627 homicídios em áreas de UPPs, sendo 687 mortes por intervenção policial, de acordo com o ISP. No total, houve 60 policiais militares assassinados, com a média de 1 policial assassinado a cada 2 meses. Entretanto, considerando que o primeiro óbito ocorreu após 4 anos de existência do projeto, após 2012 a média é de 1 policial morto a cada 40 dias. Em relação ao índice de mortes violentas, a partir de 2014 a quantidade triplicou, passando de 11 para 35 a cada 100 mil habitantes em 2017.

pontos estratégicos da favela. Além de conviverem com riscos relacionados aos tiroteios frequentes, moradores relatam que policiais estariam agredindo as pessoas de forma física e verbal, entrando nas casas sem autorização judicial, revirando imóveis e roubando pertences. Além disso, há relatos de celulares confiscados por policiais e revistados sem autorização, adultos sendo revistados por policiais armados na frente de seus filhos e mulheres sendo revistadas por homens²³.

Se o turismo outrora foi instrumentalizado como uma maneira de evidenciar a conquista do direito de ir e vir possibilitada pelo controle militarizado na favela, a penetração de agentes externos é gravemente comprometida pela interrupção constante e inesperada das rotinas diárias. Apura-se localmente que houve a circulação mensal de mais de 5.000 turistas pela favela durante os meses adjacentes aos Jogos Olímpicos de 2016. No período pós-instalação da UPP, a regularidade era cerca de 2.000 por mês. Atualmente, não chegam a 200, segundo empreendedores do turismo. Em uma escala ampliada, o crescimento do turismo no país entre 2012 e 2017 foi apenas “modesto”, o que representa um fracasso relacionado à expectativa projetada em torno do acontecimento dos megaeventos²⁴. Em uma entrevista concedida à Agência Nacional das Favelas em 2017, um empreendedor do Santa Marta, Thiago Firmino, menciona que “a pacificação melhorou as coisas para empreendedores porque a favela ganhou visibilidade”. Por outro lado, a atenção sobre preservação e planejamento mostra-se como uma estratégia constante: “o segredo para os negócios é que você não pode estagnar, ou vai morrer na praia. É preservar e se planejar“. Firmino têm se envolvido com questões relacionadas aos abusos da polícia e reivindicações por direitos sociais na favela, além de considerar a possibilidade da “pacificação” realmente chegar ao fim: “vai que daqui a cinco anos a UPP acaba de vez e ficamos sem condições de trabalhar? Tem que pensar no futuro”²⁵.

²³Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/01/14/moradores-da-favela-santa-marta-na-zona-sul-do-rio-relatam-abusos-da-pm.ghtml>

²⁴ O relatório produzido pela agência internacional Euromonitor indica que o Brasil teve um crescimento anual de 3% no número de chegadas de estrangeiros entre 2012 e 2017, contra quase 6% na Costa Rica, 8% no México e 10% no Chile e na Colômbia. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/economia/copa-e-olimpiadas-nao-impulsionaram-turismo-no-brasil-diz-euromonitor/>

²⁵ Disponível em: <https://www.anf.org.br/entrevista-thiago-firmino-empendedor-do-santa-marta/>

1.4. Tiroteio na laje turística

Desde a inauguração da laje Michael Jackson, diversos acontecimentos levaram repórteres ao local para registrar e divulgar imagens. Por exemplo, durante a Copa do Mundo 2014 os jogadores da seleção holandesa, vencedores do campeonato, estiveram na favela, participaram de atividades culturais, jogaram futebol com crianças e “tiveram contato com a pobreza no Rio”²⁶. Os atletas foram conduzidos não somente por guias de turismo: um grupo de quatro policiais também acompanhou toda a movimentação. É possível que esse cuidado adicional fosse um anúncio do que aconteceria nos próximos anos. No final de 2018, no mesmo local onde os jogadores da Holanda estiveram pintando grafites nas paredes, um policial militar foi atingido no pescoço durante um confronto armado. A laje Michael Jackson²⁷.

É importante explicitar que desde o início do programa de “pacificação” na favela Santa Marta ocorrem críticas locais pela continuidade de formas de violência. Analisando um mapeamento do conteúdo dos rumores que circularam localmente durante este período, é possível apreender que as desconfianças se referiam à sensação de risco por formas de comportamento violento por pessoas vinculadas ao tráfico e também pelos policiais militares, além da submissão a um tipo de monitoramento da vida cotidiana que ocorria de ambas as partes (MENEZES, 2014). Entretanto, em relação a um período onde não havia mais tiroteios, a coexistência calculada entre polícia e tráfico deu lugar a disputas territoriais marcadas por tiroteios constantes. Após resultados pouco consistentes sob o comando do exército brasileiro na segurança pública²⁸, indícios do aumento da violência urbana continuavam sendo percebidos em diversas partes da cidade: durante uma semana de intensos tiroteios no Santa Marta, uma moradora do bairro de Botafogo foi baleada dentro de sua casa²⁹. A impressão de uma cidade mais segura passa a ser diariamente desconstruída.

²⁶ Um dos jogadores compartilhou sua sensação durante a experiência: “Ao mesmo tempo em que você tem uma vista incrível da cidade, você fica pensando em como pessoas conseguem sobreviver nessas condições. Na Holanda, há lugares pobres também, mas não como esse. É muito diferente. É uma experiência interessante, para refletir sobre a vida” Disponível em: <https://oglobo.globo.com/esportes/copa-2014/selecao-da-holanda-faz-turismo-em-favela-tem-contato-com-pobreza-no-rio-13094813>

²⁷ Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/12/12/policial-e-baleado-em-troca-de-tiros-no-morro-dona-marta-na-zona-sul-do-rio.ghtml>

²⁸ De acordo com dados do Instituto de Segurança Pública - ISP, nos primeiros 5 anos de UPP houve apenas três tentativas de homicídios registradas no local. Desde 2013, o número de casos chega a 92. Em 2019, são registrados cerca de 2 tiroteios por semana.

²⁹ O prédio onde a moradora foi baleada fica a um quilômetro da favela Santa Marta. O tiroteio na região começou por volta das 20h de um domingo, e o projétil atravessou uma vidraça e acertou moradora no banheiro

Ainda que o governo do Estado posicione-se em sentido de “reestruturar e manter” algumas UPPs - referidas como “mais emblemáticas do processo de pacificação” -, é contraditório que o governador do estado do Rio de Janeiro eleito para o mandato de 2019 a 2022, Wilson Witzel, tenha se tornado reconhecido pela mobilização de uma retórica discursiva de confronto e guerra às favelas – com efeitos manifestados logo nos primeiros meses do governo³⁰. A justaposição entre práticas, discursos, técnicas e tecnologias que centralizam o controle militarizado de vidas e territórios como ordenador da vida social é continuamente justificada e aplicada como elemento da produção urbana e justificação da violência urbana - e policial. Me refiro a um tipo de “urbanismo militarizado” (GRAHAM, 2016) para a normalização de um estado de guerra irrestrito, indeterminado e constante nas sociedades modernas. A partir de um estereótipo que associa favelas e crime, desumanizando seus moradores, é produzido no Rio de Janeiro um regime que explicita implicações de exposição à morte sobre populações das favelas.

Em março de 2019, imagens aéreas realizadas por um helicóptero durante as primeiras horas da manhã impressionaram por seu conteúdo violento. Um incêndio estava acontecendo dentro da favela. Era um sofá em chamas. A princípio, foi considerado que poderia ter sido uma atitude criminosa realizada para impedir o deslocamento da polícia pela favela. Entretanto, um pouco depois um policial pertencente à UPP Santa Marta foi flagrado enquanto atirava utensílios e mercadorias de um bar no fogo, alimentando a fogueira. De acordo com o secretário da PM, Rogério Figueiredo, “o local é um ponto de venda de drogas utilizado por traficantes”³¹. Não obstante à ilegalidade atear fogo a pertences de outras pessoas, independente de sua procedência, os riscos catastróficos de se provocar um incêndio dentro de uma favela impressionaram os próprios repórteres que realizavam a transmissão. A proximidade a casas, fios elétricos e materiais inflamáveis poderia ter ocasionado uma tragédia. Talvez esta situação represente bem o momento da favela: o confronto entre policiais e pessoas envolvidas com o

do apartamento em Botafogo Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/09/24/mulher-e-baleada-em-botafogo.ghtml>

³⁰ No início de 2019, 13 pessoas foram mortas em uma operação da Polícia Militar no morro do Fallet, no centro da cidade. Moradores locais afirmaram que as mortes aconteceram depois que os suspeitos já haviam se rendido. A Polícia Militar, no entanto, alega que houve confronto com traficantes. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/02/defensoria-do-rio-ve-indicios-de-fuzilamento-em-acao-policial-que-matou-13.shtml>

³¹ A Polícia Militar, através de um porta-voz, manifestou-se a respeito: "O policial que tomou a iniciativa de incendiar o sofá pertence ao efetivo da própria UPP Santa Marta. Já foi identificado e já está prestando depoimento sobre sua conduta. Caso não aduza argumentos que afastem e justifiquem sua conduta, será punido de imediato" Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/03/26/imagens-mostram-pm-queimando-moveis-em-favela-na-zona-sul-do-rio.ghtml>

crime ofusca os interesses da população local, oferecendo riscos a suas vidas por habitarem e residirem na favela.

1.5. Vida social de estátuas

Representações são entendidas como o processo de atribuição de significados e produção de sentidos através de linguagens - praticas, discursos, imagens e sinais (HALL, 1997, 2016) – que, além de não serem definidas por neutralidades, ao longo do tempo também efetuam, legitimam e reforçam assimetrias de poder (NAME, 2016). Conforme demonstrado no início deste subcapítulo, se o Cristo Redentor foi utilizado como um parâmetro comparativo relacionado à representação do Rio de Janeiro como uma cidade global, talvez neste momento valha encerrar a discussão recorrendo ao mesmo critério. Subversões de imagens são artifícios utilizados para compor o regime discursivo que se pretende comunicar. Assim, quanto mais fácil for a compreensão da imagem proposta, maior é a abrangência alcançada. A revista americana *The Economist* utilizou intervenções na imagem do Cristo Redentor para ilustrar a capa de suas análises sobre o Brasil em diferentes momentos³². Em 2009, a imagem da estátua levantando voo na capa “*Brazil takes off*” referia-se a um desempenho econômico invejável do país em relação a outros países do bloco econômico BRICS, e vinculava-se também à escolha do Rio de Janeiro como sede olímpica e seu reconhecimento no cenário geopolítico mundial. Em 2013, a mesma revista divulga uma capa em forma de autoparódia: a imagem da estátua apresentando falhas no voo, rodopiando e despencando na capa “*Has Brazil blown it?*” menciona que o Brasil conseguiu “apenas 2% de crescimento anual” e ressalta o descontentamento da população brasileira quanto ao alto custo de vida, serviços públicos deficientes e “a ganância e a corrupção dos políticos como impeditivos para um salto maior” – que despontaram emblemáticas manifestações populares em 2013. Em referência à reportagem anterior, o questionamento a partir da estátua se altera: “Será que a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos ajudarão o país ou simplesmente vão trazer mais dívidas?”.

³² Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/o-brasil-estragou-tudo-pergunta-revista-britanica-the-economist-10159264>

Figura 4: Capas da revista americana The Economist



Fonte: O Globo

Em um contexto da modernidade onde as relações são mediadas por imagens e representações massivamente consumidas na “superfície” da vida social (DEBORD, 1991), a veiculação midiática pode funcionar como instrumento de modificação e manutenção de regimes de verdade. A difusão da imagem da estátua na favela com o fuzil é crucial para a amplificação de um discurso que já estava em evidência: o esgotamento das UPPs após os Jogos Olímpicos adquiriu tamanha proporção que atingiu até mesmo a “favela modelo” do projeto. Poucos dias depois da circulação da imagem, a manchete de outra reportagem reitera o fracasso na segurança pública: “A UPP do Dona Marta é símbolo do começo, do auge e da decadência do programa de pacificação”³³.

A partir da análise dos significados inscritos em suas formas, usos e trajetórias, é possível interpretar as estratégias e interações que produzem a vida das coisas (APPADURAI, 1986). A existência da estátua, constituinte da produção mercadológica de uma favela que se tornou marca e modelo da alegórica “cidade pacificada”, permite interpretações a partir das interações que ocorrem ao seu redor e a seu próprio respeito. A representação simbólica da laje Michael Jackson é contestada localmente por moradores que se incomodam com o reconhecimento de uma personalidade estrangeira em detrimento de um “silenciamento” da história de lutas comunitárias por direitos sociais que poderiam ser lembradas a partir do mesmo espaço. Simultaneamente, o prevaletimento de mercadorias turísticas que trazem imagens do cantor - como camisetas, canecas, cangas, entre muitos outros – pode provocar diversas interpretações. Talvez seja uma maneira de manter esperanças de mudanças irrompidas

³³ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/com-tirroteios-diarrios-dona-marta-simbolo-do-auge-da-decadencia-das-upps-23016758>

pela visibilidade e reconhecimento da favela. O interesse de turistas por estas mercadorias, como próprio recurso de memória da favela, talvez seja expressivo sobre a forma que a experiência turística afetou permanentemente o espaço social. Ainda, o significado que motivou o artista a gravar um clipe na favela carioca permanece como possibilidade de denúncia sobre a vulnerabilidade das condições de sobrevivência na favela.

O sentido exposto pelas imagens permanece pertinente para os moradores da favela. Durante os roteiros turísticos, é comum que os visitantes sejam convidados pelos guias, empreendedores e comerciantes a assistir o vídeo produzido há mais de 20 anos. Na abertura do clipe, antes da favela aparecer, uma filmagem do Cristo Redentor é acompanhada por uma afirmação ao fundo: “Michael, eles não ligam pra gente!”.

2 INCLUSÃO PRODUTIVA E TEMPORALIDADES SOBREPOSTAS: GRAFITE NO MURO DA UPP

Apesar de sua multiplicidade e heterogeneidade (VALLADARES, 2005), as favelas cariocas são objeto de uma administração historicamente específica em termos de políticas públicas e seus direcionamentos. A partir da implementação das Unidades de Polícia Pacificadora, observa-se que a produção de uma forma de governo, ainda que pensada de forma uniforme, afeta distintas formas de vida de maneiras plurais. Para além do escopo inicial da atribuição de políticas urbanas pautadas por direitos sociais à “pacificação”, o que se pôde observar na favela Santa Marta foi uma significativa promoção de mecanismos de inclusão produtiva (LEITE, 2017) a partir de um repertório de capacitações, financiamentos e profissionalização relacionados ao empreendedorismo.

Neste subcapítulo, proponho uma discussão que tangencia a gramática da pacificação às transformações no mundo do trabalho relacionadas ao “empreendedorismo em favelas”. No entanto, é necessário destacar dois comentários iniciais relacionados ao emprego deste último termo: 1) no caso da “pacificação” na favela Santa Marta, o envolvimento com o turismo foi ativamente estimulado por diversas políticas e iniciativas que produziram no território um consenso estabelecido localmente entre os termos “empreendedorismo”, “turistas” e uma eclosão em fluxos de ideias, pessoas e mercadorias. O acompanhamento de adjetivos como “cultural”, “social” ou “comunitário” é atribuído ao desenvolvimento de capital social, econômico e simbólico relacionado ao alinhamento local à esta razão mercadológica em termos de empregos e consumo; 2) em favor de discutir o quadro da pedagogia civilizatória (BURGOS, 1998; VALLADARES, 2005) relacionado a formas de governo direcionadas a corpos e vidas por determinadas normas - políticas, regulatórias e disciplinares -, é necessário um esforço em observar “as ambiguidades, os embaralhamentos e as zonas cinza” em detrimento de explicações totalizantes e representações binárias sobre o empreendedorismo - onde tanto o “empoderamento” quanto a “captura pelo neoliberalismo” (DE TOMMASI, 2018, p. 200) oferecem explicações tão sedutoras quanto insuficientes em torno de um complexo fenômeno em suas distintas dimensões.

Neste quadro, analiso contrastes temporais em narrativas, discursos e subjetivações desenvolvidos por esta inclusão produtiva. Metodologicamente, a partir da leitura crítica de detalhes percebidos em uma materialidade específica – a saber, um grafite da favela Santa Marta pintado no muro da UPP - apresento relatos de moradores do Santa Marta em 2015 e,

posteriormente, em 2019. Compreendendo que a memória é “um elemento constituinte do sentimento de identidade e de reconstrução de si, tanto individual como coletivo” (POLLAK, 1992) é possível assumir que convergências entre categoriais espaciais e temporais tornam-se uma potencial via de apreensão do fenômeno urbano (FREHSE; O’DONNELL, 2019). Assim, o tempo presente é composto a partir de uma reconstrução do passado a partir de questionamentos realizados no agora, e também de sua resignificação como futuro (KOSELLECK, 2006). Em detalhe, serão acionadas duas categorias para esta argumentação: a) a percepção sobre a adequação a políticas públicas e intervenções anteriores na favela na composição de um “espaço de experiência”³⁴; b) a atribuição destas experiências às circunstâncias e decisões do presente na produção de um “horizonte de expectativa”³⁵ condicionado a um futuro que não pode ser antecipado.

2.1. Temporalidades no muro grafitado

Perguntas, comentários e questionamentos sobre efeitos socioeconômicos da célebre “pacificação” ocorrida naquele local eram momentos habituais e recorrentes durante os roteiros de turismo que acompanhei durante o intervalo entre 2015 e 2019 no Santa Marta. Parte da motivação em participar de um *favela tour* residia sobre a curiosidade de conhecer uma narrativa local sobre os efeitos e a veracidade desta política de segurança pública (MANO, 2015). De maneira já convencionada, os guias locais abordavam estes assuntos ao chegar com os grupos de turistas à quarta e mais alta estação do Plano Inclinado. Enquanto os turistas observavam pela primeira vez a icônica paisagem que simboliza o “contraste” social entre favela e cidade, e antes de iniciar a descida pelos becos, escadas e vielas por dentro da favela, acontecia uma breve discussão sobre estas aguardadas temáticas: favela, pacificação, megaeventos, o histórico de violência e produção urbana nos últimos anos. O prédio onde está instalada a UPP Santa Marta fica próximo ao local. Para os guias, a escolha deste local era uma

³⁴ “A experiência é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados. Na experiência se fundem tanto a elaboração racional quanto as formas inconscientes de comportamento, que não estão mais, que não precisam estar mais presentes no conhecimento. Além disso, na experiência de cada um, transmitida por gerações e instituições, sempre está contida e é preservada uma experiência alheia. Neste sentido, também a história é desde sempre concebida como conhecimento de experiências alheias” (KOSELLECK, 2006, p. 309–310).

³⁵ “Horizonte quer dizer aquela linha por trás da qual se abre no futuro um novo espaço de experiência, mas um espaço que ainda não pode ser contemplado; a possibilidade de se descobrir o futuro, embora os prognósticos sejam possíveis, se depara com um limite absoluto, pois ela não pode ser experimentada (KOSELLECK, 2006, p. 311).

estratégia para garantir a sensação de segurança durante a visita à favela, e também dialogar com o olhar dos turistas³⁶ que premeditavam riscos e perigos no decorrer do roteiro. Aos mais atentos, seria possível observar nos muros da UPP um grafite que exibia detalhes com relevantes possibilidades analíticas.

Figura 5: Grafite pintado no muro da UPP Santa Marta



Fonte: Acervo do autor

Não haveria nenhum detalhe tão chamativo em apenas mais um muro pintado com cores e ícones da favela. Entretanto, um exame um pouco mais metuculoso possibilita enxergar detalhes surpreendentes. Em destaque, a ilustração em estética de grafite apresenta uma representação genérica das favelas cariocas - com pequenas casas coloridas e amontoadas. Esta favela também está envolta por um contorno em verde que simboliza a área de vegetação no alto do morro Dona Marta, com destaque para a estátua do Cristo Redentor, na parte superior à esquerda. Contornando a figura, outras cores são predominantes para simbolizar o céu e também o nome “Santa Marta” - azul e branco, as mesmas da Polícia Militar. Logo abaixo das casas coloridas, são incluídos alguns prédios, talvez em uma forma de demonstrar a integração entre favela e o restante da cidade. Enfim, para além de todo o simbolismo implícito em uma

³⁶ Me refiro a um “olhar do turista” (URRY, 1996) que tematiza lugares produzidos como “objeto de curiosidade” através de uma imaginação antecipada por diversos estímulos produzidos e veiculados por canais como a mídia, jornais, revistas e filmes.

interpretação dos aspectos apresentados até agora, outro detalhe chama a atenção: este grafite foi pintado justamente sobre um muro cravejado por furos, buracos e marcas de tiros.

A intensa e prolongada observação etnográfica em contextos urbanos específicos permite complexas impressões analíticas em materialidades que poderiam passar despercebidas. Inscrições em espaços públicos reconhecidas pela estética do grafite podem ser articuladas a aportes advindos da Antropologia Visual. Dispostas no espaço público e implicando atravessamentos na vida cotidiana, é interessante a contribuição epistemológica de que “determinadas imagens não falam por si sós, mas expressam e dialogam constantemente com modos de vida típicos da sociedade que as produzem” (NOVAES, 1998). Por exemplo, em uma região periférica da cidade caribenha Kingston, na Jamaica, é recorrente que sejam reproduzidos grafites como referências a figuras locais de autoridade, os *dons*, em justaposições com figuras reconhecidas na música, esportes e política - como Usain Bolt e Barack Obama - conduzindo, a partir destes murais, uma percepção onde estas figuras locais são estimadas como “lendas” locais. Entretanto, a análise do apagamento do nome de um líder comunitário de diversos murais simboliza uma ruptura no relacionamento de liderança entre este sujeito e este território (JAFFE, 2018a). Em outro exemplo, na favela carioca de Acari, disputas de poderes e a relação entre tráfico de drogas e religião evangélica é explicitada em heterogêneas substituições nos muros do local: seja uma ilustração de Bob Marley sentado sobre uma folha de maconha sendo trocada por passagens bíblicas, ou a figura de Escrava Anastácia sendo sobreposta pela marca de um puma – símbolo de uma marca esportiva que é também a marca de preferência e identidade dos traficantes locais (VITAL DA CUNHA, 2014).

Manifesto inspiração nas análises supracitadas para direcionar um exame crítico ao grafite apresentado na favela Santa Marta. Principalmente porque grafites detém certa representatividade quando são produzidos no contexto de políticas urbanas que incluem “disputas sobre o controle da produção de sentido e significados dos espaços urbanos e hierarquias entre diferentes grupos de pessoas” (JAFFE, 2018a)³⁷. Este grafite, particularmente, é um interessante exemplo onde distintas intervenções na paisagem urbana são acionadas em torno de objetivos estéticos. Essa espacialidade envolvente através de estímulos visuais pode produzir uma sensação de intimidade e conforto, de ser vigiada e protegida, mesmo que estas

³⁷ Nos exemplos mencionados, é também determinante não deixar de notar o sucessivo apagamento e substituição de figuras racializadas e, conseqüentemente, os efeitos de sua representatividade - afinal, as imagens do presidente estadunidense e do atleta jamaicano globalmente reconhecido não apenas fazem referência às associações transnacionais promovidas pelos moradores da cidade, mas também apontam para uma negritude transnacional como fonte de identificação coletiva.

intervenções coexistam com impactos afetivos mais ambíguos, como desconfiança e tensão (JAFFE, 2018b, p. 12). É possível interpretar a inserção desta conjunção entre materialidade e espacialidade para a produção de uma ordem político-estética determinada: a “pacificação” carioca. Diferencialmente de situações análogas³⁸, quando autorizado a ser executado justamente em um muro da UPP, este grafite na favela Santa Marta é legitimado sobretudo pela própria Polícia Militar. Para além da substituição de um grafite por outro, entendo que o simbolismo evidenciado por estas circunstâncias contempla e excede uma disputa por significados que é explicitada a partir da dominação de sujeitos e grupos sociais que têm controle sobre o que deve estar exposto e o que deve ser visto. Nesta situação, as formas estéticas representadas com tinta por cima de marcas de tiroteios evidenciam a interpretação decididamente estabelecida por formas de governo e a tentativa frustrada de posicionar acontecimentos do passado em um lugar de esquecimento promovido pelo presente que está sendo produzido.

Sendo a principal via de entrada de veículos pelo alto, através do bairro de Laranjeiras, o acesso superior da favela Santa Marta costumava ser um local tático para disputas territoriais e confrontos armados. Tiroteios entre envolvidos com o crime e policiais ou entre participantes de diferentes facções aconteciam ali frequentemente durante as últimas décadas. A reprodução do grafite apresentado exatamente neste lugar permite um aprofundamento analítico sobre formas de governo biopolítico deste momento: situado na gramática da pacificação carioca, o envolvimento com o grafite e produções neste modelo estético podem simbolizar possibilidades de acesso de jovens de favelas e periferias a projetos sociais e a oportunidades que são anunciadas como capazes de “catapultá-los ao convívio com elites artísticas e culturais no Brasil e no exterior” (VITAL DA CUNHA, 2014). Paralelamente, estes grafites também detêm potencial “eficiência simbólica” para propagar e modelar uma determinada identidade local a partir de formas, cores e mensagens textuais (VITAL DA CUNHA, 2017).

Assim, no contexto de instalação da UPP um grafite foi pintado por cima das marcas que lembravam o histórico de violência. Não interpreto este muro pintado apenas como uma forma de gerar uma sensação de segurança, mas como exemplo concreto e estético de onde espirais de cores, representação e sentido em torno da *traveling favela* vão dos territórios empíricos aos objetos e vice-versa - em uma relação de espelhamento entre “a favela como

³⁸ Como o contexto de “pacificação” na cidade de Medellín, onde participantes de iniciativas locais em territórios estigmatizados pela violência urbana passam a elaborar roteiros turísticos a partir de seus próprios grafites para “expressar politicamente suas versões das narrativas sobre violência urbana no passado e no presente” (NAEF, 2016)

território da imaginação e as transformações na materialidade empírica das diferentes favelas turísticas” (FREIRE-MEDEIROS; MENEZES, 2016, p. 653). Em algum sentido, a disposição artística da representação genérica da favela por cima das marcas alusivas ao passado de conflitos armados funciona como uma maneira de determinar qual história deve ser contada a partir daquele momento – e, portanto, qual não deve ser. Na discussão que se segue, busco inspiração e paralelos entre a realidade social expressa neste grafite para dar enfoque às micropolíticas em regimes de governo de corpos e vidas em articulação com a inclusão produtiva do empreendedorismo e às temporalidades que estão literalmente sobrepostas nesta imagem.

2.2. Marcas do passado, cores do presente

Em 2015, descrições sobre “um novo momento” para as favelas atribuídas à “possibilidade de empreender” foram narradas pelos moradores de maneira recorrente durante diálogos e entrevista que pude estabelecer na favela Santa Marta. Motivado principalmente pela intenção de compreender as dinâmicas locais relacionadas ao crescimento do turismo em favelas naquele momento, tive acesso predominante a indivíduos vinculados à qualificações empreendedoras e representativas daquele momento. A valorização de uma nova economia das favelas articulada à redução da desigualdade social que rendia prêmios de jornalismo³⁹ era articulada a narrativas institucionais que celebravam “capacidades criativas e empreendedoras” das populações locais, motivando moradores de favelas “pacificadas” a abrirem seus próprios negócios⁴⁰. Havia um intenso engajamento individual em torno de uma terminologia específica: buscar “oportunidades” relacionadas à “integração” através da “qualificação” para o “mercado de trabalho” e também da “formalização” de serviços para “consignação de microcréditos”.

O estimulado desejo por esta forma de inclusão social é condicionado a um disciplinamento individual da subjetividade ao mercado, através de uma perseguição

³⁹ Disponível em: <http://memoria.oglobo.globo.com/jornalismo/premios-jornalisticos/a-nova-economia-das-favelas-9057301>

⁴⁰ “Ser o dono do próprio negócio é o desejo de 40% dos 12,3 milhões de moradores das favelas brasileiras, segundo pesquisa inédita realizada pelo instituto Data Favela, com apoio do instituto Data Popular e da Central Única das Favelas. O número é maior que a média brasileira. No país, 23% querem ser donos de empresas, segundo a pesquisa” de 2015. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/empreendedorismo/noticias/redacao/2015/03/03/40-dos-moradores-de-favelas-querem-abrir-negocio-proprio-diz-estudo.htm>

competitiva aos repertórios da “brecha da cultura”⁴¹, onde diferenças sociais articuladas à criatividade local tornam-se matéria-prima geradora de valor (DE TOMMASI, 2018). No Santa Marta, a presença de visitantes e turistas foi promovida e percebida como a principal “brecha” para inclusão produtiva. Assim como reproduzido no grafite estampado na UPP Santa Marta, a paisagem da favela gradualmente se recompunha numa materialização do formato genérico da favela carioca: diversas lojas de variados produtos e também comércios como bares, botequins ou padarias são reformados e remodelados a partir de cores atrativas, vibrantes e chamativas.

O estímulo ao comércio local era vinculado à crescente circulação de novos consumidores pelo território da favela. Desta forma, o empreendedorismo pode ser representado principalmente pela rede de trabalhadores que participavam direta ou indiretamente das crescentes atividades turísticas: principalmente os guias de turismo, mas também comerciantes de *souvenirs*, donos de restaurantes e diversos captadores de implantação de eventos de iniciativa supralocal ou projetos relacionados a qualificação profissional na favela. Considerando o acontecimento do Rio Top Tour logo no início da pacificação, o envolvimento com o turismo de base comunitária é um exemplo bastante acionado e reconhecido pelos moradores para identificarem suas opiniões e seus imaginários sobre o crescimento dos negócios dentro da favela. Por exemplo, enquanto expressava sua opinião sobre as iniciativas que ocorreram durante este período, uma moradora orgulhosamente me contou que participar do Rio Top Tour, tornar-se empreendedora e guia de turismo provocou em sua vida um impacto tão significativo que se assemelhava à sensação de um renascimento. De acordo com ela, a percepção no Santa Marta sobre o incentivo ao empreendedorismo era de que as favelas cariocas, reconhecidas em diversas instâncias por suas condições de desigualdade e pela “ausência do Estado”, estavam finalmente sendo percebidas e incluídas nos negócios da cidade:

Eu costumo dizer que eu nasci do Rio Top Tour. A gente aqui, empreendedores, nós nascemos do Rio Top Tour. (...) Um projeto do governo do incentivava os moradores a trabalhar com o turismo e o empreendedorismo. A gente pegou essa bandeira, a gente abraçou. Nós vestimos a camisa e estamos ai hoje. Estamos amadurecendo e crescendo. Nós com outros moradores e outras favelas criamos a rede CONTUR com apoio do SEBRAE. Estamos nos desenvolvendo.” (Empreendedora/Guia de turismo – Entrevista/2015)

⁴¹ Expressão do Secretário da Identidade e Diversidade Cultural do Ministério da Cultura (MinC) em 2003, utilizando o empreendedorismo e o esforço individual como justificativa e solução de problemas estruturais e desigualdade social: “através da “brecha da cultura”, o combate à pobreza, a gestão participativa e o respeito e valorização da “diversidade” permitiriam gerar um “outro Brasil”” (DE TOMMASI, 2018).

É fundamental circunscrever numerosas promessas políticas de “um novo momento” para as favelas em um contexto onde expectativas são convenientemente produzidas e motivadas por objetivos heterogêneos. Proponho uma breve exemplificação a partir do histórico mais recente de políticas públicas direcionadas especificamente a favelas. Desde a redemocratização após a ditadura militar, no fim dos anos 80, projetos de urbanização de favela são sistematicamente propostos e interrompidos. Destaco o programa Favela-Bairro, que previa um amplo conjunto de obras de estrutura urbana com o objetivo de conferir características de bairros às favelas, em uma demonstração do que foi compreendido como o “sepultamento de propostas remocionistas e o investimento em sua consolidação [das favelas]” (BURGOS, 1998). Também é possível reconhecer uma continuidade de experiências de policiamento de proximidade que vinham ocorrendo em tentativas de criar um ambiente mercadologicamente propício para investimentos e valorização de espaços urbanos. Em resumo, a UPP teria sido antecedida por “uma história de fracassos de experiências de policiamento especializado para favelas” (BURGOS et al., 2011), como o Posto de Policiamento Comunitário - PPC, o Destacamento do Policiamento Ostensivo - DPO e, mais recentemente, o Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais - GPAE. No contexto recente, são também acontecimentos recorrentes na cidade do Rio de Janeiro os repetidos episódios de violência do Estado e violações de direitos sociais, sobre populações pobres, justificados pelo acontecimento de grandes eventos esportivos⁴². Enfim, apesar de diferenças entre projetos de segurança pública, ou de contornos que conduzem a percepção de que determinadas políticas são oportunidades definitivas, é possível observar continuidades relacionadas à disciplinarização de corpos e subjetividades justificados pela produção da “ordem urbana” - assim assemelhadas quanto aos objetivos, à população alvo e às estratégias adotadas (MACHADO, 2017).

Resumindo, o espaço de experiências relacionado a políticas sociais nas favelas estava composto por promessas constantemente descontinuadas. Entretanto, assim como tintas de diversas cores são lançadas sobre um muro com indícios e marcas que foram produzidos anteriormente e permanecem perceptíveis, a visibilidade da movimentação de grandes

⁴² Em junho de 2007, durante o acontecimento dos XV Jogos Pan-Americanos, um laboratório e teste para futuros Megaeventos, a Polícia Militar e a Força Nacional de Segurança realizaram uma operação no Complexo do Alemão resultando em 19 pessoas mortas e dezenas de outras feridas. Essa invasão foi o último ato numa série de incursões violentas da PMERJ nas favelas localizadas nas proximidades das áreas de competições, áreas turísticas ou linhas de transportes nos meses precedentes ao Pan. Posteriormente, em junho de 2013, no contexto de preparação da cidade para a Copa das Confederações, 9 pessoas foram mortas em uma operação do Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar – BOPE realizada após um sargento ter sido morto na favela. Parentes dos mortos venceram o medo de pronunciar-se e acusaram os policiais de execução.

montantes de ideias, investimentos e projetos direcionados ao Santa Marta conduzia a impressão de que aquele momento poderia ser diferente do histórico anterior. Mesmo subordinada a uma presença diferenciada pelo ordenamento social via militarização, aquela percepção de “chegada do Estado” estava condicionada às possibilidades pelo envolvimento com o oferecido repertório de “mudar de vida” a partir de “financiamentos”, “capacitações” e “sustentabilidade econômica”. Decididamente, a chegada do Estado à favela “pacificada” foi essencialmente fundamentada por empresas, projetos sociais e turistas em um objetivo bastante definido: produção de capital e lucro; empreendedorismo na favela e ampliação do mercado consumidor. Em decorrência, moradores que enxergavam um horizonte de expectativas no empreendedorismo imaginavam oportunidades vinculadas ao desejo de “virar empresa”. Duas tomadas de posição eram predominantes naquele momento. Em primeiro lugar, a sensação de que seria necessário acompanhar a movimentação do mercado para não “ficar para trás” e sofrer adversidades relacionadas ao aumento do custo de vida suscitados pela especulação do mercado. Em segundo, uma constituição de si onde “empreendedorismo de favela” é instrumentalizado como uma performance que modela a auto-representação de determinados sujeitos em oposição a perspectivas mercadológicas de identidades internas e externas à favela.

2.3. “Virar empresa” na favela “pacificada”

Expressões como “a favor” ou “contra” são determinações insuficientes para apresentar a multiplicidade de complexos posicionamentos de moradores locais da favela Santa Marta sobre o empreendedorismo local, em 2015. Reconheço que a captação destas oportunidades, a elevação de autoestima e o envolvimento profissional são determinantes para o posicionamento favorável, onde principalmente no caso do turismo há um “contínuo” onde “a gradação das opiniões varia de acordo com as relações ou encontros turísticos performados nas diversas favelas” (FREIRE-MEDEIROS, 2009; MORAES, 2016). Quando perguntei a empreendedores do turismo sobre generalizações a respeito de opiniões sobre a abertura de novos negócios na favela, eles mencionavam termos como “coragem” e “atitude” para justificar a concordância de outros moradores, em referências a uma subjetividade produtiva e empreendedora baseada no exercício de um saber específico: entender burocracias, assinar carteiras e regularizar empreendimentos não seriam tarefas facilmente executadas (DE TOMMASI; VELAZCO, 2013). Portar um documento de CNPJ detém, para estes sujeitos, um valor simbólico

relacionado a uma emancipação social resguardada pela formalização de suas empresas e empregos junto às instituições governamentais.

O empreendedorismo na favela, além de um dispositivo de inclusão via mercado, também é delineado pelo capital simbólico relacionado à utilização da própria liberdade para construção de uma narrativa sobre si incorporada àquele espaço social. O turismo era uma oportunidade de, simultaneamente, prosperar economicamente e “descortinar a favela para o mundo, mostrando suas especificidades e suas culturas”, como mencionou uma liderança local. Seria inquestionável a possibilidade de conquistar a desejada inclusão social a partir dos próprios méritos e narrativas, se distinguindo pela contraposição à uma posição hipoteticamente subordinada às “pessoas de fora”. Como observou Thiago Firmino, “tem gente que prefere ficar do lado do funcionário, recebendo salário. E tem gente que quer ser empreendedor, abrir sua lojinha, ser seu próprio patrão”:

“Vale lembrar que tem gente que não gosta, que tem gente que fala mal, tem gente que apoia, tem gente que trabalha, tem gente que não trabalha e é complicado a gente convencer uma pessoa que não é do segmento e não entende um pouco do turismo. Ele sempre vai achar que se não ganha com isso não vai apoiar. Sempre vai ter morador que vai gostar e morador que não vai gostar. Eu acho que os moradores deveriam investir e abrir algo ou aproveitar essa oportunidade. Eu tenho meus filhos, minha casa, minha mãe. Eu sustento a vida com o turismo. O morador tem que aproveitar.” (Thiago Firmino – Entrevista Julho/2015)

Se no âmbito local da favela a constituição subjetiva do empreendedorismo ocorre por uma representação de si em contraposição aos outros moradores, estas identificações não são suficientes para apagar o princípio maior de uma classificação territorial dualista que constrói dois blocos identitários na cidade carioca. Mesmo integrados ao empreendedorismo, estes moradores de favela constituem um grupo alternativo dentro do campo dos negócios urbanos, e as relações e sociabilidades com empresas de turismo pertencentes a outras partes da cidade se desenvolve a partir de uma oposição ainda mais explícita. Ainda que alinhados à razão de mercado, estes moradores permanecem submetidos ao caráter totalizante de identificações territoriais e “uma política discursiva que os aloca numa posição subalterna e estigmatizada” no espaço da cidade (BIRMAN, 2008). Deste modo, enquanto tentavam ampliar suas atividades no campo de negócios da cidade, estes moradores seriam constantemente confrontados a refletir sobre o acompanhamento do adjetivo “de favela” a suas identificações como empreendedores.

Conseqüentemente, termos como “turismo exploratório”, “mercado predatório” e “atividade agressiva” eram constantemente acionados como forma destacar competências profissionais através da atribuição da identificação “empreendedor de favela” e, simultaneamente, desqualificar a entrada independente de iniciativas externas de turismo na

favela. De acordo com meus interlocutores, a organização de formas de turismo “comunitário” e “de experiência” seria a principal forma de contrapor-se às “empresas de fora”. A qualidade de serem “nascidos e criados na favela” simbolizaria uma aptidão para constituir a atividade turística de maneira “consciente” e “defendendo o território contra invasores”. O conhecimento do histórico da favela era frequentemente justificado como uma razão determinante para uma qualificação de moradores a apresentarem aquele lugar adequadamente aos visitantes interessados. Embora houvesse divergências locais entre discursos que “mostrem o lado bom da favela” ou “quebrem a exotização”, os empreendedores locais do turismo constantemente ressaltavam sua capacidade de “contar a história de verdade” da favela. Assim, narrativas acionadas também configuram uma significativa perspectiva que pode ser exemplificada em torno de modelos relativos à temporalidade. Enquanto um grupo se consolida em torno da oportunidade de “mostrar as transformações da favela” em discursos alinhados ao que seria o momento presente e o imaginário sobre o futuro bem-sucedido da “pacificação”, um grupo menor se define por um tipo de oposição sobre esta imaginação e faz questão de destacar contrastes sociais e os problemas relacionados ao passado de políticas públicas ineficientes e desconfianças sobre o projeto as UPPs.

Entretanto, quando acionados a refletir sobre o futuro, ainda em 2015, os diálogos sobre a manutenção da “pacificação” após as Olimpíadas ocorriam em tom reticente. O turismo como garantia de negócios projetava aos moradores, de uma maneira geral, a sensação de que o fato da favela estar incluída no horizonte de negócios da cidade significava a consolidação de que aquele território estava livre dos tiroteios e de disputas territoriais. Expressões como “garantir a segurança para os turistas” e “espero que as pessoas continuem a nos visitar” possibilitam a interpretação de que o turismo seria um sintoma positivo de uma conjuntura de segurança ainda mais ampla. Para o dono de um restaurante entrevistado em 2015, a curiosidade dos turistas sobre o Santa Marta era motivada por uma contradição inerente ao próprio programa de pacificação: “eles sabem que aqui realmente é pacificado, que não é que nem outros lugares que pacificou e continuou perigoso”. Acontecimentos em torno deste morador são ilustrativos para uma passagem entre 2015 e a marca de dez anos de “pacificação”, em 2018. Destacando-se como um importante empreendedor durante o “auge” da “pacificação”, Zequinha envolveu-se de maneira intensa neste momento e suas oportunidades, inclusive recebendo prêmios de revistas especializadas em categorias como “gastronomia de favela”. Entretanto, com o recrudescimento da violência e o retorno de disputas sobre o controle e ordenamento da favela, pessoas envolvidas com o crime passaram a exigir que policiais não fossem mais atendidos

pelos negócios na favela. Rumores indicam que este empreendedor foi acusado de insistir em servir refeições para policiais da UPP, além de fornecer informações sobre dinâmicas locais aos agentes. Em decorrência deste contexto, ele foi obrigado a vender seu restaurante e rapidamente sair da favela – em continuidade a um fenômeno que ocorre simultaneamente em diversas favelas da cidade⁴³.

2.4. Expectativas frustradas

Entre as expectativas produzidas pela inauguração do projeto das UPPs, é possível apontar perspectivas estabelecidas a partir de diversas concepções e entendimentos. Entre eles: a) a segurança a toda a população da cidade, incluindo boa parte dos moradores nas localidades alvo de sua implantação no futuro (MACHADO DA SILVA, 2010); b) a conquista local de direitos, associada a uma maior oferta de serviços públicos, mais oportunidades de estudo, mais negócios, maior acesso ao lazer, e mesmo de maior espaço para a atuação na sociedade civil (BURGOS et al., 2011); c) a participação local nas políticas que os afetam e na redistribuição do acesso aos bens públicos com garantia de direitos de cidadania (FLEURY, 2012); d) um anseio para o Estado romper de fato com a “metáfora da guerra”, garantindo aos moradores locais, de forma permanente, o mesmo tratamento a que têm direito qualquer cidadão (LEITE, 2012).

No que seria um “entusiasmo acrítico” pautado por um “mito inatingível”, o consenso sobre a inauguração do projeto das UPPs se baseava na esperança de “uma cidade calma e serena, que seria o outro lado do medo do vizinho que há décadas nos assola a todos” (MACHADO DA SILVA, 2010). Entretanto, quanto mais frágil a posição de um grupo social, mais curto é também seu horizonte político. (Ibid, p. 293). Desta forma, ainda que permeados por suspeitas relacionados a supostas intenções por trás da “pacificação”, um aceno à melhoria de suas condições de vida de alguma forma mobiliza grande parte dos moradores.

⁴³ O relato desta situação no Santa Marta é utilizado em uma reportagem para explicitar que “não é um caso isolado”, mas ocorrem retaliações semelhantes em diversas favelas “pacificadas” da cidade: “muitos moradores de favelas que acreditaram nas UPPs hoje temem pelo seu futuro. Alguns, assim como o ex-comerciante, já receberam recados de traficantes para deixar suas casas”. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/moradores-de-comunidades-do-rio-que-apoiaram-upps-sofrem-retaliacoes-de-traficantes-21779287>

No decorrer dos anos seguintes a 2015, a expectativa coletiva gerada pelos investimentos mobilizados foi tomando ares de ceticismo frente à realidade percebida pelos moradores em diversas escalas analíticas – da local na favela Santa Marta até a nacional. Orçamentos excedidos, denúncias de corrupção, legislações de exceção, construções atrasadas e não-terminadas, remoções de habitações, violência policial e insurgências urbanas são acontecimentos que reduziram expectativas locais do país à sensação de frustração (MÜLLER; GAFFNEY, 2018)⁴⁴. Em um intervalo de poucos anos, a favela que vivia a referida erupção de “financiamentos”, “capacitações” e “sustentabilidade econômica” é marcada por um contraste expressado continuamente no discurso de seus moradores. Em dezembro de 2018, passados dez anos da instalação da UPP Santa Marta e três anos após o término das Olimpíadas 2016, policiais e traficantes envolvem-se de maneira continuada em tiroteios ocasionados por disputas territoriais rotineiras, em “uma realidade bem diferente dos sete anos anteriores”⁴⁵. A conquista do “direito de ir e vir” que possibilitava a circulação de políticas, projetos e turistas foi gravemente prejudicada. A percepção atual é que, a despeito das dimensões sociais destacadas pelo programa no início, a experiência de militarização sobrevive a partir de uma reconfiguração de sua gramática, desarticulada da reivindicação por ações sociais de outrora. Faz sentido indagar: e agora? De maneira exemplar, a “falência total do projeto” neste momento é definida em uma entrevista concedida pelo presidente da Associação de Moradores em uma comparação da favela com um “cemitério de projetos”:

Avalio o Santa Marta hoje como um cemitério de projetos, de obras. Projetos que foram outrora recebidos com aplausos pela população, mas pela não continuidade, a gente hoje está chorando o leite derramado. É triste falar isso, mas o desgoverno, a falta de política pública para dar continuidade ao projeto, faz com que nós fiquemos tristes em ver essa falência total do projeto no Santa Marta, que foi considerado uma favela modelo de pacificação. (Zé Mário – Entrevista ao G1 24/12/2018)⁴⁶

Em comparação entre 2015 e 2018, foi possível notar mudanças na própria narrativa de alguns moradores sobre a UPP. Antes, alguns guias mencionavam orgulhosos que as UPPs eram a garantia de segurança e reflexo dos investimentos do governo na favela. Neste novo momento,

⁴⁴ Efeitos percebidos também nas experiências de grandes eventos esportivos em outros países, como África do Sul e Índia (MAHARAJ, 2015)

⁴⁵ Reportagens mencionam a movimentação do turismo como sintomas da retomada da violência. Por exemplo, “se no período pós-instalação da UPP eram 2.000 visitantes por mês, atualmente não chegam a 200, segundo guias do local”. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/09/27/antes-pacificado-morro-dona-marta-no-rio-registra-dois-tiroteios-por-semana>

⁴⁶ Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/12/24/construcao-de-predio-para-moradores-da-favela-santa-marta-em-botafogo-ficou-so-na-promessa.ghtml>

o tom era mais jocoso. Uma guia fez piadas sobre a “presença fantasma” da UPP na favela: para além das dificuldades de agentes policiais se movimentarem para o interior do território da favela, a permanência do imaginário concebido em representações em continuada mobilidade sobre a favela “pacificadas”. Paradoxalmente, os guias de turismo também comentam que esta representação da “pacificação” é importante para continuar transmitindo sensação de segurança e atrair turistas e “alguns poucos investimentos de fora”. Após a realização de um *tour*, esta mesma guia comentou comigo que, nos meses após as Olimpíadas, voltaram a ocorrer diversos tiroteios na região do pico e “as coisas voltaram a ser como eram antes”. O fogo cruzado permaneceu constante por algumas semanas até que a polícia resolveu ceder e reduzir as trocas de patrulha que aconteciam dentro do território da favela. Consequentemente, a partir do momento em que a polícia parou de circular pelo morro, várias empresas também saíram da favela e iniciativas que aconteciam pontualmente deixaram de ocorrer.

Em 2018, questões que eram problemáticas em 2015 também passaram a ser recuperadas a partir de diferentes interpretações. Um morador comentou que preferia a época que “o problema era ter muita gente circulando pela favela”. Para ele, “quando tinha 2 mil turistas de fora na quadra, fazendo eventos onde a população local nem podia entrar, era um problema melhor de se enfrentar”. Quando acompanhei alguns *tours* pela favela neste rearranjo local e temporal, pude notar diferenças e efeitos relacionados a este novo momento. Por mais que permaneçam disputas relacionadas à perspectiva discursiva predominante a ser narrada pelos diferentes guias, a exceção cotidiana agora é parte constitutiva e central da experiência turística. De início, os guias rotineiramente informam que a favela está “contando com a presença simultânea de “gente do narcotráfico e gente da polícia” e que em locais que a polícia não pode mais circular poderia ser possível “encontrar traficantes armados durante o *tour*”. Quando perguntados se isto configura um problema, geralmente os turistas ficam um pouco apreensivos, mas respondem que não.

Também se tornou explícita uma mudança nas narrativas relacionadas às expectativas motivadas pela “pacificação”. Há uma situação bastante ilustrativa sobre este momento, ocorrida em meados de novembro deste mesmo ano. Enquanto participávamos de um roteiro de turismo, estávamos em um local próximo à igreja de Santa Marta quando um turista reparou em um grafite marcado em uma parede. Era um pequeno quadrado preto e estilizado em forma de logomarca, onde estava escrito “Favelagrafia”. O guia mencionou ser a logomarca de um projeto de fotografia que vinha acontecendo durante os últimos anos. Naquela iniciativa, os

moradores participavam de capacitações e oficinas de fotografia, movidos pela oportunidade de “retratar a favela a partir da perspectiva local”. Prosseguindo, o guia de turismo informou que aquele seria um vestígio de “mais um projeto trazido por ONGs que queria dar protagonismo e autonomia a moradores locais” que, apesar de ter terminado, “algumas pessoas continuam fotografando e tentando a carreira profissional”. Concluindo e prosseguindo a caminhada, o guia comentou que “este é mais um dos projetos que chegam e vão embora, o que é uma pena”⁴⁷.

Mesmo percebido no espectro da instrumentalização da cultura como ferramenta de inclusão social submetida à legitimação mercadológica, o turismo comunitário é apreendido pela rede local de turismo como uma oportunidade de produção de diferentes lugares de fala e de escuta sensível. Se falar é existir absolutamente para os outros (FANON, 2008), a possibilidade de compartilhar a história local é uma possibilidade prezada pelos empreendedores locais. No limite, torna-se possível ir além das disputas narrativas entre uma “abordagem que mostre o lado bom da favela” ou outra que “provoque a desconstrução de estereótipos e anti-romantização e exotização da favela”, como é mencionado pelos guias. É um consenso local que *tours* de 2 horas não produzem interações genuínas e, portanto, não desconstruem integralmente preconceitos anteriores - mas certamente podem ser entendidos como um momento de esclarecimento, quebra de paradigmas ou julgamentos. O protagonismo local desenvolvido pelo turismo produz diferentes efeitos socioeconômicos que provocam efeitos relacionados à autoestima e à política interna da favela. Moradores que passaram a frequentar espaços de representatividade e fala, como palestras em universidades e feiras internacionais de turismo, atualmente encaram o turismo como uma forma de resistência política vinculada a uma forma de vida e sobrevivência. O auge desta dimensão pode ter sido a instituição na Câmara dos Vereadores de um Grupo de Trabalho sobre um projeto de lei que beneficiasse os guias de turismo em favelas – que não foi efetivada (MORAES, 2016).

2.5. Cores do passado, marcas do presente

Foi com a expressão “expectativas cheias de suspeitas” que uma moradora me respondeu quando perguntei sobre a reação atual das pessoas da favela às promessas relacionadas à “pacificação”. Em sua experiência pessoal, esta moradora trabalhou com diversos projetos sociais na favela e inclusive viajou para outros países devido a este envolvimento. Disse que após a Copa do Mundo, e principalmente “a crise depois das

⁴⁷ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/bares-restaurantes-hostels-em-favelas-amargam-prejuizos-com-crise-da-seguranca-21279859>

Olimpíadas”, o fomento supralocal a projetos sociais na favela diminuiu bastante. Em uma tentativa de continuidade a estas atividades, me disse orgulhosa que ainda aproveita esta experiência para organizar mobilizações e projetos “da maneira que dá” - como uma roda local de mulheres para conversar sobre planejamento financeiro. Entretanto, ela citou o assassinato da vereadora Marielle Franco⁴⁸ para contar uma experiência que marcou a diferença de temporalidade e a retomada dos riscos de estar situacionalmente posicionada entre o Estado e o tráfico local. Em torno de 2016, ela “levou uma prensa” de moradores envolvidos ao movimento do tráfico porque participava de muitas reuniões na sede da UPP para articular e viabilizar os projetos sociais em que participava. Neste momento, percebeu que o “clima não estava mais bom para aquilo” e preferiu reduzir seu envolvimento com a facilitação de projetos implementados na favela.

Neste momento posterior aos Jogos Olímpicos, memórias de um passado que vinham sendo evitadas são retomadas de maneira urgente em tentativas coletivas de interpretar o que pode ocorrer no futuro: assim como as marcas de tiros cravejadas em um muro grafitado, que permaneciam perceptíveis aos que não estavam tão distraídos pelas cores da pintura. Seja por investimentos, capacitações, projetos sociais ou grandes narrativas sobre a “pacificação”, as expectativas e desejos produzidos pela gramática da “pacificação” ocultam algo para além daquilo que mostram: o acontecimento do empreendedorismo voltado às favelas e suas populações está entre “diversas máscaras que têm sido colocadas no trabalho informal visando ocultar sua verdadeira face” (OLIVEIRA, 2017), figurando como instrumento de desresponsabilização do Estado e um culto ao mercado enquanto neutro e regulador das relações sociais. Com o esgotamento da “pacificação” e a retomada do fogo cruzado nestas favelas, a desformalização⁴⁹ de comércios, negócios e empregos é expressiva da reinvenção de uma eficiente lógica de dominação social que responsabiliza exclusivamente os próprios trabalhadores por seu próprio sucesso ou fracasso. Individualização de problemas sociais convertida em autoestima para alguns e angústia para outros. Ainda que circunscritos numa lógica da profissionalização, e certamente tocados por suas recentes experiências, o

⁴⁸ Marielle Franco, mulher negra, originada da favela da Maré, foi eleita em 2016 a 5ª vereadora mais votada do Rio de Janeiro. Na política, reivindicava causas relacionadas a direitos humanos, feminismo e direitos LGBTQ. No início de 2018, foi brutalmente assassinada a tiros, acontecimento recebido de maneira trágica pelo campo progressista. Em 2019, o crime completa mais de 600 dias sem uma resposta sobre “Quem mandou matar Marielle”. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/o-assassinato-de-marielle-franco-22493183>

⁴⁹ O estímulo ao empreendedorismo condicionado à formalização do comércio ocasionou impostos e o aumento do custo de sustentação. Em um momento anterior, o preço da formalização era ofuscado pelo desenvolvimento do comércio e aumento do lucro. Entretanto, quando os circuitos de visitação são atingidos, o lucro diminui e a formalização promovida como oportunidade torna-se um problema.

acionamento do passado ainda é utilizado por alguns moradores como principal tentativa de interpretar um futuro incerto: “com o fim da UPP, a favela volta a uma dinâmica que já conhecíamos antes. As pessoas acreditaram e apostaram na UPP, e agora precisam se reacostumar à forma que era antes. Para mim, parece ser uma reciclagem da forma de lidar com essas coisas”, argumenta uma das primeiras moradoras a envolver-se com práticas empreendedoras na favela.

Percebendo a resignação com que o guia comentou e a indiferença com que todos os turistas reagiram ao relato sobre o fim do projeto “Favelagrafia”, preferi não tentar aprofundar naquele assunto. Entretanto, é possível tomar este exemplo para refletir sobre temporalidades e formas de governos que são marcadas a partir de determinados tipos de condicionantes. Se a produção de expectativas permeadas por suspeitas ou inseguranças, por si, já é um sintoma questionável e desfavorável, o desenvolvimento da condição de cidadania baseado em uma apresentação coercitiva do Estado - promotor principal das “oportunidades” trazidas pela “pacificação” - retira a possibilidade de que essa proposta se torne hegemônica (FLEURY, 2012). Apesar da continuidade de seus efeitos, o próprio Rio Top Tour também foi um projeto suspenso após poucos anos de funcionamento. Uma guia de turismo comentou sobre a importância de “aproveitar as oportunidades” porque na favela “a gente já sabe que tudo que é do governo vem e acaba”. O relato de uma liderança local em um evento sobre favelas e políticas públicas reforça este argumento:

Em todas as favelas, o mesmo problema: Isso revela como o poder público olha e se relaciona com a favela. Há um certo ensaio de que aquilo será tomado como parte efetiva da cidade. É um ciclo. A prefeitura atual não tem nenhum projeto para a urbanização das favelas. Veremos mais um ciclo de 4 anos sem projetos para as favelas” (Liderança Local – Jun/2018)

Um excelente exemplo analítico de iniciativa interrompida é a “Tudo de cor para você”, da empresa Coral Tintas. Através da mobilização de representantes da empresa, autoridades governamentais, lideranças locais, celebridades e voluntários, eram promovidos mutirões de pinturas da fachada de algumas casas da favela. Embora algumas pessoas criticassem a iniciativa, argumentando sobre sua superficialidade e a ausência de benefícios e transformações sócio-estruturais, moradores que recebiam o projeto mencionavam um elevado grau de satisfação por terem cores “alegando” a fachada de suas casas. Além da pintura das casas, em uma ocasião o mutirão marcou também a entrega da nova pintura artística da escadaria de entrada da comunidade. A arte final pintada nos degraus da escada foi escolhida pelos próprios

moradores em processo de votação promovido pela iniciativa⁵⁰. Uma personalidade reconhecida como “padrinho” do projeto é o ex-tenista Gustavo Kuerten, o Guga. Em uma das edições da iniciativa, ainda em 2015, o atleta mencionou perceber “avanços significativos” relacionados à temporalidade e o futuro: “investir em projetos sociais é como apostar em atletas: leva anos, mas vemos os resultados a longo prazo”. Em uma interessante conjunção simbólica, nas fotos de divulgação do mutirão de pinturas, Guga posava aparentando estar bem-humorado, sorridente e orgulhoso em fotos junto a um painel com logomarcas da Coral Tintas e do projeto, e também em frente a um muro com o Cristo Redentor e a favela pintados sobre marcas de tiroteios - o mesmo apresentado no início deste subcapítulo:

Figura 6: Gustavo Kuerten posando para fotos da campanha “Tudo de cor para você”



Fonte: Website Coral Tintas

É indispensável ressaltar que determinadas questões permanecem e se reconfiguram tanto durante a “pacificação”, quanto após o período marcado por seu esgotamento. Sincronicamente ao acionamento de um regime discursivo diferenciado sobre as favelas “pacificadas” a partir de articulações sobre a sua “potência”, sua “diversidade” ou “novas formas de engajamento político dos jovens” (DE TOMMASI, 2018, p. 196), em outras partes das cidade as favelas que não foram “pacificadas” permaneciam como alvo de operações policiais constantes. A recorrência de acionamentos ao termo “revitalização” associados a transformações e o imaginário urbano deste período chama a atenção tanto para a fabricação de normas e lineamentos que definem como o espaço será narrado e quem vive ou viverá nele,

⁵⁰ O artista Mancha, do coletivo carioca SerHurbano, executou a obra que “exalta as manifestações culturais da favela, como o samba e a folia de reis, e reproduz a imagem do astro pop Michael Jackson”. Disponível em: <https://www.coral.com.br/pt/campaign/tudo-de-cor-para-rio-de-janeiro-mutirao-pintourio450>

quanto também evidencia o questionamento sobre qual tipo de “vida” está sendo ressaltada (GUTTERRES, 2016). É possível perceber que neste momento ocorre um acúmulo das experiências que pode ser compreendido ao enquadrar o grafite pintado no muro da UPP como a concretização de um retrato simbólico do tecido urbano na favela: em uma camada bastante visível, uma exaltação ao empreendedorismo incentivado nas favelas; em justaposição, marcas da violência policial que historicamente afeta estes territórios marginalizados da cidade e suas populações.

Em um momento posterior, onde iniciativas para colorir muros e fachadas são percebidas como algo relacionado ao passado, e o presente recebe outras marcas: foram aumentando nos muros as pichações de apologia à facção Comando Vermelho e de ameaças à UPP. A presença de policiais circulando pelo território deixou de ser tão intensa enquanto passou a amplamente ser percebida a quebra de expectativas relacionada à gramática da pacificação. Essas expectativas produzidas na favela Santa Marta sobre a melhoria de condições de vida local eram condicionadas a agentes supra-locais que introduziam valores fundamentados principalmente pelo empreendedorismo na favela. Independente do objetivo ou de sua origem, o repertório da “inclusão social” funcionava como mecanismo de justificação em torno da noção de uma “pedagogia da conversão” (DAS; POOLE, 2004) em normas aplicadas em uma tentativa hegemônica local de se remodelar e “pacificar” corpos, vidas e populações. Sujeitos alheios à “pacificação” permaneceriam circunscritos em trajetórias relacionadas à lógica oposta - o fogo cruzado que permanecia ocorrendo nas demais favelas da cidade carioca. A percepção de “chegada do Estado” é moldada como oportunidade pela “ausência” regida por ações predominantemente policiais no território da favela. O estímulo ao empreendedorismo é tomado como oportunidade e oculta as críticas à assimetria de políticas públicas nas favelas em comparação com outras partes da chamada “cidade formal”. Em outras palavras, assim como normatividades e exceções se alimentam, as oportunidades poucos questionadas neste governo de vidas são produzidas por formas de governo historicamente precarizadas perpetuadas nestes territórios.

A possibilidade de realização de uma investigação sobre expressões artísticas e criativas alinhadas à gramática da pacificação na favela Santa Marta permite algumas considerações gerais sobre a produção urbana e as técnicas de governas do referido período. Principalmente por tratar-se da “favela modelo” e um “laboratório” das UPPs, neste capítulo foi demonstrado que o espaço social da favela Santa Marta é propício para se delinear diretrizes e efeitos em torno de uma “estética da pacificação”: a produção de uma paisagem composta por mercadorias

atrativas, ou materialidades que provocam sensações de segurança, reconhecimento, expectativas e reações relacionadas à gramática vigente. Considerando a observação de intervenções estéticas em torno da vida social das coisas e as temporalidades que podem ser observadas a seu respeito, vale uma última provocação sobre a estátua de Michael Jackson para reflexões sobre a disputa estética que simboliza as disputas pelo controle do território – e, conseqüentemente, a circulação dos corpos, objetos, informações e imagens pela/da favela. Imediatamente após o episódio com o fuzil, outras intervenções foram realizadas na estátua⁵¹: primeiro, um boné com características iguais aos usados pelos Policiais Militares do Rio de Janeiro; em seguida, moradores se reuniram e vestiram a estátua com roupas e a bandeira do Brasil.

Figura 7: Intervenções na estátua de Michael Jackson.



Fonte: Jornal O Globo

⁵¹ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/estatua-de-michael-jackson-aparece-com-bone-da-pm-na-redes-sociais-21715843>

CAPÍTULO 2 – PRECARIEDADE COMO “LEGADO”

Situando o acontecimento das UPPs em paralelo à produção urbana para a Copa do Mundo 2014 e dos Jogos Olímpicos 2016, é possível notar que uma categoria repetidamente acionada no debate sobre os chamados megaeventos também foi empregada de maneira análoga nos debates sobre políticas de segurança pública e as favelas da cidade: “legado”. Especificamente no contexto carioca, esta expressão passaria a figurar em inúmeras situações nas quais fosse necessária uma explicação acerca de intervenções no espaço urbano carioca, com efeitos variáveis de acordo com os grupos sociais afetados. Por exemplo, a facilidade de tráfego, deslocamento e mobilidade para alguns sujeitos⁵² poderia significar, para outros - como moradores favelas ou regiões periféricas e historicamente precarizadas -, “a reincorporação da remoção no campo das intervenções possíveis do Estado nessas localidades” (MAGALHÃES, 2013).

No caso da favela Santa Marta, após dez anos de “pacificação” é possível perceber diversas formas de repercussão onde imagens, notícias e representações, que retratam construções interrompidas, serviços básicos ineficientes e o ressurgimento do risco de morte, podem ser interpretadas como marcos simbólicos de distintivas formas de “legados” da política urbana. A noção de **dispositivos de precariedade** é forjada para a constituição de uma perspectiva analítica em torno de materialidades que, embora elevadas conforme uma projeção de visibilidade sobre um novo momento de integração social e imaginação política (JAFFE, 2018a) na favela, inversamente acabam por tornar-se símbolos da descontinuidade de políticas públicas e do surgimento de novos problemas. Aqui, a precariedade pode ser compreendida pela tradução de uma “condição politicamente construída” através da qual determinadas populações sofrem com falhas nas redes sociais e econômicas de apoio e são tornadas “assimetricamente expostas a contextos de violência, perigo, enfermidade, migração forçada, pobreza ou morte” (BUTLER, 2009, p. 2). De maneira sumária, a precariedade caracteriza populações que estão em elevado risco de doenças, pobreza, fome, deslocamento e exposição à violência sem proteção; e também uma condição politicamente induzida de vulnerabilidade e exposição maximizada à violência arbitrária do Estado e a outras formas de agressão que não são propriamente promulgadas pelos Estados. Portanto, seja pela construção de infraestruturas regidas por um “espetáculo urbanístico” (CAVALCANTI, 2013) e direcionadas ao

⁵² Algumas intervenções tiveram ampla repercussão, como a revitalização da região portuária da cidade e múltiplas obras viárias cujo resultado seria ligar e alterar usos de certas regiões (MAGALHÃES, 2013).

fornecimento de moradia e mobilidade urbana ou à posição privilegiada de um equipamento de estrutura turística, **dispositivos de precariedade** são materialidades elevadas por direcionamentos simbólicos alinhados à estética da pacificação que acabaram seguindo por outra direção - transitando de experiências ou representações do “fazer viver” para o “deixar morrer”.

No primeiro subcapítulo, analiso a vida material e política da infraestrutura no cotidiano da favela. Compreendendo que novas infraestruturas são promessas feitas no presente sobre o futuro, e quando suspensas no presente, elas simbolizam as ruínas de um futuro antecipado e os resíduos de uma modernidade antecipada (APPEL; ANAND; GUPTA, 2015), a promessa e a suspensão de infraestruturas são posicionadas como uma metáfora analítica para o esgotamento do processo de “pacificação” na favela Santa Marta. As partes são organizadas em torno de três situações apresentadas a partir de cenas e relatos de pessoas confrontadas com novos acontecimentos: a suspensão das obras de um conjunto habitacional, problemas na distribuição de eletricidade e serviços básicos e a falta de investimentos na manutenção do Plano Inclinado. Chamo atenção aos efeitos da exclusão física da infraestrutura urbana constituindo formas de sofrimento que marcam determinados “corpos precarizados”, onde podem ser percebidas “vulnerabilidades constitutivas das assimetrias de poder e dominação que ordenam a cidade” (FRANGELLA; RUI, 2018).

Em seguida, proponho um debate referente à retomada da sensação de medo e risco de morte à primeira favela “pacificadas”. Como eixo analítico, apresento discussões a em torno de uma manifestação de moradores contra a violência policial realizada em frente ao stand de turismo. Respectivamente são analisados rumores, notícias e informações que circulam em torno de acontecimentos fatais em três favelas “pacificadas”: o assassinato de um morador da favela Chapéu Mangueira, uma turista fatalmente atingida durante um passeio turístico e assimetrias de informações em torno de uma vítima na própria favela Santa Marta. Meu argumento é que, em uma rápida transmutação de “enquadramentos” (BUTLER, 2015) que postulam formas de precarização sobre as favelas “pacificadas” e suas populações, o “direito de ir e vir” dá lugar a uma realidade delineada pela explícita violência de Estado - onde “atos violentos, sejam legalizados ou francamente ilegais, que se produzem como modo de sustentar fronteiras de pertencimento à comunidade política e, por conseguinte, do “direito a ter direitos” (SANJURJO; FELTRAN, 2015, p. 43).

1 INCERTEZAS E SUSPENSÃO: INFRAESTRUTURA URBANA

“A descontinuidade da política de pacificação na favela Santa Marta, em Botafogo, coincide com a incompletude das obras de reurbanização, simbolizada pelo esqueleto de um conjunto habitacional bem à esquerda da encosta de quem a vê do asfalto”.⁵³

Nos momentos posteriores aos Jogos Olímpicos de 2016, foi possível perceber em diversas comunicações, como no caso do trecho da reportagem destacada nesta epígrafe, a substituição continuada e recorrente de termos relacionados a promessas, como “oportunidade”, “melhoria” e “renovação”, por relatos de suspensão, como “descontinuidade”, “interrupção” e “incerteza”. O espaço social da favela Santa Marta pode ser tomado como parâmetro para a análise da descontinuidade e do esgotamento de políticas urbanas neste período. Por exemplo, a mencionada referência ao conjunto habitacional que estava sendo construído, onde 64 apartamentos seriam oferecidos aos moradores da favela. Além da espontânea interrupção das obras, as condições atuais do local são descritas na mesma reportagem como “apenas ruínas”. Também em 2018, o jornal El País divulga uma reportagem intitulada “UPPs, mais uma história de esperança e fracasso na segurança pública do Rio”. Entre críticas e descrições contundentes sobre o aparente desmonte da política de segurança pública, o texto informa que “o modelo que representou nos últimos anos a esperança de um Rio mais seguro se mostra esgotado, após colecionar uma série de fracassos e escândalos nos últimos anos”⁵⁴.

No contexto da “pacificação”, projetos de construções emblemáticas foram produzidos como forma de inscrever as favelas na paisagem urbana, produzindo uma sensação sociopolítica e simbólica de “inclusão” perante a cidade dita “formal” - embora o contraste notabilizado provoque a instituição de valor em novas imagens da pobreza a ser mercantilizada (NAME; FREIRE-MEDEIROS, 2017). Analisar criticamente a continuidade destes projetos é uma alternativa interpretativa sobre as formas de governo no momento posterior aos Jogos Olímpicos. Por exemplo, uma reportagem do jornal Extra informa sobre uma situação que pode ser considerada uma significativa materialização da continuidade do projeto das UPPs - considerando seus atributos de esgotamento, interrupção e fracasso: fechados desde o final de 2016, os “teleféricos do Alemão e da Providência viram sucata”⁵⁵. Desta forma, uma análise da vida material e política constitutiva das infraestruturas pode revelar “relações frágeis” entre as

⁵³ Disponível em: https://www.jb.com.br/index.php?id=/acervo/materia.php&cd_matia=902953&dinamico=1&preview=1/

⁵⁴ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/11/politica/1520769227_645322.html

⁵⁵ Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/rio/teleféricos-do-alemao-da-providencia-viram-sucata-22553797.html>

peças, as coisas e as instituições que procuram governá-las (ANAND; GUPTA; APPEL, 2018). Essas relações frágeis tornam a infraestrutura um local produtivo para examinar a constituição, a manutenção e a reprodução da vida política, econômica e social de determinados territórios.

Em outra reportagem, publicada pelo jornal O Globo em 2012, momento central da construção discursiva da “revitalização” da cidade e auge da reverberação inicial da “favela modelo”, são denunciados diversos problemas de infraestrutura e urbanização que afetam o cotidiano da favela Santa Marta, como má-distribuição de água, falta de eletricidade, esgoto a céu aberto, entre outros⁵⁶. Na mesma reportagem, em entrevista sobre suas expectativas naquele momento, um morador afirma que “disseram que agora o Estado se faria presente aqui”. Entretanto, ele complementa a afirmação informando que, desde 2008, a única obra relevante teria sido o início da “construção do prédio” - o conjunto habitacional mencionado anteriormente. Procurados pela produção da reportagem, os órgãos responsáveis se esquivaram: a Secretaria Municipal de Obras informou que “não faz intervenções na favela” e a responsabilidade pela rede de águas pluviais no Santa Marta seria do Governo do Estado ou da Secretaria Municipal de Habitação. A SMH, por sua vez, afirmou que não atua na favela⁵⁷. Em resposta às denúncias veiculadas, é informado na reportagem que o Governo do Estado manifestou, através de uma nota oficial, que “fez obras de infraestrutura no local”, investindo o valor de R\$ 27,7 milhões na ocasião. Aqui, em complemento à discussão anterior, percebe-se um eixo analítico onde se vinculam o governo de populações e a vida política da infraestrutura. Ainda que finalizados, as formas como os projetos são concretizados podem ser interpretadas principalmente pela precarização, além de ameaças por falhas, quebras e fracassos – produzindo a sensação de ausência por parte das populações. Seja o conjunto habitacional, os teleféricos da cidade ou o próprio processo de “pacificação”, é possível notar uma sensação de espera em continuidade indefinida e, gradativamente, desacreditada à medida em que “a ideia de que uma ruptura paira no horizonte vai colorindo a imaginação dos moradores” (CAVALCANTI, 2013).

⁵⁶ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/morro-dona-marta-primeira-favela-com-upp-sofre-com-esgoto-6855247>

⁵⁷ Apesar de “não atuar em favelas”, durante este período a Secretaria Municipal de Habitação tornou-se reconhecida por sua relação com políticas de remoções de moradias. Isso ocorreu pela prática de divulgar as remoções que seriam parte de processos de urbanização através de marcações com a sigla “SMH” na parede de casas, acompanhada por um número. De acordo com uma perspectiva etnográfica, o número pichado era “materialmente visível e, por isso, gerador de um sentimento de culpa, de sujeira, de ilegalidade, de acusação, que era extremamente violento para quem passava por essa experiência” (GUTTERRES, 2016).

Apoiado sobre a proposta de interpretação a partir do arcabouço analítico das infraestruturas urbanas (FERGUSON, 2012; RODGERS; O'NEILL, 2012; ANAND; GUPTA; APPEL, 2018), nesta parte do trabalho pretendo debater formas de gestão do cotidiano em meio a situações de precariedade a partir da conjuntura apresentada. O objetivo é analisar como as ações do Estado são percebidas pelas populações da favela Santa Marta, com as políticas públicas e seus diferentes circuitos em suas formas de agenciamento em “espaços de indeterminação” (BIRMAN; FERNANDES; PIEROBON, 2014)⁵⁸. Para tanto, utilizarei registros de minha investigação combinados com reportagens veiculadas pela mídia e trechos de registros científicos na favela Santa Marta durante o referido período para complementar a descrição de relatos. Após uma breve descrição da favela com vistas a identificações e segmentações internas em função da infraestrutura, o artigo se estrutura a partir de três eixos: os agenciamentos em torno das obras inacabadas do referido Conjunto Habitacional; as incertezas e efeitos relacionados à regularização de serviços de eletricidade na favela; a percepção no contexto presente sobre o contraste entre promessas e suspensões. Ao final, considerações são elaboradas sobre o governo de populações promovido pela produção de vidas expostas à morte.

1.1. Da ladeira ao pico

A Praça Corumbá é o local de interseção entre o bairro de Botafogo, na Zona Sul do Rio de Janeiro, e a subida para a favela Santa Marta. A partir dali, olhando em direção à favela, pode-se observar uma movimentada rua, com diversos camelôs, vendedores informais de frutas, salgados, eletrônicos, ferramentas, roupas e produtos de vários tipos. Também chama a atenção um intenso sobe-e-desce de pessoas indo trabalhar, levando crianças à escola, saindo a seus afazeres cotidianos. Entre elas, percebe-se a inconstante circulação de poucos carros e motos. Em geral, as motos circulam para outros lugares da cidade a partir do ponto de moto-taxi. Um pouco mais à frente, nesta rua, fica o Bar do Tota, um dos bares mais frequentados pelos moradores. Olhando mais para cima, pode-se ver a favela surgindo por trás de uma grande

⁵⁸ Em um trabalho sobre grupos populares em ocupações o direito de acesso à cidade é articulado à indeterminação pelo quadro de urbanização da cidade. Argumenta-se que este cenário intensifica a gestão diferencial dos ilegalismos pelo peso que adquire o tráfico de drogas, juntamente com a ilegibilidade que tem caracterizado as políticas e ações da governamentalidade sobre as formas de vida e de trabalho na região (BIRMAN; FERNANDES; PIEROBON, 2014).

árvore. Por ser um território estreito e íngreme, é possível se analisar as fronteiras físicas da favela: à direita, uma região delimitada por trilhos e cabos de aço, por onde funciona o Plano Inclinado, também conhecido como “bonde”, que transporta as pessoas verticalmente por 5 estações acima na favela; ao centro, uma quantidade incrível de casas sobrepostas - de diferentes tamanhos, cores e composições; à esquerda, entre as casas, chama a atenção uma construção incompleta de um prédio, e; na parte mais alta, algumas construções de formato diferente limitadas por uma enorme extensão de mata que cresce para cima, por onde continua o morro até o Mirante Santa Marta. Certa vez, eu estava nesta praça conversando com uma moradora sobre a distribuição das casas na favela. Ela me ofereceu uma interessante explicação relacionando as condições de vida das pessoas à sua localização pelo à infraestrutura da favela. De acordo com sua interpretação, a favela é dividida em três partes: “ladeira”, “parte baixa” e “parte alta”.

A ladeira é o curto trecho que liga a Praça Corumbá até o “escadão” que marca o início da favela. Ela me disse que, por ser uma condição de vida muito diferente da estabelecida nas casas e vielas no morro, “por mim, nem dá pra considerar isso ai como favela”. Em geral, moradores em condições econômicas favoráveis conseguem mudar-se para essa região e, em muitas oportunidades, ao invés de vender suas casas na favela, preferem alugar para contribuir com o financiamento da casa nova na “ladeira”. As pessoas da parte baixa seriam a “classe média” da favela. Esta dimensão valorativa foi proposta pela moradora com destaque às possibilidades de mobilidade e circulação pela favela. Por estarem próximos ao “asfalto”, moradores da parte baixa não dependem do Plano Inclinado para se locomoverem pela favela até suas casas. Esta característica configura benefícios diversos, como facilidade para transporte de material e realização de obras estruturais em suas casas, acesso próximo à Associação de Moradores para buscar suas correspondências, facilidade para chegar a suas casas sem o “bonde” e melhores condições para transitar entre favela e asfalto. Viver na parte alta da favela seria “o mais difícil”, de acordo com esta explicação. O “pico” é um local com maiores dificuldades para habitação, considerando principalmente que a região foi desconsiderada dos últimos planos de urbanização. Perguntei o motivo desta diferenciação e ela disse que “é porque havia um projeto de remover as pessoas dali”. Ela não explicou as razões disto⁵⁹, mas continuando seu relato sobre as diferenças internas na favela, ela mencionou que há diferenças

⁵⁹ Em relação a contínuas mudanças no plano de urbanização da favela, moradores do pico temiam a possibilidade de serem removidos do local. Embora o Governo justificasse que as condições que caracterizavam uma “área de risco”, os residentes da área temiam que futuramente fosse construído um hotel no local (MENEZES, 2015b).

nas formas de vida entre as pessoas que moram na parte alta e as do pico, configurando uma diferenciação que ela definiu argumentando que “o pessoal de cima é que vive de verdade no sufoco. Se for comparar com o pessoal aqui de baixo, é favela raiz e favela nutella mesmo”.

Transitando pela região do pico da favela, é perceptível o contraste social entre este local e o restante da favela. Diversas casas são construídas em madeira, a quantidade de lixo pelas vielas é maior do que no restante da favela, o calçamento é precário e há pouca iluminação durante a noite. O último processo de políticas de urbanização na favela foi demarcado e interrompido de acordo com a localização da última estação do Plano Inclinado. O pico fica mais acima, e é reconhecidamente a “área mais sacrificada do morro”. Ironicamente, foi por ali que teve início a construção de casas na favela. Então, apesar de algumas casas serem maiores, também são mais antigas. Outras casas, mais novas, são construídas em madeira, constituindo uma infraestrutura interna precária – em muitas não há banheiro, água na torneira ou eletricidade. A caminhada até o topo é bastante dificultada, mesmo com o Plano Inclinado, o que leva as pessoas a muitas vezes utilizarem a saída pela parte de cima, que dá acesso ao bairro de Laranjeiras.

Moradores da favela historicamente lutam e reivindicam pela requalificação e manutenção das casas desta área da favela. Ao sair do bonde na última estação, logo chama a atenção uma grande faixa preta onde se pode avisar o termo “gentrificação”. Um outro morador me explicou que o pico foi “deixado de lado” pelo projeto de urbanização e, naquela época, houve muitos rumores sobre aquela ser uma área de interesse do empresário Eike Batista⁶⁰ - onde as pessoas seriam removidas e o caminho vindo por Laranjeiras seria estendido “por cima” até ali. “Isso aqui deixaria de ser favela, sabe? Ia virar outra coisa - Hotel Eike Batista, sei lá”, me disse. Ele mencionou que o prédio de moradias na parte esquerda do morro, cuja construção foi interrompida “logo que tudo acabou” serviria de moradia, em especial, para pessoas que seriam removidas desta região da favela. Com isto, relaciona a falência de Eike e do Estado à interrupção do projeto do prédio.

⁶⁰ O empresário Eike F. Batista da Silva foi considerado em 2012 o 3º homem mais rico do Brasil. Seu grupo EBX expandia os investimentos em mineração, no setor imobiliário, na indústria naval, em logística e petróleo. Nesse ano, a cidade do Rio de Janeiro era retratada pela mídia corporativa como um grande loteamento dos investimentos do empresário, e provavelmente pela ascensão de sua figura, os rumores sobre hotéis no alto de favelas e a aquisição de áreas próximas a elas para empreendimentos turísticos foram recorrentes nas narrativas de moradores (GUTTERRES, 2016).

1.2. As obras interrompidas do Conjunto Habitacional

Em resposta a uma reportagem sobre a interrupção das obras do conjunto habitacional na favela Santa Marta, a Assessoria de Imprensa do Governo Estadual do Rio de Janeiro informou que o custo do projeto foi de R\$10,1 milhões. Sua realização teve início em novembro de 2011 e foi interrompida no ano seguinte, onde pouco mais da metade do projeto foi executado pela Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio - Emop. Sobre a suspensão das obras, a Assessoria revelou que “não se sabe quando o trabalho será retomado”. Tendo como referência esta conjuntura, onde um órgão oficial do Estado revela descaso e omissão ao ser questionado sobre a continuidade do projeto, torna-se necessário apreender que a conclusão pode não ser o único resultado possível em projetos de infraestrutura. A suspensão, ao invés de ser uma fase temporária de um projeto, precisa ser teorizada como sua própria condição de ser. É exatamente esta relação de indefinição que permite pensar sobre uma política particular do presente (APPEL; ANAND; GUPTA, 2015).

Na parte esquerda da Favela, em meados de 2011, foi iniciada a construção de um prédio de moradias populares, que seria oferecido a pessoas que habitavam “casas em situação precária”, como afirmava o Governo do Estado - em geral, pessoas que moravam nas casas do pico da favela. Estes moradores foram orientados a realizar um cadastro junto à prefeitura para oficializar a promessa das casas. A partir daí, deveriam aguardar o término da obra para a realocação neste local. A obra teve início. Muito material foi levado ao local. Muitos trabalhadores exaustivamente trabalhavam no projeto. A estrutura começou a crescer e ser percebida. Então, a obra parou.

Devido a narrativas de crise financeira do governo do estado ainda antes da Copa do Mundo, a continuidade das obras foi interrompida e sem previsão de retorno – assim como a promessa de moradia às pessoas em situação precária. Em seguida, o decreto de “Estado de Calamidade Pública” pelo governo do estado em 2016 ocasionou desesperança ainda maior. Passando pelo local, é possível observar que no entorno da região há muitas construções onde pessoas vivem em condições de extrema precariedade - estruturas frágeis, de madeira, com tetos por onde atravessa a chuva, sem instalação de eletricidade, água e esgoto, sem banheiro, em terreno bastante irregular e cercado por lixo, facilitando alagamentos. Para evitar o acúmulo de pagamento de aluguel, diversas pessoas abandonaram suas casas anteriores e preferiram viver provisoriamente naquelas condições para aguardar a finalização das obras. Entretanto, a suspensão das obras reconfigurou o provisório em perene. Foi comentado por outros moradores

que as pessoas nestas condições “vivem como a favela era 50 anos atrás”. Isso suscita reflexões sobre o trabalho do tempo na vida das pessoas (DAS, 1999), onde promessas de “avanço” na verdade afetou alguns sujeitos de maneira a “voltar” no tempo.

Em diversas oportunidades, conversando com pessoas consideradas lideranças locais, ouvi relatos, rumores e indicativos de que há interesse em “ocupar” aquele local: para realizar algum projeto cultural, ou mesmo para as pessoas morarem ali. Apesar de a construção estar “somente no esqueleto” e “sem acabamento”, seria possível realizar ajustes, como coberturas, portas provisórias e instalações irregulares de água e eletricidade para utilização e permanência no local. Posteriormente, descobri que no início de 2018 aconteceu uma tentativa de ocupação pelos próprios moradores que estão vivendo na região. Policiais militares perceberam a ação destas pessoas. Os ocupantes do prédio foram retirados de maneira bastante violenta e agressiva. Como retaliação, as casas de madeira no entorno do prédio que estavam sendo habitadas anteriormente foram destruídas. Muitas pessoas ficaram desalojadas até que conseguissem reconstruir suas casas.

Figura 8: Parte da construção interrompida do conjunto habitacional



Fonte: Acervo do autor

Em junho de 2018 foi divulgada pelo noticiário televisivo RJTV1, da Rede Globo, uma reportagem sobre a suspensão da obra⁶¹. O produtor foi Thiago Firmino, um empreendedor local e guia de turismo articulado com a Agência de Notícias das Favelas e a própria Rede Globo. A produção é uma denúncia sobre a situação do prédio, com filmagens do interior da

⁶¹ Disponível em:

https://globoplay.globo.com/v/6790403/programa/?fbclid=IwAR2_Ee8eiWX0QZSTrBxr20MHjwtxvTtUaFbsxgicev8hRETMDtmLMYqgTGY

construção inacabada e entrevistas com moradores que compartilham suas impressões sobre a interrupção da obra. Nas imagens do interior do prédio, pode-se notar uma situação expressivamente degradada: muito mofo e paredes estufadas, além da descrição de um cheiro muito ruim. Os jornalistas da emissora referem-se com indignação ao investimento em um projeto não concluído: “o dinheiro está enterrado ali”.

O relato dos moradores é bastante intenso. Há alguns anos, após uma forte chuva sobre a cidade, Antônia Cerqueira de Lima perdeu “tudo que tinha” e também um filho, soterrado no barraco em que viviam. Convivia com a expectativa da “melhoria de vida” até a interrupção das obras: “Ela até agora não ganhou nada e convive com a promessa de ganhar um apartamento”, conta Thiago. Rosângela Maria Dias, que vive há 40 anos na favela, tinha os documentos das promessas nas mãos e “segue esperando a conclusão do prédio”. Sobre as condições em que está vivendo, outra moradora relata que “chove mais dentro do que fora, e meu esposo doente com começo de AVC fica dentro de casa. A gente precisa pegar um balde pra não ficar morrendo”. Thiago menciona que a situação de interrupção das obras influenciou também seu próprio cotidiano e expectativas: sua avó também recebeu um documento institucional que garantia a promessa de viver em um dos apartamentos do prédio. Entretanto, ela faleceu em 9 de maio de 2012, e “infelizmente hoje ela já não está mais aqui e não pode nem desfrutar do direito que ela tinha, que é ter uma casa”. Ele descreve o acontecimento enquanto filma o documento assinado – que supostamente deveria garantir o compromisso do Estado. Ao longo da reportagem, Firmino relata situações que descrevem características de um cotidiano de exceção. Entre outros relatos sobre suas expectativas, moradores mencionam que:

“Perdemos a esperança. Foram prometidos apartamentos para quem tinha casa de madeira e morava em área de risco. Estamos em risco até hoje né, meu filho?; “A gente se sente humilhada, né? Porque prometem e não cumprem. Até se fosse um material para consertar a minha casa (de madeira) eu queria”; “É muito importante. Muito mesmo. Do fundo do coração. Estou pedindo pelo amor de Deus, porque eu quero que o sonho do meu esposo se torne realidade” (Relatos de moradores - Reportagem no programa RJTV1 – 06/06/2018)

O reconhecimento destas características e a utilização de termos como “em risco”, “se sentir humilhada” e “pedir pelo amor de Deus” pode produzir efeitos sobre a subjetividade destes sujeitos. Neste momento, ao fornecer um documento gerador de expectativas que posteriormente seria percebido com desconfiança e frustração, a subjetividade e na constituição destas pessoas em situação de suspensão é afetada por estas assinaturas de Estado (DAS, 2004), onde expectativas são mobilizadas em função de um documento com validação institucional e assimetrias em sua inteligibilidade. Assim sendo, o trabalho do tempo é produtor de um presente

a partir de uma suspensão caracterizada por dor, precariedade e expectativas frustradas (DAS, 1999).

No fim da reportagem, a jornalista da emissora prepara o ambiente para informar uma “notícia triste”: Dona Rosangela, uma das entrevistadas, sofreu um infarto alguns dias após a produção da reportagem e não resistiu, vindo a falecimento. Seu esposo, Manuel Izidoro, continua morando na casa “cheia de buracos e infiltrações”. Outro jornalista que acompanhava a transmissão menciona que a previsão sobre a conclusão das obras é “muito ruim”. Ele explica que há várias formas de financiamento, como as provenientes do Governo Federal ou da Caixa Econômica Federal, mas este prédio foi construído com investimento do Governo do Estado: “e nesta crise do governo a primeira coisa que se corta é o investimento. O projeto desta construção foi cortado e não há previsão para a retomada da obra”. As pessoas que estão aguardando o término da obra e entrega das moradias estão na fila deste projeto e, por isso, estão impossibilitadas de inscrever-se em outro programa de moradia popular – como o Minha Casa, Minha Vida. Ao final, uma afirmação sobre as pessoas retratadas nesta reportagem é bastante descritiva e contundente em relação a um cotidiano de indeterminação sob um contexto de suspensão: “por isso é tão duro para elas, viver ao lado de suas expectativas”.

1.3. Interrupções e a distribuição de eletricidade

Durante minhas atividades na favela, é bastante frequente que eu precise subir as escadas da favela a pé, porque a falta de eletricidade interrompe o funcionamento do Plano Inclinado. Como principais efeitos relacionados a esta interrupção, percebo principalmente como esta habitual eventualidade atrapalha meu planejamento de horários, acarretando o atraso para compromissos pelo gasto maior de tempo enquanto subo pelas escadas ao invés de utilizar o bonde – e também a fadiga após subir trechos de degraus irregulares. Estas breves experiências ajudam a pensar sobre o cotidiano de pessoas que contam diariamente com a utilização do Plano Inclinado. É possível refletir sobre as alterações de temporalidade influenciadas pela existência e funcionamento de infraestruturas específicas. Neste caso, dependendo do funcionamento ou suspensão da distribuição de eletricidade e, conseqüentemente, da mobilidade permitida pelo “bonde”, há diferentes efeitos produzidos no cotidiano. Em todas as vezes que preciso subir caminhando, tento abordar outras pessoas e falar sobre o assunto – (para não perder tempo). Geralmente, escuto reclamações relacionadas ao fato de que “isso acontecer toda hora” e que

“atrapalha a nossa vida, que já é difícil”. Neste caso, apesar do projeto ter sido concluído, é interessante pensar nas condições e provocações relacionadas às expectativas e incertezas relacionadas à continuidade do funcionamento da infraestrutura, assim como nos efeitos da interrupção.

Certa vez, em uma ocasião onde eu subia os degraus conversando com um morador, ele comentou comigo sobre suas incertezas em relação ao funcionamento do Plano Inclinado. Ele disse que os moradores dependem muito do funcionamento do Plano para subir até suas casas, e me questionou “até quando isso vai funcionar?”. Fiquei um pouco surpreso com essa questão, pensando que não faria sentido o bonde deixar de funcionar, por causa do valor de investimento na obra e, principalmente, da quantidade de pessoas que utilizam todos os dias. Entretanto, a resposta dele é sustentada pela repercussão do que vem acontecendo em outras favelas da cidade: “Tanto faz quanto gastaram. Manter funcionando também sai caro. Você viu que os teleféricos da Providência e do Alemão já não funcionam mais, né?”. Essa é uma grande preocupação na favela porque, de acordo com ele, “não se sabe qual será a postura e o interesse dos próximos governos”.

Figura 9: Bonde do plano inclinado parado na estação fechada.



Fonte: Jornal O Globo

Uma reportagem divulgada pelo jornal O Globo em 2017 denuncia que, em diversos momentos, o bonde tem o funcionamento interrompido por “atrasos no pagamento pela prefeitura das verbas para o pagamento do contrato”⁶². Além de problemas condicionais, como dificuldade para o transporte de cargas e o recolhimento do lixo da favela, o presidente da Associação de Moradores manifesta sua indignação: “O Santa Marta é a comunidade mais

⁶² Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/plano-inclinado-do-morro-dona-marta-esta-parado-por-falta-de-verba-22159181>

inclinada do Rio. São 780 degraus até o topo da favela. Como faz para subir e descer isso tudo todos os dias?”. É crítico perceber como a favela ainda é permeada por incertezas sobre o funcionamento e manutenção de serviços básicos. Seria apropriado comparar com hipotéticas preocupações de outras partes da cidade sobre o funcionamento do serviço de ônibus, por exemplo. Sobre o Plano Inclinado, é um fator crítico pensar em sua interrupção principalmente porque sua utilização está relacionada de maneira fundamental à qualidade de vida e mobilidade das pessoas da favela.

O Plano Inclinado foi inaugurado em 2008. É assertivo afirmar que o equipamento de transporte facilita a vida dos moradores que vivem em locais próximos às estações, percorrendo em cerca de dez minutos os 340 metros de extensão inclinada. Contudo, no planejamento original, realizado em conjunto com a Associação de Moradores do Santa Marta, haveria um “bonde” de cada lado da favela e interconexões horizontais entre eles, conforme relatou outro morador. Na prática, o projeto foi “concluído” com somente a construção dos trilhos no lado direito da favela. Sobre as mudanças em relação ao planejamento e o que foi de fato construído, o prefeito César Maia não autorizou a construção do Plano Inclinado do lado esquerdo porque seria “desnecessário”, conforme o relato. Com efeito, pode-se dizer que o projeto do Plano Inclinado, ainda que muito utilizado pelos moradores, não foi de fato concluído em relação a seu planejamento original e as expectativas dos moradores. Dando continuidade à conversa, perguntei sobre como era o cotidiano e a vida na favela antes do Plano Inclinado. O morador comentou, enquanto seguíamos subindo, que se para adultos a locomoção pela favela já era dificultada, no caso de pessoas com dificuldade de locomoção, como gestantes, pessoas com crianças de colo e idosos, transitar pela favela e também pelo restante da cidade era praticamente impossível. Respondendo à minha questão, ele comentou que estas pessoas “saíam bem menos da favela”, e precisavam planejar muito bem suas atividades durante a semana.

Neste debate que relaciona infraestrutura, cotidiano e formas de governo, penso ser interessante salientar um exemplo na favela onde a interrupção da distribuição de eletricidade se relaciona a outra dimensão de ações do Estado: a segurança pública. O transformador que distribui energia elétrica por toda a favela fica bem próximo à entrada principal, perto da Praça Corumbá. Em eventos de ação policial e disputa territorial, quando frequentemente ocorrem confrontos armados e tiroteios⁶³, esta “caixa de luz” é “acidentalmente” atingida por projéteis,

⁶³ Desde a inauguração da UPP Santa Marta em 2008 até os tiroteios cessaram de maneira significativa. A partir de 2015, tornam-se cada vez mais frequentes.

interrompendo o recebimento de energia elétrica de grande parte das pessoas da favela. Por causa destes tiroteios, as pessoas ficam sem eletricidade em suas casas, além do Plano Inclinado também deixar de funcionar. É importante ressaltar que a interrupção de um serviço básico pode trazer consequências desgastantes, como sensação de calor, o desperdício de alimentos e a interrupção do comércio local. Em outra ocasião, agentes da Polícia Militar não autorizaram a entrada na favela de funcionários da Light para restabelecer a distribuição de energia elétrica. Foi necessário que um grupo de moradores se agrupasse. Para reverter a situação, os moradores não deixaram o carro ir embora e acompanharam a equipe de funcionários em sua locomoção pela favela até que o serviço fosse finalizado. Relatos apontam que, no momento em que moradores acompanhavam a situação, alguns policiais permaneceram hostilizando pessoas, agredindo verbalmente e até jogaram uma pequena bomba caseira para assustar moradores e impedir o serviço.

É possível discutir no âmbito da infraestrutura sobre os efeitos da regularização do fornecimento de eletricidade sobre os moradores da favela. Um dos principais efeitos das UPPs foi um novo tipo ordenamento dos territórios “pacificados”, incluindo a regularização do fornecimento de eletricidade e de água, assim como do funcionamento dos estabelecimentos comerciais (MENEZES, 2015). Ainda que o projeto da UPP tenha repercutido a ideia de que a “pacificação” traria “importantes conquistas para o exercício da cidadania” nas favelas, questionamentos de moradores relacionados a efeitos contraditórios desta “chegada da cidadania” referem-se aos altos custos relacionados à regularização de distribuição e manutenção de serviços básicos, como distribuição de energia elétrica, esgoto, etc. A autora relata o trecho de uma conversa com uma moradora que questiona a narrativa de que a UPP levaria a cidadania às favelas porque “porque todos nós já éramos cidadãos antes mesmo da UPP chegar. Todos nós já pagávamos impostos de várias outras formas” (MENEZES, 2015a, p. 47). De forma geral, é um questionamento recorrente que a cobrança pelos serviços nas favelas seja semelhante às taxas pagas por moradores do “asfalto”, ainda que seja percebido um evidente contraste na eficiência da distribuição e manutenção dos serviços. A infraestrutura de saneamento dessas áreas não é o mesmo e a distribuição também não, uma vez que o fornecimento de água e eletricidade no morro é interrompido com frequência. Especificamente sobre as contas de luz, é necessário destacar que o aumento se relaciona com a instalação de um equipamento de medição que gera muita desconfiança por parte de moradores⁶⁴. Relatos de

⁶⁴ Diversos moradores da favela estabelecem uma associação entre as contas altas e o fato da medição do consumo de energia elétrica no Santa Marta ser realizado através de chips. Como apontam Cunha e Mello (2011, p. 386), em 2010, a Light instalou na favela “um sistema de tele-mediação para todas as ações, através do qual a

moradores em 2015 apontam que esse aumento constante gera uma grande ansiedade, já que não permite que cada família possa prever quanto terá que gastar a cada mês:

“A Light, se você não pagar no dia, ela humilha você, ela corta a sua luz e você fica no escuro... Quem está no mundo externo, de fora, vê na internet lá, e acha que o colorido do morro está bonito. O jornalista quebra a cabeça dele lá, faz um floreio danado para escrever que está tudo lindo no morro. Mas aqui nós estamos no clima, no dia a dia, a realidade é outra. Quem está de fora, maravilha. Por enquanto não, não está essa coisa toda não. Eu não sou pessimista não. Eu sou até otimista. Mas a realidade está difícil. As contas estão chegando num valor cada mês mais alto e quem vive de salário mínimo daqui a pouco não vai conseguir pagar não!” (Relato de morador - MENEZES, 2015)

Aqui, vale a reflexão sobre os reflexos da regularização da infraestrutura de distribuição de eletricidade e cobranças de serviços relacionados ao que é referido neste trecho como “humilhação”, devido ao custo adicional influenciar suas condições de sobrevivência financeira. A quebra da informalidade relacionada à infraestrutura traz questionamentos sobre uma “realidade difícil”, onde “daqui a pouco não vão conseguir pagar”. Desta forma, fatos relacionados à infraestrutura e benefícios ao território acabam por prejudicar pessoas que vivem nestes locais. Eventualmente, o aumento do custo de vida causa a expulsão destas pessoas para residir em outros lugares. É pertinente refletir como políticas de infraestrutura são relacionadas à “cidadania” e ao “direito à cidade”, mas o acompanhamento de políticas sociais torna-se imprescindível para que se evite a substituição de grupos que ocupam determinados espaços.

Diversas dimensões da vida na favela se relacionam ao funcionamento do “bonde”, produzindo efeitos cotidianos de temporalidade e subordinação. A partir de formas e condições de funcionamento ditadas pelo Estado, a partir de uma mecânica do poder, aqui relacionada à infraestrutura, o cotidiano das pessoas está submetido à influência, obediência e disciplina à determinação do horário de funcionamento da infraestrutura. A interpretação de determinados moradores de determinadas partes da cidade sobre a implementação de direitos sociais é permeada de dúvidas e desconfianças pela sensação de marginalização pelo Estado (ROY, 2005; TELLES, 2015). Compreendendo que “materiais e tecnologias de infraestruturas não são politicamente neutros” (ANAND, 2017a), e a regularização dos serviços e início das cobranças produzem mudanças instituídas pelo Estado nas condições de vida das populações, é fundamental refletir nos mesmos termos sobre os efeitos da formalização de serviços de distribuição de eletricidade e as consequências disto sobre as condições de vida das populações.

companhia faz cortes e ligações diretamente da empresa e controla o consumo residencial sem precisar medir o relógio todo mês, como fazia anteriormente”. Tal sistema já foi investigado pelo Ministério Público, que indicou que ele parasse de ser utilizado, mas os chips ainda continuam sendo usados em diversas favelas e vêm sendo constantemente criticados pelos moradores.

1.4. Maquiagem, esculachos e incompletude

Novas infraestruturas são promessas feitas no presente sobre o futuro, e quando suspensas no presente, elas simbolizam as ruínas de um futuro antecipado e os resíduos de uma modernidade antecipada (APPEL, ANAND & GUPTA, 2015). Tomar esta reflexão para analisar a produção urbana neste período torna-se pertinente para interpretar o significado que obras de infraestrutura em favelas representam em um modelo narrativo relacionado à modernidade – não somente da favela, mas dela como parte da cidade. Principalmente porque, em interpretações habituais do senso comum, as favelas representariam um tipo de “desordem urbana”, cuja existência simboliza a impossibilidade de se conceber uma cidade “urbanisticamente organizada e racionalmente funcional” (MAGALHÃES, 2013). Assim, narrativas sobre projetos de infraestrutura em favelas também podem compor um processo político e resignificativo do imaginário coletivo da cidade. Passados dois anos após o término dos Jogos Olímpicos, os contrastes narrativos das diversas suspensões e interrupções - como o não-funcionamento do teleférico do Complexo do Alemão – podem ser uma importante chave interpretativa para se analisar o momento anterior e também o que pode estar por vir no contexto de produção de cidade.

No dia 8 de julho de 2013, moradores do Santa Marta organizaram um protesto pelas ruas de Botafogo para expressar sua insatisfação em relação à distorção que percebiam entre a imagem vendida da favela e a experiência cotidiana no morro. Ao comparar os termos “Favela Modelo de verdade” e “maquiagem”, o texto de convocação para o protesto torna evidente uma importante hipótese sobre aquele momento. Eram frequentes os comentários a respeito das intervenções urbanas serem planejadas por objetivos distintos à alteração da qualidade de vida de populações em territórios específicos.

“Queremos Favela Modelo de verdade e não maquiagem! Tá cansado de pagar conta de luz muito alta? Cansado de ter que subir a pé por causa das más condições do bonde? Cansado de pagar esgoto quando ainda temos valas abertas? Vivendo a insegurança de ser removido? Então vem pra rua! O Santa Marta vai descer e reivindicar pra ser uma FAVELA MODELO de verdade!” (Texto de convocação para manifestação - (MENEZES, 2015b)

No final de 2018, moradores reuniram-se mais uma vez na Praça Corumbá. Desta vez, o objetivo era denunciar a constante sensação de desmonte relacionada às políticas públicas dos últimos anos. Na convocação, foram destacados questionamentos sobre a ação policial na favela, que entre diversas formas de violência estaria entrando em casas de moradores sem autorização. Além disto, a infraestrutura da favela foi evidenciada como uma importante fonte

de preocupação: moradores relatam problemas na distribuição de eletricidade e água, prestada pelas companhias Light e Cedae, respectivamente. O funcionamento irregular do Plano Inclinado, interrompido frequentemente em função da “necessidade de manutenção” também preocupa os moradores em relação a sua suspensão permanente. Após a concentração na praça, os moradores interromperam parcialmente a circulação de carros na Rua São Clemente e caminharam pelo bairro de Botafogo. Entre as denúncias, a fala que mais ecoou entre os manifestantes foi “chega de esculacho na favela!”.

Figura 10: Cartazes com denúncias sobre serviços públicos na favela.



Fonte: Favela Santa Marta/Facebook

Em encontros de moradores para discutir soluções para a favela, comentando sobre serviços que são interrompidos durante ou após sua conclusão, duas lideranças locais referiram-se ao termo “incompletude” - como algo que ocorre frequentemente sobre projetos nas favelas. Independente de sua origem, este termo faz sentido porque as intervenções historicamente têm suspensão prematura, ou têm sua conclusão decretada em estágios iniciais ou preliminares. De acordo com estes moradores, após toda uma negociação e criação de expectativa nos moradores, “nada acontece e a vida continua sendo muito difícil para todos”. Como apresentado na introdução deste subcapítulo, a temporalidade da suspensão não está entre o passado e o futuro, entre o começo e o fim, mas constitui sua própria condição de ser. Se a “distribuição desigual de infraestrutura está ancorada na desigualdade estrutural da vida urbana” (ANAND, 2017b), produzida através de atividades diárias na cidade, é problemático perceber como populações em favelas são historicamente afetadas por políticas públicas ineficazes e, neste caso, convivem com incertezas sobre o investimento, conclusão, funcionamento e manutenção de serviços essenciais. Em um sentido político, é significativo refletir sobre o recorte social de classe e identidade das pessoas que vivem em favelas, e de que forma isto está relacionado com o contraste social que pode ser percebido sobre a comparação “favela” e “asfalto”.

1.5. Guerra infraestrutural

Baseado em três eixos de análise questionando como o “Estado se faz ausente” na vida de moradores da favela Santa Marta, o artigo proposto mostra como a construção destes “territórios de vulnerabilidades” constitui parte da subjetividade destes moradores através de relatos de dor, precariedades, humilhações, desesperança e incertezas. Com base nas reflexões apresentadas, a interpretação de questões locais relacionadas à infraestrutura pode ajudar a compreender os jogos de poder que estão em curso no processo de formação das cidades. Neste caso, concluo que formas de governo sobre populações da favela podem ser justificadas por interesses relativos a outros grupos sociais. A precarização da infraestrutura, como distribuição de água e eletricidade, pode ser interpretada como a forma que o Estado entra na casa das pessoas e se faz presente em sua vida privada (ANAND, 2017b). Ainda que periodicamente sejam produzidas expectativas sobre a “integração das favelas à parte formal da cidade”, moradores locais explicitam percepções pessimistas sobre estas formas de integração:

“Em todas as favelas, o mesmo problema. Isso revela como o poder público olha e se relaciona com a favela. Há um certo ensaio de que aquilo será tomado como parte efetiva da cidade. É um ciclo. A prefeitura atual não tem nenhum projeto para a urbanização das favelas. Veremos mais um ciclo de 4 anos sem projetos para as favelas” (Relato de morador – Junho/18)

A instalação das Unidades de Polícia Pacificadora estabeleceu uma gramática de promessas e expectativas sobre as favelas. Contudo, pode-se concluir que passados dois anos após os Jogos Olímpicos, a sensação que permeia o cotidiano da favela é marcada por suspensão e incertezas – ou o encerramento de outro ciclo. Desta forma, sobre o recorte dado à infraestrutura como chave interpretativa de relações ao seu entorno, no contexto da favela Santa Marta, pode-se concluir que a percepção relacionada às políticas de Estado - seja a “pacificação”, a construção de um conjunto habitacional, ou a distribuição de serviços públicos - se constitui a partir da criação de narrativas e efeitos caracterizados pela seletividade e exceção, que ocasionalmente é instrumentalizada por sentidos e interesses externos. Como demonstrando, parte do cotidiano na favela Santa Marta é determinado pela infraestrutura em experiências que constituem a percepção de maquiagem, esculachos e incompletude.

Analisar a vida material e política da infraestrutura também fornece pistas sobre diferentes dimensões da violência que se desdobra no território da favela. Seja no caso de policiais que retiram moradores que buscavam abrigo na obra interrompida e destroem as condições precarizadas de moradias; ou nas práticas de policiais que tentam impedir a

locomoção de funcionários de uma prestadora de serviços estatal que tentavam realizar reparos na distribuição de eletricidade na favela. Por outro lado, também é crucial salientar que estruturas e mecanismos que sustentam a vida moderna podem ser apropriados como “meios primários de travar guerra e reverberar violência política” (GRAHAM, 2005). Em casos de homicídios perpetrados por policiais, habitualmente a responsabilização pelo acontecimento é direcionada ao agente que efetuou o disparo - e consequentemente, ao Estado. Entretanto, a “violência infraestrutural” (RODGERS; O’NEILL, 2012) que se estabelece nas desigualdades que dominam as sociedades contemporâneas é muitas vezes naturalizada, invisibilizada ou enquadrada a parecer inevitável pelas paredes, canos, fios e estradas que nos mostraram o sofrimento que resulta pela desconexão, ou total exclusão de redes de infraestrutura. Se a mobilização de práticas e discursos relacionados à “guerra” no Rio de Janeiro engendra dispositivos que desvalorizam as vidas e justificam um cotidiano de conflitos armados e formas de violência em territórios específicos (LEITE, 2017), a discussão proposta neste subcapítulo permite uma consideração complementar: a análise crítica da organização material e das agências constitutivas de determinados territórios corrobora o argumento de que “a disposição e práticas relativas à infraestrutura não apenas refletem, mas reforçam as ordens sociais vigentes” (FERGUSON, 2012). Em outras palavras, tanto a precarização quanto a interferência no acesso a direitos básicos resultam na falência de sistemas de sobrevivência das populações locais – uma qualificada vitória sobre um suposto inimigo em uma “guerra infraestrutural” (MBEMBE, 2016).

2 RECONHECIMENTOS EM TORNO DA MORTE: STAND DE TURISMO

Com a morte de Maria Esperanza, sabe-se agora que o turismo nas favelas é algo do cotidiano, assim como o perigo dos que vivem e transitam por elas de serem mortos⁶⁵ (Reportagem El País – 25/10/2017).

A constante narrativa de uma “crise do Estado” posterior ao término dos Jogos Olímpicos de 2016 fomentou uma reconfiguração urbana onde a lógica mercadológica direcionada às favelas “pacificadas” foi eclipsada pela militarização do cotidiano, engendrando uma reinauguração reconfigurada de fronteiras que historicamente demarcam o território fluminense. Entre acontecimentos emblemáticos em relação a este momento, a situação que desencadeou a epígrafe deste subcapítulo: o assassinato de uma turista enquanto realizava um passeio na favela da Rocinha. Simultaneamente, no Santa Marta as atividades turísticas e também o cotidiano local são gravemente impactados pela emergência do que foi chamada localmente de uma “nova geração” de jovens envolvidos com o tráfico. Rumores locais especulam que, justamente por tratar-se do surgimento de uma “geração nova”, havia nestes jovens, em geral adolescentes, uma necessidade do campo simbólico e moral de demonstração de força.

A noção de “sociabilidade violenta” é delineada para a compreensão de “formas de vida onde relações de poder são centradas no uso da força física” que, por sua vez, deixa de ser um “meio de ações” referente a objetivos e torna-se um “regime de ação” das práticas (MACHADO DA SILVA, 2004). Em decorrência, pode-se assumir que moradores de locais demarcados por este regime de ação, como as favelas e periferias cariocas, compõem suas formas de vida envoltos por uma necessidade contínua de reinterpretação de suas possibilidades de sobrevivência – um ativo engajamento ao entendimento de sua própria situação. Simultaneamente, estes sujeitos e populações estão implicados a viver uma vida “normal”, organizados como subalternos à ordem estatal, e também expostos a este outro tipo de ordem social, regida pela força.

Gradativamente, a presença de pessoas armadas pela favela tornou-se ostensiva. Foram instaladas bancas de drogas em locais não habituais, como a Igreja do Pico e a Associação de Moradores. Havia pontos de varejo de drogas e pessoas com armamento pesado inclusive na Laje Michael Jackson. Neste momento, em meados de 2017, a UPP não entrava mais no espaço da favela. Logo no início de 2018, a declaração de uma Intervenção Federal-Militar no estado

⁶⁵ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/24/politica/1508882019_228345.html

fluminense tensiona ainda mais esta conjuntura. Em julho de 2018, a partir da chegada de uma nova comandante na UPP Santa Marta a polícia volta a fazer incursões em tentativas de circular e permanecer no território da favela. Neste momento, as incursões policiais e recorrentes confrontos armados ocorriam com frequência quase diária, em torno de 6h30 da manhã, gerando questionamentos relacionados ao horário de saída de trabalhadores, estudantes e crianças. Conforme o objetivo declarado de “realizar varreduras em toda a comunidade para acabar com os pontos de venda de drogas”, tiroteios por disputas territoriais tornam-se novamente frequentes e parte do dia-a-dia na favela⁶⁶.

Conjunções entre um tiroteio e um passeio turístico marcam o eixo analítico deste subcapítulo: o que justifica a assimetria entre o perigo de turistas circularem por favelas e o cotidiano militarizado destes diversos territórios no Rio de Janeiro? Por que há diferenças no reconhecimento entre a morte de uma turista europeia e as recorrentes “balas perdidas” que afligem populações precarizadas da cidade? Entre formas de produção de sentido que ocorrem por representações que confundem-se e constituem o real (BAUDRILLARD, 1992) e enquadramentos que condicionam cenas, situações e produzem justificativas de desumanização (BUTLER, 2015), neste subcapítulo as discussões são desenvolvidas em torno de acontecimentos em torno da exposição à morte em favelas “pacificadas”: uma manifestação de moradores contra a violência policial, o assassinato de um morador na favela Chapéu Mangueira, o assassinato da turista na favela da Rocinha, suas repercussões na cidade mercantilizada, e um acontecimento fatal no Santa Marta.

1.1. Morro de medo

Devido ao estabelecimento de um diversificado mercado turístico na favela Santa Marta, tornou-se comum observar grupos de turistas reunidos logo em frente à subida principal de acesso à favela, no bairro de Botafogo. A Praça Corumbá é determinada como ponto de encontro pela facilidade de acesso para quem vêm de outras partes da cidade, e os roteiros guiados por moradores locais geralmente têm início neste lugar. Localizado nesta mesma praça, chama a atenção a existência de um Posto de Atendimento ao Turista. A estrutura, semelhante aos quiosques de praia da cidade, é composta por cores vibrantes, com fotografias do calçadão

⁶⁶ Disponível em: <https://www.jb.com.br/conteudo/rio/2018/08/1121-aco-es-de-upp-contr-a-o-traf-ico-preocupam-moradores-da-zona-sul-do-rio.html>

de Copacabana, fotos da estátua da Laje Michael Jackson e também de representações genéricas de favelas – novamente, as clássicas casinhas amontoadas e coloridas com a vista para o mar. Um quadro com uma camiseta emoldurada, posicionado em um local destacado na parede, chama a atenção entre todas estas disposições simbólicas. A disposição cromática da camisa se assemelha ao *design* do stand. Olhando atentamente, é possível deduzir que ela é a expressão de sua inspiração. A camisa é o uniforme do antigo projeto Rio Top Tour, um motivo de orgulho para o Comitê de Guias de Turismo do Santa Marta.

Desde sua inauguração, o *stand* de turismo na Praça Corumbá é percebido como principal símbolo da movimentação de turistas e do próprio estabelecimento do mercado turístico na favela Santa Marta. Os profissionais associados ao Coletivo de Guias do Santa Marta utilizam a estrutura como base de apoio para o desenvolvimento de suas atividades: desde ponto de encontro para serviço de informações a turistas que chegam à favela sem ter contatado alguma empresa de turismo até registros em livros de controle com a escala para os cerca de 15 profissionais em um sistema de revezamento para que sempre haja condutores a receber turistas e demonstrar a continuidade das atividades turísticas.

Era entardecer, em outubro de 2018. A intensa movimentação de pessoas próximas ao *stand* de turismo chamava a atenção. Havia um grupo de cerca de 100 pessoas agrupadas ao redor de alguns cartazes no chão, e um detalhe denunciava a anormalidade daquele momento: à distância, observando, estava reunido um grupo de policiais militares com pistolas em punho, abaixadas. O ruído ensurdecedor de buzinas e motores de carros passando pela Rua São Clemente em vários momentos abafava o som dos aplausos e da voz inflamada e furiosa de pessoas que amplificavam suas vozes através de um equipamento de som. O grupo reunido definitivamente não era de turistas. Naquele momento, o *stand* de turismo comunitário funcionava como base de apoio para uma manifestação de moradores que denunciavam a violência de Estado na favela.

Figura 11: Moradores reunidos na Praça Corumbá durante manifestação



Fonte: Favela em Foco/Facebook

A manifestação “Ato Pela Vida” aconteceu no dia 01 de Outubro de 2018, com horário de início marcado para às 17h, na Praça Corumbá. A decisão de que “a favela tem que descer” até o local de interseção entre a Favela Santa Marta e o bairro de Botafogo vinha se reforçando à medida em que, cada vez mais, os moradores constatavam a necessidade urgente de reagir às condições de violência sob quais suas vidas estavam expostas. O deslocamento até a Praça Corumbá objetivando o compartilhamento de denúncias “para fora da favela” é representado também como uma intervenção contra o “asfalto”. Esta referência é constantemente explícita em diversos momentos quando os moradores certificam que “a favela tem voz sim!”. Este acontecimento evidencia a mobilidade dos moradores do Santa Marta através de uma fronteira social e simbólica onde são levados à contínua reinterpretação de suas condições de sobrevivência: apesar de convivência com um tipo de sociabilidade violenta que estigmatiza o território da favela e suas populações, torna-se necessária a tentativa de diálogo com uma ordem estatal a qual percebem-se hierarquizados como subalternos (MACHADO DA SILVA, 2004). Nestes dois extremos há justificações para a depreciação da participação dos moradores no debate público, e o silenciamento de suas vozes é uma percepção de si vinculada aos estigmas e estereótipos (HALL, 1997) da favela no imaginário coletivo urbano.

O mote do ato na Praça Corumbá era a campanha “#EUTENHOMEDO”, reação direta aos últimos acontecimentos, apresentados anteriormente. Moradores estavam sendo incentivados a coletivizar situações do cotidiano que geram medo. Havia um microfone aberto

e todos eram incentivados a dar seus relatos: “É um **morro de medo!** Eu morro de medo de que?” Houve relatos sobre o medo de “descer o morro” vestido com determinadas roupas e “ser confundido com bandido”. Medos relacionados a atividades diárias, como sair para trabalhar, voltar à noite, ter a casa ilegalmente invadida por policiais. Mulheres relataram medos específicos sobre a circulação de seus filhos pela favela e a incerteza sobre seus retornos. É possível compreender o medo como expressão sensorial do terror. Diversos moradores comentaram sobre atitudes arbitrárias de agentes da “pacificação”, como policiais que estavam invadindo casas e levando pertences pessoais; mulheres estavam sendo agressivamente revistadas por homens; celulares eram recolhidos e revistados sem mandado judicial; homens, mulheres e idosos estavam sendo ofendidos por serem moradores de favela.

1.2. Guarda-chuva, mochila e furadeira

Jovens seguravam cartazes que comunicavam as razões de sua indignação. Entre as frases escritas em caneta preta e azul, podia-se ler afirmações como “#maisdialogo e #menostiros”, “STM pede paz”, “Fim da PM” e “Principal Causa de Morte nas Favelas”. Dispersos pelo chão, centralizados aos cartazes, havia utensílios aparentemente inusitados: um guarda-chuva, uma furadeira e uma mochila infantil. Os transeuntes menos informados não compreenderiam a referência implícita e angustiante. Rodrigo Alexandre da Silva Serrano, um jovem negro de 26 anos e pai de 2 filhos havia sido assassinado por policiais da UPP na Favela do Chapéu Mangueira algumas semanas antes, enquanto voltava de seu trabalho. Testemunhas afirmam que policiais atiraram na direção do morador porque, em um “engano”, confundiram o guarda-chuva que o rapaz segurava com um fuzil. Após o violento acontecimento, sua carteira de trabalho foi recolhida de seu bolso, ensanguentada. Em uma conexão de acontecimentos, assim como o guarda-chuva, uma mochila infantil e uma furadeira também foram materialidades utilizadas como justificativa para disparos fatais realizados por policias militares⁶⁷.

⁶⁷ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/19/politica/1537367458_048104.html

Figura 12: Moradores agrupados em torno de utensílios durante manifestação



Fonte: Favela em foco/Facebook

Se “morro de medo” é uma expressão acionada localmente pela interpretação da violência urbana sobre determinados corpos e territórios, é necessário observar analiticamente as possíveis redes, conexões e similaridades entre acontecimentos que se análogos. Através de uma acelerada difusão de signos, símbolos, imagens, discursos e modelos estabelecidos para a compreensão da realidade, uma complexa forma de “hiper-realidade” passa a existir pela precessão de simulacros, onde se estabelecem mecanismos onde a representação do real se torna mais real que o próprio real – e ocorre “a geração pelos modelos de um real sem origem na realidade” (BAUDRILLARD, 1992, p. 8). Estes simulacros de hiper-realidade são perceptíveis em confrontos que produzem vítimas antes de sequer se tornarem reais, ocorridos em assimétricas antecipações de realidade situadas por “objetos que se parecem com armas, sons que se parecem com tiros, gestos que se parecem com ameaças, corpos que parecem criminosos, territórios que remetem ao “risco” e investigações e processos que simulam a busca da verdade” (GRILLO; GODOI, 2019, p. sp.). Antecipações que produzem nas vítimas a sensação de possuir “cor e endereço”, como será demonstrado adiante. Tratando especificamente dos significados e representações que convertem materialidades ordinárias em riscos potenciais a serem eliminados pela lógica ilegal de “quem atira primeiro”, estes

simulacros de armas não remetem simplesmente a problemas da ordem da representação do real, mas a “um problema da produção de realidade” (Ibid.).

Sendo assim, a referência nesta manifestação ao guarda-chuva e ao assassinato de Rodrigo Alexandre se justifica pela percepção de semelhanças entre Santa Marta e Chapéu Mangueira: ambas as favelas estão localizadas na Zona Sul da cidade e, durante a década mais recente, receberam a inauguração de empresas, projetos, iniciativas sociais e a circulação de turistas em seus respectivos processos de “pacificação” (MORAES, 2013). Nos meses anteriores à manifestação, as duas favelas vinham sendo atravessadas por tiroteios e arbitrariedades de agentes policiais das UPPs em uma permanência continuada apesar do clima de medo e potenciais tiroteios. Nos relatos durante a manifestação, a sensação de reconhecimento provocada por estas situações era continuamente recuperada em questionamentos que evidenciam a territorialização de uma forma de ação específica pela Polícia Militar carioca: “por que essas coisas só acontecem com morador de favela?”. Trazer o acontecimento de outra favela a esta manifestação é uma tentativa de fornecer visibilidade à morte e reconhecimento àquelas formas de vidas cuja precarização é socialmente naturalizada. Durante o ato, um ativista do Santa Marta comparava o cotidiano das favelas com outras partes da cidade para expressar sua própria sensação de assimetria, perigo e racismo percebida por moradores durante ações policiais: “o despreparo da policia é seletivo por ser um território negro – em Copacabana nunca confundem nada com arma na mão de morador. Em Copacabana, a polícia não confunde morador com bandido”. Outro morador complementou esta fala com uma reflexão que permeia um repertório de denúncias reverberado historicamente por diversos grupos de moradores ativistas sobre ações excessivas do Estado: “a longa relação entre polícia e favela sempre foi violenta, preconceituosa e abusiva”.

Além dos materiais e dos cartazes no chão, a fotografia anterior também chama atenção por outros elementos de sua composição. Retratadas na imagem, uma parte representativa do público daquela manifestação: mulheres acompanhadas por crianças vestidas em seus uniformes escolares. Uma participante se destaca exibindo um cartaz que menciona uma causa de terror relacionada à ações policiais durante as semanas anteriores: “entrada e saída de escola e creche não é hora de operação”. Em um contexto onde materiais ordinários são confundidos com armas e produzem vítimas, as mães são aterrorizadas pela possibilidade de seus filhos também serem vitimizados por algum tipo de “engano”. Consequentemente, as crianças também são afetadas por interrupções de suas rotinas devido aos tiroteios, sendo prejudicadas em dar curso a suas atividades de lazer e desenvolvimento infantil, como creches, treinos,

curiosos e projetos sociais – os poucos ainda oferecidos na favela. Em relação à preocupação com seu filho, uma moradora mencionou que “o medo engessa”, e às vezes chega ao ponto de sentir-se realmente paralisada. Devido ao risco de tiroteios que podem acontecer a qualquer momento, têm medo constante de que seu filho saia de casa para circular pela favela: “tenho medo que ele saia pro baile, pra casa de amigo, que ande de noite. De uma hora pra outra, a gente escuta tiro dentro de casa”.

Circunscritas na intersecção entre violência e gênero, estas mulheres atravessadas pelo vínculo materno travam uma guerra particular que, passando por medo, preocupação, angústia, dor, indignação e sofrimento, pode se estender até a busca por justiça (VIANNA; FARIAS, 2011). Em um momento onde a categoria “mãe” recebia destaque durante as falas e explicitava laços entre as participantes da manifestação, uma moradora iniciou um desabafo intensamente emocionado sobre um tiroteio que começou enquanto seu filho estava brincando na rua. Disse que precisou “sair de casa correndo no meio do tiroteio” e “com o coração na mão” porque não sabia “se daria tempo”. Terminou o relato entre lágrimas e acompanhada por aplausos enquanto expressava o acionamento de um substrato comum que a ligava à tantas outras mães: “a gente fica morrendo de medo de chegar e alguém dizer que aconteceu o pior”. Dada a potencialidade de sujeição criminal na favela - um processo social em que “se dissemina uma expectativa negativa sobre indivíduos e grupos, fazendo-os crer que essa expectativa é não só verdade como constitui parte integrante de sua subjetividade” (MISSE, 2015, p. 81) - estas mães têm consciência de que seus filhos, principalmente quando jovens rapazes negros, podem ser alvos de julgamentos onde o crime se desloca do fato para o sujeito. E também de que, paralelamente, o impacto deste tipo de sujeição pode provocar nas crianças um tipo de comportamento reativo à violência sofrida nas diversas dimensões de suas infâncias:

“O futuro são as nossas crianças. Se as crianças estão precisando passar por toda essa violência psicológica, qual vai ser o futuro dessas crianças? Eu como mãe não dou conta. A gente precisa garantir que o Estado garanta pra gente os nossos direitos básicos. A gente tem direito e a gente tem que tá na luta juntos. (...) Fazer este ato é permitir que nossos filhos não estejam nessas condições [de exposição à violência]. O nosso filho pode ser o próximo alvo da polícia, ou querer estar na bandidagem. Porque a polícia não só mete medo como dá raiva também. E a gente fica revoltado!” (Relato de moradora – Outubro/2018)

Havia cartolinas e caixas de lápis coloridos para crianças brincarem e se distraírem enquanto aconteciam as discussões do ato. Em outro momento, parte destas crianças foram sentar-se no chão para se entreter enquanto aconteciam as discussões do ato. Elas permaneceram sentadas entre os cartazes denunciando a violência policial. Enquanto isso, outras situações eram compartilhadas principalmente como formas de coletivizar as

preocupações recentes. Pelas expressões de raiva, indignação, revolta e tristeza, era possível aferir que a sensação de medo se reproduzia entre as pessoas.

Durante o ato, diversas lideranças, ativistas e moradores de favela expuseram relatos contundentes, que denunciavam a “histórica violência policial nas favelas”. Ao compartilhar testemunhos, os sujeitos que sobrevivem a distintas formas de violência coletivizam suas angústias e - sendo o cotidiano algo recuperado a partir de cada instante e cada relato - passam a habitar o mundo novamente em uma possibilidade coletivizada (DAS, 2011). Isto ficou bastante evidente quando, em determinado momento, um morador fez uma provocação que tornou visualmente explícita a coletividade em que estavam inseridos os participantes daquela manifestação. Ao solicitar que “quem aqui já teve seus direitos violados levanta o braço”, praticamente todos os moradores presentes ergueram seus braços enquanto olhavam em volta. Tive a percepção de que os abusos policiais já eram de conhecimento de todos que estavam presentes – por outras formas de comunicação, como grupos em aplicativos de celulares, redes sociais e rumores locais. Em outro momento, uma moradora apropriou-se das narrativas anteriores sobre a favela para questionar a ação da polícia contra moradores: “não são o exemplo que a gente quer ter, já que essa favela é modelo”. Enfurecidos por esta referência contraditória, o grupo reunido fez exaltados questionamentos às ações violentas e referentes a um cotidiano de guerra eram realizadas por policiais adjetivados pelo modelo da “pacificação”: “modelo pra quem?”, “essa favela passou de ser modelo e virou bagunça” e “o modelo é esse mesmo! Violência!”.

1.3. Esperanza interrompida

A incorporação prática e simbólica entre o *stand* de turismo e a manifestação contra a violência policial é conveniente para dar ênfase às políticas de gestão da ordem e seus rebatimentos sobre a produção de fronteiras - materiais, sociais, políticas, simbólicas - e as táticas e alternativas de circulação pela favela. Durante a manifestação, uma camiseta onde alguém escreveu “EU TENHO MEDO” com caneta preta foi erguida logo em frente ao mapa que destacava os pontos de interesse turístico da favela. “Como fazer turismo em um local marcado pelo medo?”, me perguntou uma guia. Neste mesmo dia, moradores que trabalham com turistas me informaram que, devido à intensa frequência de incursões policiais e tiroteios, foram rompidos diversos acordos estabelecidos anteriormente entre agência e operadoras da

cidade e o comitê local de guias e empreendedores de turismo. Além disto, estas empresas externas de turismo também passaram a desaconselhar seus clientes a visitarem a favela - porque “o momento do turismo em favelas havia passado”. Em consequência da diminuição do fluxo de turistas, diversos estabelecimentos comerciais foram encerrados - ou “desformalizados”, como apresentado e discutido no capítulo anterior deste trabalho. Se a turistificação seria uma forma de projeção simbólica da conquista do “direito de ir e vir” e a penetração de fluxos externos na favela, o aumento de tiroteios constitui a formação de novas fronteiras e sintomas do esgotamento da “pacificação”.

Dando prosseguimento a conversas com empreendedores e comerciantes locais sobre os impactos do recrudescimento da violência sobre as atividades turísticas, pude perceber que a repercussão de um acontecimento ocorrido em outro local e outro momento desencadeou impactos diretos na favela Santa Marta. É praticamente um consenso entre os empreendedores do turismo que o “acontecimento na Rocinha” teve desdobramentos e reflexos que incidiram diretamente sobre as atividades de turismo em todas as favelas na cidade. Esta é uma referência à turista espanhola Maria Esperanza, de 67 anos. Cerca de um ano antes, em 23 de outubro de 2017, às 10h30 da manhã enquanto participava de um *tour* pela favela da Rocinha, a idosa foi morta por disparos realizados por policiais da UPP local⁶⁸.

Em relação ao acontecimento em si, se reverberaram disputas em torno da narrativa e de quem seria o principal culpado. Alguns momentos antes do acontecimento, dois policiais haviam sido atingidos durante um tiroteio na favela. Os policiais da UPP argumentaram que iniciaram os disparos após o carro – com um condutor, um guia de turismo e três visitantes - supostamente atravessar um bloqueio policial no Largo do Boiadeiro, local de grande circulação de pessoas na favela. O motorista do carro atingido nega esta versão. Ademais, para além das acusações sobre a evidente má conduta policial, outras disputas foram estabelecidas entre outros atores envolvidos: ameaças de responsabilização foram distribuídas entre a agência de turismo que promovia o passeio⁶⁹ e a guia de turismo que conduzia o grupo⁷⁰. Guias locais de turismo

⁶⁸ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/turista-espanhola-morta-tiro-pela-policia-na-rocinha-21980623>

⁶⁹ Disponível em: <https://brasil.estadao.com.br/noticias/rio-de-janeiro,agencia-de-turismo-pode-ser-responsabilizada-por-morte-de-espanhola,70002057516>

⁷⁰ Disponível em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/depoimento-de-guia-local-abre-nova-frente-de-investigacao-sobre-morte-de-turista-espanhola-na-rocinha.ghtml>

em favela apropriaram-se dos debates para reforçar suas justificativas sobre a profissão, argumentando que um guia de turismo comunitário poderia ter evitado a morte da turista⁷¹.

Para além disto, a repercussão da trágica morte da turista europeia trouxe de volta calorosos debates sobre os perigos e moralidades ao redor da visitação turística nas favelas da cidade. As discussões repetiram antigos formatos em análises que reduzem a complexidade do turismo em favelas a dualidades entre “certo e errado” ou “visitar ou evitar” (MADUREIRA et al., 2018). O jornal El País produziu uma reportagem em que contrapõe argumentos de dois extremos: em contrariedade ao turismo, há comentários que reproduzem estigmas em torno dos já reconhecidos reducionismos dogmáticos sobre as favelas cariocas: “Rocinha não é lugar de turismo, pelo amor de Deus” e “Favela não é lugar pra fazer turismo?! Não obedeceu, morreu!”. Por outro lado, Cosme Felippsen, um guia local da favela da Providência, na região central da cidade, apropria-se do debate sobre o turismo para direcionar uma nova forma de denúncia à antigas formas de arbitrariedade perpetradas em favelas cariocas: "se é errado ir para a favela porque é perigoso, então seria errado morar lá, certo?" e "eles [a polícia] fazem uma merda e jogam a responsabilidade no guia. (...) O que existe não é uma guerra, é um extermínio de uma população pobre, preta e favelada"⁷². Se a vida cotidiana pode ser influenciada por conformações de subjetividades e sujeitos políticos a partir de significados socioculturais constituídos pela mídia (MACHADO, 2013, 2017), torna-se razoável afirmar que questionamentos locais sobre representações externas da favela é algo bastante recorrente desde quando a “pacificação” ainda era incipiente. Em torno do debate do turismo em favelas, é possível concluir que são reproduzidos novos formatos de antigas justificações que se contrapõem sobre a “guerra” que determina o lugar das favelas e suas populações no espaço social da cidade.

Já foi dito que a sensação de segurança e a “difusão de imagens positivas na mídia” provoca uma mudança onde a favela “pacificadas” passa a ser representada “não mais como lugar do tráfico, da violência, do perigo, do medo e sim, como lugar da solidariedade, da riqueza cultural, artística e estética, num discurso que exalta a capacidade empreendedora e criativa da população local” (DE TOMMASI; VELAZCO, 2013). Em decorrência, a morte de uma turista na Rocinha atingiu diretamente esta narrativa. A notícia teve grande repercussão internacional, e serviços de aconselhamento ao turista (*foreign travel advice*) de países como Inglaterra,

⁷¹ Disponível em: <https://www.anf.org.br/turismo-comunitario-poderia-ter-evitado-morte-na-rocinha-afirmam-guias/>

⁷² Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/24/politica/1508882019_228345.html

França, Estados Unidos, Espanha, Portugal, Alemanha e Itália emitiram comunicados desaconselhando passeios turísticos em favelas do Rio de Janeiro⁷³. De acordo com relatos no Santa Marta, diversas agências de turismo deixaram de comercializar os roteiros em favela. Isto prejudicou ainda mais o fluxo de turistas que já estava enfraquecido desde o período imediatamente posterior ao fim das Olimpíadas. É importante destacar que, apesar do revestimento de uma “sensação de segurança”, a redução da visibilidade das armas e da difusão de imagens positivas na mídia, atividades relacionadas ao tráfico permaneceram acontecendo na favela, sob configurações distintas (MENEZES, 2018). É perceptível que a gramática da “pacificação”, representativa da favela como um território de oportunidades, gradativamente se distancia da favela. Em seu lugar, torna-se explícito um enquadramento representativo e estruturante que provoca a sensação de desvalorização das vidas naquele território.

1.4. “A gente sabe que se acontecer alguma coisa aqui, acabou”

Durante a manifestação, uma das guias associadas ao Comitê de Guias de Turismo comentou sobre a sensação contraditória daquele momento. Ela sabia que sua participação como moradora na manifestação poderia prejudicar o desenvolvimento de suas atividades profissionais com relação do turismo. A situação evoca a percepção de ambivalência causada por ações da política pacificadora em interesses relacionados ao turismo, à violência e à vida cotidiana na favela: “amanhã tem um grupo de 20 estrangeiros agendado pra visitar a favela. Com tudo que vêm acontecendo, tem sido difícil a gente conseguir grupo assim. Estou pensando em remarcar, porque sempre que fazemos ato e fechamos a rua, no dia seguinte acontece alguma coisa”. O relato de uma outra guia relata uma cena de onde é possível avaliar de forma mais precisa um tipo de desdobramento a partir da proximidade entre moradores, policiais e turistas:

Algumas semanas atrás, um grupo de 14 turistas estava na Laje Michael Jackson quando começou uma operação policial. A solução que eu tive foi entrar com 10 adultos e 4 crianças para tentar se proteger dentro da loja de souvenirs, na laje. Vários policiais com os rostos encobertos entraram, de forma bastante ostensiva, e embora não tenham revistado ninguém, circularam entre as pessoas como se estivessem “procurando por algo”. Por fim, quando estavam saindo, um deles tirou a touca e comentou com uma turista “O que vocês estão fazendo aqui nesse país de merda?” (Relato de empreendedora local – Outubro/2018).

⁷³ De acordo com a reportagem, o conselho é unânime: “o Rio de Janeiro é uma cidade perigosa e os turistas precisam ficar alertas o tempo todo”. Adiante, é citado trecho do comunicado do governo da Inglaterra, questionando a eficiência das UPPs: “até com a iniciativa, os turistas correm riscos mesmo se visitarem favelas em passeios organizados”. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/paises-desaconselham-passeios-turisticos-em-favelas-do-rio-21984826>

Durante a recorrência da representação do Santa Marta como “favela modelo”, os moradores frequentemente denunciavam que “a mídia só mostra o que quer”. Críticas a este termo sustentavam o argumento de que a favela servia como uma “vitrine” do projeto das UPPs – uma forma de sustentáculo do projeto, que já mostrava aspectos de fragilidade e crítica (CARVALHO, 2013; MENEZES, 2015a, 2014). No momento posterior aos Jogos Olímpicos, a veiculação de notícias sobre tiroteios no Santa Marta provoca nos moradores a necessidade de reagir à discrepância entre o que ocorre de fato e o que é noticiado. Uma empreendedora local justificou que as notícias transmitem uma impressão superficial e anteriormente estabelecida, porque “a mídia *faz escândalo sobre qualquer barulho de tiro*, mas não se interessa por saber quem foi que atirou”, porque “as pessoas adoram saber que teve tiro na favela. Parece que ficam esperando por isso”.

É importante dar alguns passos atrás e observar a temporalidade dos fatos para compreender o que é novo nesta situação. Ainda que a ECO-92 tenha marcado um momento paradigmático relacionado ao estabelecimento de um mercado turístico de favelas, com destaque principalmente para a Rocinha, é importante destacar que em períodos anteriores já ocorriam pelas diversas favelas da cidade formas de deslocamentos turísticos motivados pela curiosidade de anônimos e celebridades. Por outro lado, há consistentes evidências de que a “pacificação” de favelas tenha contribuído para uma rápida ascensão e diversificação do mercado formal de favelas turísticas. Embasado pelo destaque midiático e a posição privilegiada da favela Santa Marta⁷⁴, o Rio Top Tour foi um projeto que estimulou uma grande demanda de turistas curiosos por conhecer de perto os efeitos das UPPs. Em resumo, a conversão da favela Santa Marta em atração turística da cidade do Rio de Janeiro marcou o início de um capítulo inédito na biografia da favela turística (FREIRE-MEDEIROS; VILAROUCA; MENEZES, 2016).

Durante o período em que as atividades turísticas se desenvolveram no Santa Marta, de 2009 até 2015, não foram disparados tiros na favela. Associada ao imaginário da cidade “pacificadas”, este período também é marcado pelo interesse, motivação e capacitação de novos guias de turismo, formados neste período pelo próprio Rio Top Tour. Entretanto,

⁷⁴ De acordo com o então Secretário de Segurança, “o Dona Marta acabou escolhido por uma questão circunstancial. Pouco populoso, conta com apenas duas entradas, uma por baixo e outra pelo alto. Ao contrário das comunidades planas, não há circulação de carros, salvo num pequeno trecho na parte baixa. No fim dos anos 80, os traficantes de lá travaram uma guerra sangrenta com os da Rocinha. O morro ainda era um ponto estratégico da venda de drogas na Zona Sul, embora o poder local estivesse acéfalo (sob a tutela do Comando Vermelho)” (BELTRAME, 2014, p. 107)

principalmente após 2016, quando se tornam recorrentes os tiroteios nas favelas da cidade, e também ocorre uma repercussão global do assassinato de uma turista realizando um *favela tour*, são necessários a estes guias o desenvolvimento de diferentes táticas e estratégias. Esta é a novidade: durante o período em que a favela ficou sem tiroteios, os guias “formados” pelo Rio Top Tour não precisavam lidar diretamente com a intersecção entre a sociabilidade violenta e os roteiros de turismo.

Se nos primeiros anos após a implementação das UPPs foi avaliado que “a política de pacificação tem propiciado uma rearticulação entre Estado, mercado e comunidade que merece ser analisada” (OST; FLEURY, 2013), também pode ser interessante dar continuidade à investigações observando estas dinâmicas de articulação e desarticulação. Em outras conversas e entrevistas realizadas durante o ano de 2018, escutei algumas vezes que, embora o projeto de “pacificação” não estivesse “como antes”, era importante que existisse algo que transmitisse a “sensação de segurança”. Um guia comentou que temia o encerramento definitivo da “pacificação” porque “a dependência do turismo pela UPP é maior que a pelo Rio Top Tour”. Talvez pela rotineira narrativa relacionada ao Turismo de Base Comunitária, os guias geralmente repetem que o prejuízo pelo encerramento da UPP seria bastante abrangente em relação aos negócios na favela, porque “toda a economia da favela estava sendo influenciada pela presença de turistas”. Diversas iniciativas e projetos externos que funcionavam na favela também decidiram interromper as atividades e afastaram-se.

A solução encontrada por um dos guias foi pintar quadros “de favela” em frente ao stand de atendimento turístico – em uma performance que funciona como alternativa de renda e também uma maneira de chamar a atenção sobre a continuidade das atividades turísticas na favela. Há outros guias de turismo trabalhando em funções desde a oferta de serviços manuais de manutenção até o apoio a candidatos políticos em campanha. Alguns guias, em uma tentativa de seguir na mesma área de atividade, inverteram o fluxo e passaram a planejar atividades externas voltadas para o público da própria favela. Além disso, foi inaugurada por um empreendedor local do Santa Marta a filial de uma agência de viagens para a favela – a “Favela Vai Voando”⁷⁵. Uma guia comentou que “a gente precisa ficar se desdobrando, porque nunca

⁷⁵ A Favela Vai Voando é uma iniciativa da CUFA - Central Única das Favelas, é "oferecer condições facilitadas para fazer viagens de avião Brasil afora para as classes C, D e E". Os bilhetes não são comercializados pela internet, de forma que a proximidade territorial à favela facilita o acesso à compra. O jornal O Globo noticiou a inauguração da agência na Rocinha, em 2017. Disponível em:

<https://oglobo.globo.com/rio/agencia-de-viagens-favela-vai-voando-inaugura-primeira-unidade-na-rocinha-22081288>

sabe onde vai ter gente com arma, nunca sabe se vai ter operação. A gente sabe que se acontecer alguma coisa aqui, acabou”.

São diversos os rumores relacionados às razões arbitrárias que dão início aos tiroteios. Moradores de outras favelas “pacificadas”, como a Rocinha e o Complexo do Alemão, comentam que é uma prática recorrente no “pós-UPP” que os policiais estejam “fazendo teatro”, ou seja, dando tiros para o alto em locais estratégicos da favela. O objetivo seria aumentar o medo para forjar a legitimidade de ações violentas – ou “permissão para atacar as favelas”. Outra moradora comentou que a ordem da PM é “dar tiros a esmo” para manter a necessidade de operações, e que os traficantes estavam com uma ordem interna de não revidar, porque, de acordo com rumores, uma escalada da violência poderia dar origem a uma ocupação da milícia na favela. Em uma descrição qualitativa dos tiroteios, há as operações “que nunca dão em nada”, e as que são “tiros mesmo entre policiais e traficantes”. Isso porque, de acordo com uma moradora, muitas vezes os grupos do tráfico “*caem na armadilha*” e atiraram de volta, iniciando o tiroteio mais intensificado.

1.5. Guerra de ideias

Ao fim da manifestação, sob a afirmação de “fazer do luto a luta”, os moradores foram às ruas e fecharam a Rua São Clemente por cerca de 10 minutos. A interrupção do trânsito e o engarrafamento de carros não seria uma interrupção de rotinas tão grave quanto a vivida cotidianamente pelos moradores da favela. Enquanto literalmente intervinham no asfalto, escrevendo em grandes letras a declaração coletiva “queremos paz”, empunhavam grandes cartazes em comunicações sobre simulacros e seus principais efeitos de hiper-realidade na favela: “não era um fuzil, era um guarda-chuva” e “abaixo os assassinatos do Estado contra a juventude pobre”. Entoaram cantos de denúncia, como “eu quero o fim da Polícia Militar”, “o povo unido jamais será vencido”, “abaixo a opressão” e “eu só quero é ser feliz”. Com câmeras e celulares, fotógrafos profissionais e outros manifestantes registravam fotos e vídeos daquele momento enquanto alguns manifestantes vociferavam ao microfone ameaças de que, caso não obtivessem nenhuma resposta adequada das autoridades governamentais, haveria outra manifestação – desta vez com mais pessoas e fechando as ruas por mais tempo. Em uma crítica à representação midiática nas notícias relacionadas à violência, os moradores apontam que

“narrativas superficiais e racistas” reforçam o estigma dos favelados como inimigos desumanizados da cidade:

“O título da matéria diz que "Cinco bandidos foram mortos". A população aplaude, até porque "foda-se, era bandido tem mais que morrer mesmo". Na matéria você descobre que nenhum familiar ou amigo de nenhum dos cinco humanos assassinados foi ouvido. As únicas declarações sobre o tiroteio vieram da assessoria do Comando da Operação”. (Relato de morador - outubro/2018)

Considero um acontecimento ocorrido algumas semanas antes decisivo para a motivação desta manifestação. Um tipo de evento crítico (DAS, 1995) que leva os sujeitos, atingidos em intensidades distintas, a reinterpretar suas formas de ação por ressignificações rigorosamente consequentes em sentidos políticos, simbólicos ou ordinários. Se a descrição deste tipo de evento permite uma elaboração que traz para o primeiro plano da análise as diferentes instituições e suas respectivas implicações no ocorrido, é importante situar que todos os moradores com quem falei nos dias imediatamente posteriores pareciam afetados de maneira bastante visceral. Principalmente porque parecia evidente uma mudança de regime na favela após cerca de um mês da chegada da nova comandante da UPP, engendrando diferentes formas de reabitar a vida, o cotidiano e o espaço. Introduzo o assunto através do trecho de um artigo divulgado por Itamar Silva, antiga liderança do Santa Marta, no Jornal do Brasil em 30 de agosto de 2018:

“Há poucos dias, logo ao amanhecer, foram ouvidos tiros no alto do Santa Marta. Fato que não é novidade para quem mora lá. A mudança na dinâmica da atuação da UPP, ou o que restou dela, tem obrigado os moradores a conviver com tiroteios ao raiar do dia. Felizmente, na maioria das vezes, depois de muitos tiros, a vida volta à sua rotina. Mas na manhã do dia 15 de agosto foi diferente.

Os tiros começaram e não duraram muito. Logo, um silêncio tenso tomou conta dos caminhos e becos que já não tinham a movimentação dos moradores. Aqueles que conseguiam descer a favela traziam a notícia: a polícia matou um menino. É assim mesmo, as primeiras informações são imprecisas: quem morreu? Filho de quem? Era da boca? E, aos poucos, o fato vai sendo esclarecido: “o moleque estava na vigia da boca. Tentou correr. Ganhou um tiro no meio da cara”.

O jornal anuncia: “Suspeito é baleado durante confronto com PMs no Morro de Santa Marta” – informação passada pela própria polícia. Ao ler, uma moradora reage: “É mentira. Houve somente um disparo na manhã de hoje. Sei, porque tudo aconteceu bem na minha janela”. A notícia corre rápido. A família é acionada. Mãe, padrasto e irmãos vão ao hospital e confirmam a morte do garoto. Só resta organizar o sepultamento. Alguns moradores ficam indignados com a brutalidade. Outros, aceitam. Mas a pergunta é: a polícia não tinha outra possibilidade de agir? O objetivo era prender, paralisar ou matar? ” (Trecho de artigo de Itamar Silva – agosto/2018)⁷⁶.

⁷⁶ Sugiro a leitura integral do relato. Disponível em: https://www.jb.com.br/_conteudo/pais/artigo/2018/08/1783-no-rio-de-janeiro-esta-decretada-a-pena-de-morte.html

Como demonstrado nas seções anteriores, diferentes reações ocorreram localmente em resultado à morte de Rodrigo Alexandre no Chapéu Mangueira e de Maria Esperanza na Rocinha. Entretanto, a morte de Marcos Vinicius Lima Nascimento no Santa Marta traz perspectivas mais aproximadas a esta investigação. Rumores e apurações locais e mais detalhadas do episódio estabelecem múltiplas indagações. Quando questionada por jornalistas sobre as circunstâncias da morte do rapaz, a Polícia Militar relatou por seu porta-voz que “após o confronto, os militares fizeram buscas na área e o encontraram o suspeito ferido”⁷⁷. Por outro lado, localmente a história recebe novas camadas de profundidade – e a narrativa reproduzida pela mídia é questionada. Neste caso, a lógica da “viração” (TELLES, 2010) tem fertilidade exemplar e cognitiva sobre a porosidade das fronteiras entre legal, ilegal e ilícito como estratégias de sobrevivência em condições de vulnerabilidade. De acordo com relatos locais, o jovem estava desempregado há diversos meses, e depois de ser recusado em diversas entrevistas de emprego, passou a fazer bicos pela favela. Quando começou a ajudar senhoras a carregar bolsas e materiais pesados subindo pelas escadas da favela, tornou-se uma figura mais reconhecida por todos. Entretanto, sua mãe adoeceu e ele precisou buscar novos empregos para conseguir dinheiro e comprar remédios. Havia menos de uma semana que ele estava trabalhando como “vigia” em uma “boca”. Aparentemente, quando a polícia começou a incursão e todos fugiram, ele estaria dormindo. De acordo com moradores, quando o policial o encontrou e efetuou o disparo fatal, o rapaz estava dormindo.

Além dos corpos em circulação, a proposta de observar analiticamente “o que se move” também se refere à maneira em que imagens e comunicações estão intermitentemente em movimentos que, “de forma real ou potencial, organizam e estruturam a vida social” (SHELLER; URRY, 2006, p. 212). Em articulação aos acontecimentos apresentados, é possível direcionar uma crítica às construções midiáticas que compõem parâmetros de interpretação sobre e pelos sujeitos, onde regimes normativos são estabelecidos por meio de enquadramentos decididamente assimétricos sobre determinados corpos, vidas e, fundamentalmente, à “distribuição desigual do luto público” (BUTLER, 2015). A partir de um conjunto de sentidos históricos que permeiam as cenas, sujeitos específicos são enquadrados a partir de categorizações que denotam assimetrias entre tipos de vidas socialmente aceitas: “trabalhador”, “turista” e “bandido”. Em outras palavras, é possível compreender que é dada maior ênfase e repercussão às mortes de acordo com o reconhecimento dado às próprias formas de vida.

⁷⁷ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/homem-morre-baleado-em-confronto-no-morro-dona-marta-22980610>

Em diferentes molduras de um mesmo “quadro de guerra” (Ibid.) no histórico das representações sobre a violência urbana do Rio de Janeiro, está implícita uma associação de “lados” e “grupos” em confronto - onde de um lado estaria a polícia como representante do Estado e do outro os traficantes como representantes das favelas (LEITE, 2000). Se durante o intervalo entre 2008 e 2015, reportagens sobrepunham empreendedorismo à violência urbana em manchetes dotadas de moralidade, como “ex-assaltante vira guia de turismo e promotor de festas na favela”⁷⁸, nos anos seguintes foi possível notar uma alteração nestes enquadramentos. Entre vidas interrompidas, observa-se um gradiente de tratamento diferenciado tanto de territórios quanto de populações pertencentes ao “outro lado” de uma suposta guerra urbana. Narrativas relacionadas à produção de vida são gradativamente substituídas por formas de produção de morte na favela Santa Marta e outras favelas “pacificadas”. Manifestações populares ocorrem como tentativa de dar visibilidade a determinadas mortes e demonstrar o significado daquelas vidas.

Nos momentos de inauguração e ascensão da gramática da pacificação, a narrativa predominante de que “a cidade teria vencido a guerra” permitia a profusão de narrativas constituintes de uma “promoção da paz” (MACHADO, 2013) - e o espetáculo midiático de cobertura da “pacificação” no Complexo do Alemão rendeu importantes prêmios internacionais à Rede Globo de televisão em 2011⁷⁹. Entretanto, alguns anos depois uma mudança de narrativa foi expressivamente veiculada. Em agosto de 2017, uma decisão editorial provocou expressivos debates sobre alterações de sentido em representações e discursos midiáticos sobre as favelas. O jornal Extra, pertencente ao mesmo Grupo Globo, publica um editorial com o objetivo de argumentar e defender a substituição do selo “Casos de Polícia” por “Guerra do Rio”⁸⁰. Em uma justificativa em acordo à expressão que dá nome ao texto, o editor-chefe cita que “a criação da editoria de guerra foi a forma que encontramos de berrar: isso não normal! É a opção que temos para não deixar nosso olhar jornalístico acomodado diante da barbárie”. Desta forma, é determinante explicitar dois pontos de tensionamento político em representações que constituem a militarização e a naturalização de uma “guerra” como condição urbana para uma cidade sem riscos: a) discursos da mídia são conduzidos por pressões sociais de classes que

⁷⁸Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/pme/noticia/2011/08/ex-assaltante-vira-guia-de-turismo-e-promotor-de-festas-na-santa-marta.html>

⁷⁹ Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2011/09/jornal-nacional-vence-emmy-por-cobertura-da-ocupacao-do-alemao.html>

⁸⁰ Disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/guerra-do-rio/isso-nao-normal-21711104.html>

viabilizam seu consumo, circulação e produção; b) em uma tentativa de alinhar-se a uma suposta imparcialidade, a seleção do que é tornado público tem ligação – deliberada ou inadvertida – com a perspectiva governamental vigente (ROCHA; PALERMO, 2015; PALERMO, 2018)⁸¹.

Na transmutação de “cidade que venceu a guerra” para a difusão de uma narrativa de “Guerra do Rio”, o elemento em comum é estruturante de distintas narrativas e apropriada para debates ideológicos entre diferentes sujeitos - a guerra. Para além do conteúdo do artigo, destaco a reação de determinadas instituições da sociedade civil que se defrontam contextualmente: a Polícia Militar manifestou-se favorável à decisão, respondendo à publicação via Twitter: “A PMERJ já denuncia esses absurdos há tempos. Obrigada por dar voz a essa fala. Há tempos falamos que nenhuma polícia do mundo enfrenta uma realidade como a nossa”⁸². Por outro lado, o jornal Carta Capital divulgou uma reportagem intitulada “Guerra de Ideias” com diferentes pontos de vista sobre a decisão editorial por parte de movimentos sociais⁸³. Entre eles, a organização Maré Vive, mantida por moradores do Complexo de favelas da Maré, emitiu nota: “Nunca iremos aceitar que achem que vivemos uma situação de guerra. Seja baseada em números ou dados de situações ao redor do mundo. Tudo que o Estado e que a polícia necessita é que a gente e a imprensa endosse e aplauda essa ideia”. Frente a estes debates, torna-se válido questionar: quais novas formas de ação se desenvolvem politicamente em torno dos significados e sentidos repercutidos em torno do acúmulo de ao menos três décadas onde a cobertura policial tem como elemento estruturante uma “guerra” no Rio de Janeiro?

Nas eleições de cargos executivos em 2018, foi amplamente utilizado o acionamento da narrativa de uma suposta “Guerra do Rio”. Nos primeiros momentos após sua vitória, o governador eleito para o mandato 2019-2022 deu declarações expressivas: policiais que atingirem fatalmente pessoas portando fuzis não devem ser responsabilizados "em hipótese alguma"⁸⁴. Como visto, guarda-chuvas podem ser confundidos com fuzis em acontecimentos

⁸¹ É importante deixar claro que essa proposta não se pauta no pressuposto de que a imprensa é capaz de impor uma visão que manipula completamente a sociedade, mas sim “objeter que a mídia tanto é influenciada pela sociedade, pois organiza a percepção social, como também exerce sua influência na coletividade, uma vez que os discursos tentam exercer algum tipo de convencimento, marcando algum tipo de posição” (PALERMO, 2018, p. 21).

⁸² Disponível em: <https://twitter.com/pmerj>

⁸³ Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/guerra-de-ideias-o-que-significa-a-criacao-da-editoria-de-guerra-do-extra/>

⁸⁴ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2018/11/01/a-policia-vai-mirar-na-cabecinha-e-fogo-afirma-wilson-witzel.htm>

definitivos para determinados corpos e vidas em situação de precariedade. Entretanto, em uma demonstração do grau de prioridades para o governador eleito, a autorização para o "abate" ser oficializada não aumentaria a letalidade no estado, mas reduziria o número "de bandidos de fuzil em circulação". Sua declaração mais emblemática define a terminologia de produção de morte que passa a ser direcionada às favelas cariocas: "o correto é matar o bandido que está de fuzil. A polícia vai mirar na cabecinha e... fogo! Para não ter erro".

Podemos tomar os exemplos apresentados neste capítulo para estender a noção de dispositivos de precariedade como instrumento de análise de outras materialidades. É possível observar uma construção interrompida, um plano inclinado sem manutenção, infraestruturas de serviços básicos com constantes interrupções ou o teleférico com funcionamento suspenso de maneira indeterminada, entre outros. Trata-se de dispositivos e construções que produzem reconhecimentos por mobilidades que estão ligadas à ideia de uma condição sociopolítica de precariedade. Em contrapartida às construções que permanecem em suspensão - como uma promessa de futuro interrompida indeterminadamente - vale observar os significados sociopolíticos em torno de uma materialidade que detém reconhecimento sobre seu estado de conservação: a estátua de Michael Jackson. Em abril de 2015, um acontecimento relacionado à estátua teve grande repercussão: seus óculos haviam sido roubados⁸⁵. Em uma sequência imediata de múltiplas versões e desdobramentos, no dia seguinte foi noticiado que um morador havia encontrado os óculos em um local próximo ao mosaico do artista Romero Britto, na própria laje Michael Jackson. Logo na semana seguinte, uma grande quantidade de moradores, turistas, jornalistas e representantes institucionais estavam em uma reunião em torno da estátua: o artista Ique voltara à favela para realizar o conserto dos óculos da estátua:

⁸⁵ Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/04/estatua-de-michael-jackson-no-rio-ganha-oculos-com-reforco.html>

Figura 13: Artista Ique realizando concerto na estátua.



Fonte: G1

Sobre este episódio, vale tecer dois comentários. Primeiro, a sensação de resignação por parte de diversos moradores. Em 2015, a favela situava-se em um contexto onde recebia semanalmente um grande volume de turistas enquanto a temporalidade agia provocando frustração em relação às expectativas de melhoria na prestação de serviços básicos. Por tratar-se de uma figura representativa sobre a estética da pacificação, o serviço de reparo na estátua não proporcionou um tempo de espera relacionado a orçamentos, estimativas e licitações. Na semana seguinte, o concerto foi realizado com o acompanhamento pessoal do então Secretário Estadual de Turismo. Segundo, o fato dos óculos terem sido encontrados justamente pelo guia Thiago Firmino também tem significados implícitos. Para além de uma coincidência ou uma observação mais atenta, Thiago desempenha na favela um papel a ser destacado por sua rede de contatos e confiança para solucionar esta questão. Afinal, foram bastante repercutidas localmente as operações de varredura policial que seriam realizadas em busca dos óculos. Neste exemplo, torna-se explícito o posicionamento estratégico possibilitado por uma capacidade de legibilidade: retratado em grande repercussão midiática como o morador que conseguiu encontrar os óculos de Michael Jackson, sua declaração exemplifica um elevado posicionamento na hierarquia de atuações na favela: “vou guardar agora na minha casa e entregar ao comandante da UPP ou ao presidente da Associação de Moradores”⁸⁶.

⁸⁶ Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/04/oculos-de-estatuade-michael-jackson-sao-encontrados-no-dona-marta-rio.html>

CAPÍTULO 3 - LEGIBILIDADES EM DISPUTA

É sabido que um jogo de múltiplos monitoramentos se impôs no território de favelas após a "pacificação" (MENEZES, 2018). De um lado, câmeras de vigilâncias foram instaladas pela Polícia Militar em várias favelas com UPP; policiais passaram a usar seus celulares para tirar fotos ou filmar pessoas e situações suspeitas; e, mais recentemente, drones passaram a compor o instrumental de monitoramento dos territórios "pacificados". Opostamente, a rede de traficantes replica o regime de vigilância: "olheiros" munidos de celulares ou radinhos se distribuem inúmeros pontos da favela, visando monitorar os fluxos de pessoas, coisas e informações pelo território. Para os moradores, impressados neste regime de dupla suspeição, a participação em grupos de Whatsapp para monitoramentos e cálculos envolvendo o cotidiano torna-se motivo tanto para o desenvolvimento individual de capital, quanto pela produção de ilegalismos e agressões policiais em uma renovada expressão do deslocamento onde "campos de batalha" são trazidos para dentro de grandes cidades.

Neste capítulo, é apresentado um recorte que trata especificamente da emergência de sociabilidades em articulações entre violência urbana, tecnologias digitais, política local e vigilância. "Santa Marta Alerta" é um conjunto de três grupos de Whatsapp, criado por um empreendedor e liderança local, para utilização por moradores da favela Santa Marta. Iniciado em Novembro de 2018 e alcançando cerca de 700 moradores, foram logrados significativos encaminhamentos projetados entre a escala local e supralocal (LEEDS; LEEDS, 1978): a) a partilha de imagens e denúncias relacionadas a tiroteios e abusos policiais; b) reivindicações por serviços básicos, como a distribuição de água e eletricidade, etc; c) a organização de reuniões com representantes da Polícia Militar e de outros serviços públicos; d) mobilizações de protestos e manifestações em vias públicas.

A noção de **dispositivos de legibilidade** é forjada para analisar situações onde o exercício de saberes e capacidades de monitoramento, vigilância e controle são apropriadas por diferentes sujeitos em variadas circunstâncias. Legibilidade é uma categoria compreendida pela "posição centralizada de um espectador cuja visão seja sinóptica" - que possibilita ver partes e mobilidades de um conjunto de uma só vez (ADEY, 2010). Inicialmente, discussões em torno de novas tecnologias e meios de comunicação podem levar a hipóteses e suposições baseadas na constituição de espaços ou lugares destacados de outras dimensões da vida social - como "realidades virtuais", "cyber-espço" ou uma "vida *offline*" em contraposição a uma "vida real". Entretanto, quando tratamos estas novas possibilidades como dispositivos em continuidade e

incorporação a estruturas e relações sociais vinculadas a outros espaços sociais, ainda que haja novas possibilidades de complexidade, multiplicidade e transformação, torna-se evidente a necessidade de perceber a continuidade de hierarquias sociais, como as de classe, gênero ou raça (MILLER; SLATER, 2001). Também já foi afirmado que em favelas e territórios onde a vida é marcada por intensas indeterminações em torno do risco de vida, a legibilidade se constitui como uma atividade hermenêutica incessante devido a uma necessidade de “leitura” constante “do clima” ou “das coisas” (CAVALCANTI, 2008, p. 45). Deste modo, dispositivos de legibilidade podem ser categorizados desde o compartilhamento de mensagens em tempo real através de aplicativos de mensagens com o objetivo de leitura das capacidades de circulação e necessidade de proteção até o desenvolvimento de variadas técnicas e tecnologias em apropriações militarizadas para a vigilância de territórios periféricos, como o caso dos drones.

Na primeira seção, em torno de uma reunião com a Polícia Militar conquistada após um protesto organizado a partir do grupo Santa Marta Alerta, são discutidas as reconfigurações na política da favela a partir das diferentes apropriações e usos do grupo. Tomando este encontro de diferentes atores como um palco para apresentação e análise das interações sociais ocorridas, com apoio sobre uma vasta literatura sobre o histórico de organizações políticas na favela e o contexto das UPPs, a noção de “mobilidades encenadas” é acionada para compreender o “alargamento” de performances através do próprio grupo em “situações móveis” (JENSEN, 2013). Interações entre o presidente da Associação de Moradores, o moderador do grupo e os próprios moradores participantes da iniciativa são analisadas em torno da ideia de “atuação política” - performances relacionadas ao papel de mediação e reivindicações por direitos sociais, em distinções, negociações e readequações em que se alargam por diferentes canais de comunicação. Na última seção, com base no chão empírico do Santa Marta, proponho um encontro teórico entre um clássico da sociologia urbana carioca e elaborações do Paradigma das Novas Mobilidades. Em seguida, a noção de “atmosfera de segurança” (ADEY, 2014) é acionada para o entendimento dos diversos entrelaçamentos entre fluxos de ideias, políticas e técnicas a uma compreensão sobre o céu das favelas. Assim, ao compreender a utilização de dispositivos militarizados aéreos como possibilidade de novas experiências bumerangue entre centros e periferias (JENSEN, 2016a), é necessário compreender que estas novas experiências de territorializações verticalizadas (GRAHAM; HEWITT, 2013) nas favelas produzem sensações de confinamento que devem ser analiticamente compreendidas em suas dimensões objetivas, subjetivas e políticas.

1 MONITORAMENTOS E ATUAÇÕES POLÍTICAS: GRUPO SANTA MARTA ALERTA

Críticas à militarização dos territórios “pacificados” são comumente associadas aos efeitos da relação entre policiais e moradores de favelas durante o cotidiano, onde uma presença institucional historicamente violenta e ameaçadora é supostamente convertida por discursos e representações em projeção de uma imagem positiva e coerente. Entretanto, se durante os primeiros anos do projeto das UPPs novos canais de diálogos foram abertos em reuniões propostas pela Polícia Militar, é fundamental compreender que formas de dominação ocorreram também nos mecanismos de mediação e organização política das favelas. Em 2011, no primeiro encontro entre governo e moradores após a implementação da UPP Rocinha, o comandante do BOPE esclareceu as determinantes diretrizes inauguradas a partir daquele novo instante⁸⁷. Em suas palavras, para informar que que “a presença do Estado na favela não ocorria por causa dos bandidos”, mas para “trazer paz”, o discurso pontuou valores progressistas subordinados ao ordenamento e à necessidade de engajamento dos moradores: “Viemos para lhes defender. Para defender a Ordem, os Direitos Humanos e a Democracia. Mas lembro que todos aqui tem sua parcela de responsabilidade”.

Com o passar dos anos foram delineadas de maneira mais clara as sociabilidades em torno de uma presença militarizada nos espaços de debate e participação comunitária das favelas “pacificadas”. Por um lado, era compreendido pelos formuladores do programa que uma etapa essencial à “pacificação” era um aprendizado fundamentado pelo que foi chamado de “esforço pedagógico-civilizacional” (ROCHA; CARVALHO; DAVIES, 2018, p. 218). Em detalhe, esforço referido à forma como a ocupação policial de espaços de participação presidiu mecanismos de “transição” de um regime de regulação a outro, subjugando líderes comunitários e orientando moradores sobre as formas de ocupação do espaço coletivo, oferta de serviços e bens culturais e coletivos, convivência no âmbito privado, etc (ibid.). Por outro lado, dispositivos de exercício de cidadania – principalmente a UPP Social – foram deslocados do debate sobre direitos sociais e voltados ao estímulo ao empreendedorismo, ocasionando uma essencial alteração no “braço social” do programa - um dos principais canais de mediação política aberto pela pacificações passou a encontrar “eco no mercado” (ARAÚJO SILVA; CARVALHO, 2015).

⁸⁷ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/moradores-da-rocinha-participam-de-reuniao-com-bope-3249927>

Na favela Santa Marta, o mercado turístico foi uma das principais formas de “inclusão produtiva” direcionada por iniciativas voltadas à capacitação empreendedora. Durante o passar dos anos de “pacificação”, é possível notar uma conjugação entre as duas perspectivas apontadas anteriormente que se mostra eficaz a favor da reivindicação por direitos. Empreendedores convertem os direcionamentos e capacitações adquiridos em favor de reivindicações por direitos sociais na favela. Talvez em uma inesperada continuidade relacionada ao “protagonismo” de moradores que se movimentassem em relação ao Turismo de Base Comunitária, é interessante observar formas onde, a capacidade de atrair e conduzir corpos e iniciativas supra-locais para a favela é convertida no estabelecimento outras formas de poder na política local (FRENZEL; KOENS; STEINBRINK, 2012). Neste sentido, à medida em que Associações de Moradores vinham sendo levadas a repensar sua atuação e seu formato para esquivar-se de um “vazio político” e institucional colocado pelo poder público (SILVA; ROCHA, 2009), em paralelo eram formuladas outras formas de liderança e participação local.

Ao mesmo tempo em que “reuniões comunitárias” articuladas e lideradas por autoridades policiais tenham subjogado a Associação de Moradores, empreendedores do turismo beneficiaram-se da espetacularização midiática que contribuiu com a imaginação política sobre a favela para firmar contatos de interesse mútuo com repórteres e jornalistas de grandes organizações. Em decorrência, ao invés de depender exclusivamente da capacidade de negociação a partir do acato a um “controle negociado” a partir das Associações de Moradores (MACHADO DA SILVA, 2002), a população de favelas passa a veicular denúncias e cobranças sobre a precariedade cotidiana a partir de vídeos no RJTV e contatos diretamente com representantes de companhias como a Light, CEDAE, CEG e a própria Alpha – empresa prestadora de serviço de manutenção do Plano Inclinado. A legibilidade relacionada aos problemas na favela é fundamental para este processo. A partir de tecnologias de comunicação, a iniciativa de um empreendedor do turismo de criar um novo canal de diálogo de moradores a partir do aplicativo Whatsapp torna-se um importante mecanismo de luta por direitos. Em diferentes dimensões, a utilização do grupo pelos moradores permite novas dinâmicas de engajamento a partir de atualizações e mensagens constantes. Desde problemas na distribuição de serviços básicos, até extremos como animais perdidos pela favela ou revistas vexatórias e agressões policiais a moradores, é fundamental iniciar uma investigação relacionada às diferentes percepções ao grupo “Santa Marta Alerta”.

1.1. Conquista de uma reunião com a Polícia Militar

Cerca de 50 cadeiras de plástico estavam configuradas em forma de arco e direcionadas para uma extremidade com uma única fileira de 4 outras cadeiras ao lado de uma grande caixa de som ligada a um microfone. Nesta extremidade, estava localizado o “palco” com vagas destinadas aos responsáveis pela comunicação da temática daquela reunião na noite de quinta-feira. Com a proximidade ao horário agendado para o início, todos os assentos já estavam ocupados e sala do Polo de Inclusão Social Padre Velloso passava a ser ocupada por pessoas em pé. À medida em que era notado o atraso dos responsáveis pela reunião, uma lista de presença era passada de mãos em mãos - e quando a recebi para assinar, já havia mais de 150 nomes registrados. Era incomum a presença tão numerosa de pessoas no local onde funciona a Clínica da Família que atende à favela Santa Marta e também ao bairro de Botafogo. Principalmente em função da precarização dos serviços de saúde, onde um desmonte das equipes de atendimento ocasiona que agendamentos disponíveis se tornem cada vez mais distantes e urgências ambulatoriais tenham atendimentos debilitados. Apesar de uma suspensão no funcionamento do Plano Inclinado justamente no horário da reunião, a adesão de uma quantidade elevada de pessoas interessadas em debates também ocorria por razões relacionadas às suas sobrevivências. A decoração colorida com cortinas de estampas floridas - de chitas – e pequenas estrelas coladas e penduradas no teto contrastava com o clima daquela noite. Estava prestes a ocorrer uma reunião com representantes da Polícia Militar.

A agitação daquela sala podia ser proporcionalmente percebida pelo fluxo de mensagens cada vez mais acelerado no grupo Santa Marta Alerta. O volume das vozes ficava mais alto e atordoante à medida em que se tornava cada vez mais difícil acompanhar o frenético fluxo de mensagens que eram enviadas ao grupo de Whatsapp. A incerteza era difundida principalmente porque a reunião era uma resposta da Polícia Militar às reivindicações dos próprios moradores. O atraso de quase uma hora dos policiais começava a produzir incertezas e ansiedade relacionadas ao acontecimento da reunião:

[JAN/19 - 7:20]: “já estamos aqui reunidos e quem puder chegar ainda dá tempo”;

[JAN/19 - 7:20]: “a reunião tá atrasada, mas estamos aqui esperando”

[JAN/19 - 7:20]: “será que eles chegam ou viemos aqui a toa?”

[JAN/19 - 7:20]: “parece que vão deixar de cumprir mais uma promessa... não adianta nada a gente protestar se eles não querem ajudar”

Recentemente, diversas operações policiais e tiroteios tinham ocorrido em um mesmo dia, demonstrando uma preocupante escalada na violência da favela. Moradores comunicavam-se pelo grupo para compartilhar informações em torno da legibilidade para circular seguramente

pela favela. Paralelamente, enquanto criticavam a “falta de resultados” das atividades da Associação de Moradores para fazer cobranças aos policiais da UPP, era repercutida no grupo a possibilidade de organizar “no grupo mesmo” uma demonstração pública da insatisfação dos moradores da favela Santa Marta com as ações dos policiais no local. Além disto, outras insatisfações relacionadas à infraestrutura da favela também eram coletivizadas como motivação para uma manifestação. Entre eles, principalmente o sucateamento do bondinho e a má-prestação de serviço de distribuição de água e eletricidade. Thiago Firmino, o moderador do grupo, concordava com os moradores e inflamava o debate repercutindo a necessidade contínua da população da favela “lutar por seus direitos”.

Após mais alguns instantes de movimentações e espera, ocorre um grande silêncio. Enquanto as pessoas que estavam próximas à porta de acesso da sala se amontoavam para permitir espaço para passagem, o ambiente era consumido por um clima de apreensão. Três policiais fardados entraram, com semblante sério e olhar firme. Sequer olhavam-se entre si, à medida em que podiam ser percebidos cochichos entre os moradores presentes. No grupo de celular, o fluxo de mensagens também era interrompido por alguns instantes. A atenção de todos estava direcionada à confirmação do início da reunião. Estavam presentes três representantes de distintas instâncias da UPP: 2º Batalhão da Polícia Militar, Coordenação de Polícia Pacificadora e UPP Santa Marta.

Após algumas considerações por parte do presidente da Associação de Moradores, o representante do 2º BPM, caminha até o centro do círculo de pessoas e toma a palavra. Inicialmente, disse que preferia falar alto do que usar o microfone – que vinha apresentando falhas e ruídos. Falando pausadamente e parecendo escolher cuidadosamente cada palavra que dizia, o policial disse que naquele momento era mais importante ouvir as pessoas do que chegar com “respostas prontas”. Este objetivo de ouvir as pessoas seria instituído a partir do limite de 3 minutos autorizados de fala para cada pessoa. A plateia, adotando expressões enrijecidas e braços cruzados, parecia atenta a cada gesto do policial enquanto tentavam compreender qual seria a melhor maneira de reagir aos discursos e à postura adotada pelo agente. Algumas pessoas também estavam registrando vídeos da reunião com a câmera dos celulares. No grupo, algumas mensagens de pessoas pedindo desculpas por não conseguir comparecer à reunião – principalmente porque ficaram presas no trabalho ou porque precisaram cuidar de suas crianças. Outras desejavam sorte, torciam pela obtenção de resultados e pediam que após a reunião fossem enviadas atualizações sobre o que foi decidido. Em um momento onde as atenções de fato estavam direcionadas em concentração à possibilidade de diálogo com a Polícia Militar, os

presentes compartilhavam no grupo diversas fotos que apresentavam como estava ambiente durante a reunião.

Figura 14: Reunião de moradores do Santa Marta com representantes da UPP.



Fonte: Acervo pessoal

Durante os relatos, enquanto o microfone passava de mãos em mãos, a comandante da UPP Santa Marta era duramente criticada pelos moradores, os policiais ficaram em silêncio e mantiveram a mesma postura⁸⁸. Após pouco mais de uma hora ininterrupta de denúncias, o policial fez uma interrupção, levantando-se e pedindo novamente a palavra. Dizendo que já começava a perceber repetições, resumiu que “conseguiu fazer um diagnóstico”. A primeira impressão compartilhada foi, por sua vez, uma tentativa de criar empatia entre os moradores com os policiais que atuam nas favelas do Rio de Janeiro: "o que o Rio de Janeiro vive é uma coisa que não é natural em nenhum lugar do mundo. Estes são relatos de locais em guerra deflagrada, como Síria, Iraque ou Afeganistão". Percebendo a recepção negativa por parte dos moradores, tentou uma abordagem mais pessoal para dar continuidade à mesma narrativa. Afirmou que a violência que é um elemento fundamental do cotidiano dos moradores da favela é a mesma que aflige os policiais, e que para ele, era uma preocupação constante conseguir “terminar o dia e voltar vivo, porque tenho filhos em casa me esperando”. Afirmou que aquela reunião era uma possibilidade de criar um “diálogo de boa fé” entre a Polícia Militar e os

⁸⁸ Nesta descrição, as falas dos moradores serão suprimidas às reações policiais pela intenção de destacar o posicionamento destes agentes em função do próprio acontecimento da reunião. Na seção 1.4., os comentários dos moradores serão destacados em torno do eixo analítico proposto.

moradores da favela. Entretanto, enquanto dizia que também era de seu interesse que não houvesse mais tiroteios na favela, foi irredutível à necessidade de “contar com a ajuda de todos” ao tratar sobre o enfrentamento a sujeitos enquadrados fora da gramática da pacificação, a quem referiu-se como “combate aos marginais”.

Reafirmando sua “inteira confiança no trabalho da comandante da UPP Santa Marta”, o policial disse que compreendia a necessidade de fazer ajustes. Afirmou que “a sensação de insegurança e guerra tira a percepção de que as ações têm que ser pontuais e cirúrgicas”. Em relação à principal crítica dos moradores, disse que, apesar da necessidade de “fazer patrulhamento pela favela, porque todo batalhão faz”, comprometeu-se a momentaneamente interromper as operações e impedir definitivamente as que aconteciam nos horários de circulação de crianças pela favela. Disse ser necessário reformular o projeto de “pacificação” e desenvolver “operações bem planejadas”. Considerando um contexto onde a Intervenção Federal-Militar havia recentemente encerrado as atividades de metade dos postos de UPP, finalizou respondendo a um dos motivos de maior inquietação dos moradores: “A Polícia Militar não vai sair do Santa Marta. Isso é fato. Não sou eu que decido, mas já está decidido”.

Esta revelação ocasionou agitação tanto no instante em que foi realizada, quanto em termos de repercussão nas conversas após a reunião. Encerrado o evento, enquanto algumas pessoas saíam apressadas em retorno às suas casas, o fluxo de mensagens enviadas ao grupo se intensificava novamente. Pessoas que estavam subindo as escadas da favela, ou subindo no Plano Inclinado rumo às estações próximas às suas casas davam seus pontos de vista sobre a reunião. Entre algumas mensagens que manifestavam satisfação com os compromissos assumidos mesmo após o encontro ser motivado e composto por duras críticas às ações policiais, outras pessoas demonstravam desconfiança. Em resumo, diziam que aquela reunião não passava de “um teatro armado” para responder à manifestação e adotavam uma postura cautelosa em relação à validade dos compromissos assumidos. O moderador do grupo enviou uma mensagem de voz tentando sintetizar de maneira pragmática as conquistas alcançadas principalmente pelos mecanismos de funcionamento do próprio grupo e a necessidade de permanecer acionando aquela possibilidade de engajamento e de cobranças:

“Não vai ser uma reunião que vai resolver o problema. Vai ter sempre um ou outro. Mas que a gente possa se fortalecer a cada dia, que a galera possa denunciar, botar a cara, gravar, falar. É porque só assim com reunião, pressão, imprensa, protesto que a gente vai conseguir mudar alguma coisa. Povo calado, eles vão fazer o que quer. E eles sentiram que a gente tem educação, que a gente tem conhecimento, que a gente é politizado. E que a gente tem uma galera braba que pode e que chega junto quando é necessário. Então, é agradecer a todo mundo. É muito bom essa união”. (Mensagem de voz de Thiago Firmino – janeiro/2019)

1.2. Pedir ajuda

Momentos antes da chegada dos policiais, enquanto as pessoas que aguardavam o início da reunião ficavam mais ansiosas com a incerteza sobre o resultado de sua manifestação, o presidente da Associação de Moradores levantou-se e caminhou com o microfone em punho até o centro do círculo de pessoas. Talvez percebendo o clima de agitação e temendo que os participantes desistissem de esperar, Zé Mário iniciou uma sequência de orientações relacionadas à reunião. Tratou sobre temáticas a serem abordadas e condutas a serem adotadas. Inicialmente, comentando sobre o histórico da atuação do Estado nas favelas da cidade, a precariedade no acesso à cidadania e a frustração relacionada às promessas de garantia de serviços pelo contexto da “pacificação”, disse que: “Faltam direitos constitucionais pra favela. Respeitar toda a constituição, como diz tanto esse novo governo, é dar esses direitos. Alguém respeita a constituição da favela?”. Em seguida, orientou que os moradores avaliassem a necessidade de suas intervenções na reunião. Principalmente pelo fato de haverem muitas pessoas presentes, o presidente imaginava que poderiam haver “excessos” – repetições de assuntos ou reações furiosas - devido a respostas inconclusivas dos policiais à indignação proporcionada nos moradores durante os meses anteriores: “Não vamos entrar no jogo deles. A reunião é pra lutar pelos nossos direitos. Ninguém é obrigado a ficar calado, mas quem levantar a mão pra falar tem que ter certeza”.

Neste momento da reunião, é importante notar que há uma interação entre formas de atuação política - performances relacionadas ao papel de mediação e reivindicações por direitos sociais. Tratando-se de uma reunião conquistada por uma manifestação ocorrida de maneira “orgânica” pelos moradores, há certo valor simbólico no momento em que o presidente da Associação de Moradores levanta-se para compartilhar seus saberes e experiências relacionadas à forma de atuação frente à necessidade de reivindicações políticas - principalmente considerando as construções de si que ocorrem a partir da “representação do eu na vida cotidiana” (GOFFMAN, 1995). Em uma performance onde, ao mesmo tempo em que é percebido pelos moradores pela reafirmação de seus saberes como um fundamental canal de interlocução e mediação política para a favela, Zé Mário capilariza efeitos de interpretação sobre as relações sociais que dizem respeito à política local. De maneira mais clara, naquela situação é possível notar que efeitos desta performance são automaticamente reproduzidos em diversas dimensões que afetam suas interações sociais, principalmente se considerado que uma

relação “face a face” pode ter continuidade a partir das diversas fotos e imagens que foram registradas e compartilhadas no grupo.

Naquele momento, os moradores que não estavam presentes na reunião recebiam registros do momento em que Zé figurava centralizado entre os moradores e policiais. Reações causadas pelas fotos, vídeos e registros de áudio deste momento exemplificam que, com o advento de novas tecnologias e formas de interação, a necessidade de proximidade física para se comunicar foi atravessada pela possibilidade de se conectar por meio de mobilidades de informações pelo tempo e espaço. Assim, se o acontecimento de interações sociais foi conceitualizado por uma dependência à proximidade física entre os atores, em um mundo conectado por celulares e aplicativos tornam-se mais borradas as metáforas teatrais em torno de performances, desempenhos e impressões entre palco, ator e plateia. A noção de “*staging mobilities*” - ou “mobilidades encenadas” - é uma resposta à necessidade de mudanças interpretativas que considerem formas de “alargamento” das performances e interações sociais em uma modalidade de “interações móveis” através de novas tecnologias de comunicação (JENSEN, 2013). Isso significa um foco direcionado às repercussões sociais que diferentes arranjos e designs de mobilidade podem ter em termos de inclusão ou exclusão social. Em resumo, esta noção não sustenta similaridades entre as interações, mas que “o nexo de proximidade-conectividade é o novo relacionamento dialético e dinâmico entre a co-presença física e as conexões mediadas no tempo e no espaço” e que as tecnologias em rede permitem a criação de um “nexo” no qual sujeitos inseridos em mobilidades realizam um trabalho performativo de interação e negociação em múltiplas demarcações (ibid., p.136).

Após a chegada da polícia à reunião, Zé Mário dá continuidade à sua presença em destaque e celebra o acontecimento daquela da reunião destacando os participantes daquele encontro e realizando um breve histórico da relação entre a Associação de Moradores e o Comando da UPP. Após apresentar os policiais aos moradores e agradecer pela presença de todos, são introduzidos como “parceiros da favela” duas pessoas que entraram juntamente aos policiais: representantes da Ouvidoria da Defensoria Pública e da Comissão de Direitos Humanos da OAB-RJ. Em uma breve tomada de posição relacionada aos efeitos da “pacificação”, Zé Mário promove uma atualização de seus discursos. No início, disse que havia muita desconfiança em torno da “pacificação” porque “no começo era estranho pra todo mundo. Era como chegar na lua. A polícia que a gente conhecia agora dizia que seria nossa parceira”. Entretanto, sem deixar de notar a coincidência de nomes entre a comandante atual, ele indica que a comunidade foi beneficiada por um espaço de diálogos proporcionado pela primeira

titular do cargo: “a comandante daquela época, entrou na luta junto com os moradores. Virou parte da comunidade. Tinha 99% de aprovação da comunidade”.

Entendendo que o aumento da intervenção do Estado nas favelas pode provocar o reposicionamento de atores sociais nos jogos de poderes locais (PANDOLFI; GRYNSZPAN, 2002), é razoável compreender que a tentativa de posicionamento da UPP como instância mediadora aproximou mais as formas de atuação da Associação de Moradores a um espaço de ações capturado e subordinado à interesses externos que vinha se constituindo desde antes da “pacificação” (SILVA; ROCHA, 2009). Destacando a permissão para participar de muitas reuniões entre a Associação de Moradores e a UPP “até as coisas se adequarem”, mencionou sobre os efeitos positivos dos últimos anos por uma perspectiva alinhada às diretrizes da gramática da pacificação: “em 7 anos de muitos projetos, esporte, cultura e lazer, as crianças cresceram sem ouvir um tiro e conviver com nenhuma letalidade na comunidade”. Também comentando sobre o turismo como um indicativo do sucesso, comentou sobre as contrariedades como um problema mais conveniente: “o Santa Marta recebia 10 mil turistas por mês. Tinha 2 mil turistas na quadra. Era sexta, sábado e domingo que pessoas de fora faziam evento onde nós mesmos não podíamos entrar. Lutamos pra fazer aquela quadra e a gente não podia nem entrar”.

Passando a palavra para os policiais, Zé Mário fez questão de não totalizar sua crítica à instituição da Polícia Militar. Disse que era importante identificar as “laranjas podres” que impediam que o trabalho de “pacificação” fosse continuado na favela. E que era importante o destaque ao diálogo com a população, porque para além da responsabilidade, era um direito dos moradores a fiscalização do trabalho que foi planejado. O repertório acionado explicita esclarecimento sobre direitos obrigatórios à favela, e ao mesmo tempo a adoção de estratégias de negociação referentes ao “controle negociado” (MACHADO DA SILVA, 2002, 2011), a partir de uma aceitação relacionada às estratégias e o “trabalho do Estado”. Finalizando, suas últimas palavras antes de sentar-se ao lado dos policiais foram uma tentativa de criar um ambiente de empatia entre os policiais e os moradores que estavam presentes na reunião: “A gente não quer coibir o trabalho do Estado. Tá todo mundo aqui porque a gente quer paz. A gente quer deitar e sonhar. Me ajuda pra que a comunidade volte a viver uma vida normal”.

1.3. Fazer pressão

Em contraposição ao acionamento do termo “ajuda” por Zé Mário, uma expressão na mensagem enviada por Thiago após a reunião destaca-se pela constituição de uma alternativa

às estratégias de atuação da Associação de Moradores: “fazer pressão”. Por um lado, é relevante a percepção de desgaste que a instituição da Associação de Moradores tem para os moradores em termos de soluções e resoluções de problema. Principalmente por questionamentos em função de uma modificação dinâmica de formas de governo e do Estado em períodos anteriores à “pacificação”, onde o “atendimento de demandas locais passou a depender muito mais dos vínculos, do acesso, dos contatos dos dirigentes com o poder público” (PANDOLFI; GRZYNSZPAN, 2002). Por outro lado, a mensagem do moderador após a reunião demonstra os próprios elementos, vínculos e acessos que justificam o a possibilidade de acontecimento daquela manifestação. O termo “pressão” figura juntamente a “imprensa” e “protesto”, em um alinhamento que explicita o mecanismo de agir político que se constitui a partir do grupo. Contatos com a imprensa passam a ser percebidos como uma alternativa à negociação assimétrica com agentes do poder público para o atendimento de demandas locais.

Neste sentido, a convocação dos participantes do grupo e o acontecimento da manifestação no espaço público pode ser representada por práticas incorporadas como uma “situação móvel”, onde múltiplas interações e práticas reflexivas e calculadas racionalmente se encontram e se misturam com atos tácitos corporais e afetivos de performatividade móvel (JENSEN, 2013, p. 14). As interações face a face são obviamente uma característica essencial da "situação móvel". No entanto, cada vez mais possibilidades de "interações móveis não-proxêmicas" também podem ser “alargadas” à qualificação de situações móveis - como duas ou mais pessoas que se deslocam em infraestruturas separadas, mas mantém contato entre si por redes sociais (ibid.). O protesto e a reunião com representantes da UPP foi conquistada por uma convocatória que se distância de um tom formal ou institucional em espaços públicos para um apelo difundido através de um aplicativo de mensagens utilizado principalmente pelos moradores da favela como um dispositivo de legibilidade do cotidiano:

“Vamos descer, lotar a pracinha e fazer uma manifestação gigante (...) Produzir os cartazes e partir pra rua. Não dá! Bonde não funciona como tem que funcionar; luz tá acabando três, quatro vezes na semana; água, tem gente que fica 2, 3, 4 dias sem água. Porra, é invasão de lar, invasão de domicílio, tapa na cara, esculacho, tiroteio de manhã... Porra, precisa mais o que? Se a gente não apertar agora, ano que vem vai ser “osso” (Mensagem de voz – dezembro/2018).

A partir do exercício de uma forma de capital de rede, determinados sujeitos passam a mobilizar a capacidade de gerar, sustentar e instrumentalizar relações sociais com pessoas não necessariamente próximas, que possam trazer-lhes benefícios emocionais, financeiros e práticos (ELLIOTT; URRY, 2010). É importante situar que o Santa Marta Alerta não é uma

experiência singular em relação ao espaço social das favelas do Rio de Janeiro. Talvez o exemplo mais bem-sucedido em relação a grupos de comunicação comunitária via tecnologia móvel seja o “Coletivo Papo Reto” - originário do Complexo do Alemão. O princípio de legibilidade também foi fundamental para o funcionamento do grupo, a partir do acompanhamento de um repertório de “metodologias de divulgação que foram dando certo, a forma de “monitorar” o Alemão pelas redes sociais virtuais, a criação de um grupo no Facebook, a troca de informações via Whatsapp” (SOUZA, 2017, p. 244). Curiosamente, ainda que uma aliança com grandes veículos de comunicação seja de grande contribuição para o fazer político a partir de grupos de comunicação, a origem destes grupos tem justificativa contrária. A “propagação de informações de dentro do morro” foi considerada um objetivo central para a constituição de uma “mídia de guerrilha” em contraposição ao papel estratégico que as consideradas “mídias hegemônicas” tinham para a produção e consolidação de representações positivas com a chegada e manutenção da “pacificação” nas favelas (ibid.).

De acordo com Thiago, há muito potencial em torno das possibilidades de engajamento político a partir do Santa Marta Alerta: “consigo falar com 750 pessoas de uma vez. Se cada uma mora em uma casa com 3 pessoas, olha o tanto de gente que eu consigo colocar em contato”. Legibilidade a partir da comunicação é o objetivo principal dos participantes grupo. Tratando não apenas de avaliar a possibilidade de ocorrer um tiroteio, mas também de tomar conhecimento sobre demais situações extraordinárias ou coletivamente relevantes na favela, outros interesses se estabelecem. Ainda que exista a regra “é proibido falar de política”, é importante destacar uma distinção: a recomendação trata da política partidária. Os integrantes tratam propriamente sobre micropolíticas do cotidiano, e também há certo conhecimento sobre as micropolíticas locais da favela. Não à toa, na imagem de divulgação da manifestação, a última afirmação é uma reprodução do lema constantemente enfatizado e reforçado pelo presidente da Associação de Moradores: “Juntos somos fortes!”

Figura 15: Imagem de divulgação de manifestação

MANIFESTAÇÃO JÁ!!!

**CONTRA OS PÉSSIMOS SERVIÇOS
PRESTADOS NO SANTA MARTA PELA**

 **Light & NOVA CEDAE**

CONTRA O SUCATEAMENTO DO BONDINHO



**CONTRA O DESMONTE DAS EQUIPES DA
CLÍNICA DA FAMÍLIA**

**CONTRA INVASÃO DE DOMICÍLIO
SEM MANDADO JUDICIAL**

**DIA 14 DE DEZEMBRO
PRAÇA CORUMBÁ
CONCENTRAÇÃO ÀS 17H**

JUNTOS SOMOS FORTES!!!

Fonte: Favela Santa Marta/Facebook

Considerando que a implementação da UPP ocasionou efeitos de desorganização e reorganização de redes que desenvolviam ações de produção de ordens e resistências (MACHADO, 2017), é lógico compreender que novos sujeitos foram legitimados como figuras de mediação. Explico: durante a “pacificação”, a favela Santa Marta tornou-se uma das principais representações da conquista do direito de circular pela favela, e os guias de turismo tornaram-se simultaneamente uma imagem desta conquista e também intermediadores fundamentais neste momento. Jornalistas, repórteres, turistas, pesquisadores, celebridades e curiosos de diversas origens percebiam nos guias de turismo uma oportunidade de percorrer a favela em atenção a diferentes interesses. Invertendo a perspectiva, percebe-se que os guias de turismo desenvolveram uma imensurável rede de contatos a partir de sua atuação. A instrumentalização desta rede é oportuna para atender a diferentes objetivos.

Assim, a compreensão de uma nova forma de presença do Estado nas favelas consequentemente produz uma modificação nas formas historicamente reconhecidas de fazer política nessas localidades (ROCHA; CARVALHO; DAVIES, 2018). Afinal, como já foi muito bem argumentado, talvez seja na própria reprodução da necessidade de mediação que se (re)construa a favela como uma margem – “um espaço que, de tanto ser colocado para fora, é

o que melhor explicita os mecanismos por que se opera de dentro do Estado” (ARAÚJO SILVA; CARVALHO, 2015, p. 72). O argumento em destaque é que atores supralocais em uma “presença imaginada” (LEEDS; LEEDS, 1978) a partir das interações móveis alargadas que acontecem no grupo produzem efeitos no espaço social da favela. Por exemplo, a falta de luz produz relatos no grupo e as pessoas gravam vídeos e compartilham por saberem que o moderador tem acesso a jornais de grande repercussão e que podem veicular reportagens como maneira de “fazer pressão”. Em dinâmicas contrárias, quando jornalistas têm pautas sobre a favela e consideram enriquecedor contar com a participação de moradores, o moderador publica que “jornalistas querem fazer filmagem sobre falta de água na favela” e as pessoas se mobilizam para atender à demanda.

1.3. Monitoramentos por direitos

Durante o momento destinado aos discursos e denúncias dos moradores, foi habitual que os três minutos estipulados pelo policial fossem ultrapassados. Traçando um paralelo entre as mensagens que eram compartilhadas entre os moradores durante as semanas anteriores e aquela reunião, parecia uma transposição para aquela sala onde todos estavam reunidos dos longos textos e também mensagens de voz. Durante suas vidas ordinárias, estratégias cotidianas são baseadas nestes dispositivos de legibilidade. Novas possibilidades como a verificação instantânea sobre o funcionamento dos serviços de água, luz, esgoto, coleta de lixo e locomoção, além de servirem como uma forma de mapear as condições de sobrevivência naquele dia, também funcionam como uma forma de desnaturalizar a precariedade.

Talvez a grande quantidade de pessoas presentes nesta reunião seja um reflexo do engajamento estimulado pela participação no Santa Marta Alerta. Gradualmente, grupos de moradores em mediações participativas através de celulares e aplicativos são constituintes de um processo mais amplo onde cidadãos são “responsabilizados” pelo monitoramento e reivindicação de seus próprios direitos básicos. Como demonstra um trabalho investigativo na Holanda, dispositivos de legibilidade estabelecidos por grupos de vizinhança via Whatsapp são popularizadas formas de “policiamento participativo” ainda que produzam efeitos questionáveis, como vigilâncias laterais, enquadramentos discriminatórios de “suspeitos” - amplificando preocupações locais sobre “práticas policiais racialmente tendenciosas e perspectivas xenofóbicas dos cidadãos e seus efeitos sobre as populações marginais do país”

(MOLS; PRIDMORE, 2019)⁸⁹. A experiência no Santa Marta pode ter reflexos inversos se considerado que os próprios moradores são os alvos das formas de policiamento discriminatório em um território periférico. Em um próprio policiamento por direitos obrigatórios, desde o início das atividades nos grupos, foi perceptível o aumento da quantidade de moradores participando de monitoramentos, discussões e desenvolvendo um senso crítico de coletividade ao serem confrontados com a possibilidade de reivindicações, cobranças e atuação política relacionada ao exercício da própria cidadania.

O clima da reunião parecia uma necessidade da polícia de posicionar-se à respeito da repercussão conquistada pelo Santa Marta. Notícias sobre o protesto dos moradores circularam por diversos canais – de televisão, internet e redes sociais. Foram veiculadas ameaças de “repetir o ato em manifestações cada vez maiores”. Durante sua fala, embora tenha ficado claro que o policial quis marcar a posição da polícia dentro do cenário de “guerra”, também foi mencionado que ele respeitava a organização comunitária local e os direitos por fazerem manifestações, chamarem a imprensa e conquistarem aquela reunião. Em seu conteúdo, as denúncias tiveram enfoque principalmente nem efeitos das formas de ação relacionadas à política de segurança pública, como a retomada dos tiroteios, as crianças continuamente expostas à violência, aos “esculachos” de policiais e também a entrada ilegal em residências de moradores. Sobre este último tema, um dos moradores disse que “daqui a pouco a gente vai sair pra trabalhar e precisar contratar alguém pra ficar tomando conta da nossa casa”. Em outro relato, uma moradora comentou, devido à recorrência de operações policiais às sextas-feiras, “todo mundo já sabe” que no momento em que policiais se aproximam da favela e preparam-se para suas intervenções, é chegado o momento de agir com cuidado, permanecer em casa e fechar as portas de comércios. Disse que alguns comerciantes já sequer abriam seus negócios porque percebiam o risco das operações e também uma “queda no movimento” porque os clientes não estavam saindo de casa. Quando tratou a chegada de policiais na favela como uma “atitude de guerra”, ficou nítido que aquela era uma insatisfação coletiva. A fala da moradora foi bastante aplaudida.

Ao fim da reunião, diversos moradores estavam com semblantes desconfiados. Embora os representantes tenham assumido um compromisso de interromper as operações para refazer um trabalho de planejamento, também foi dito que “aquela reunião não resolveria tudo”. Para muitos moradores, problemas antigos não seriam resolvidos com aquela reunião, que seria

⁸⁹ <https://g1.globo.com/sp/sorocaba-jundiai/noticia/2019/10/11/policia-investiga-caso-de-garoto-negro-que-virou-suspeito-em-grupo-de-moradores-apos-tirar-fotos-na-rua.ghtml>

apenas uma forma de apaziguamento dos ânimos. No grupo, muitos moradores tentavam manter o clima inflamado com mensagens que mantinham no horizonte a possibilidade de “desde pra pracinha de novo e parar tudo até eles resolverem!”. Percebiam seu poder de mobilização e sabiam que “não pode parar por aí”. Em termos dos resultados, quando na sexta-feira posterior não houve tiroteio, os moradores celebraram bastante esta conquista. Entretanto, algumas semanas depois diferentes formas de violência policial voltaram a acontecer. Através de mensagens, algumas pessoas expressaram decepção e desapontamento com a aparente ineficácia de sua mobilização. Entretanto, o fluxo de mensagens foi embebido por argumentos de que o acontecimento daquela reunião, mais do que a solução definitiva dos problemas, simbolizava a eficiência da organização comunitária conquistada pelos moradores do Santa Marta. O relato de uma moradora ilustra a sensação de grande parte das respostas no grupo:

“Acho que a gente não pode ter esse pensamento de que ir em reunião não vale nada. Vale sim, gente.. Muitas coisas boas têm acontecido. Só que não dá pra ser 100% de uma hora pra outra. Ainda mais com esse governo que quer matar todos nós. Então, se a gente não se unir enquanto morador, enquanto favelado, vai morrer eu, vai morrer você, vai morrer todo mundo. E vai ficar por isso mesmo. Então, a gente tem que ir mesmo nas reuniões, falar e dar nossa opinião. Todo dia morre gente em favela, e isso não é certo. Independente da vida que leva, eles estão matando as pessoas que estão se entregando. Eu acho que as pessoas não podem ficar com essa cabecinha quadrada de não participar das coisas. Ninguém é obrigado a nada, mas a gente tem que se unir”.
(Mensagem de moradora – janeiro/2019)

Entre diversas dimensões passíveis de aprofundamento analítico, como a identificação dos moradores da favela como sujeitos matáveis, ou a utilização do termo “cabecinha quadrada” para referir-se aos moradores que não estão engajados, vale observar que a mensagem é finalizada baseada na necessidade de “se unir”. Nesta direção onde há um sentido essencialmente coletivo em torno da ideia de “estar na luta”, enfrentamentos a condições historicamente estabelecidas exigem determinada postura que “supõe tenacidade, resiliência, capacidade de suportar as manobras, de sustentar a coragem, de fazer denúncias, de atuar junto aos demais, dando “apoio”, convencendo da importância de persistir” (VIANNA, 2015). Assim como diferentes formas de liderança são forjadas de um empreendedor que instrumentaliza a utilização de novas tecnologias de comunicação, é importante destacar que os efeitos sociais produzidos pelo grupo repercutem em diversas dimensões na localidade. Principalmente em um contexto de suspensões e frustrações, onde recentemente as pessoas viveram expectativas da melhoria de suas condições de existência e gradualmente são confrontadas com a necessidade de “reaprender” a viver em um cotidiano de progressiva exceção. Deste modo, em um contexto onde condições de trabalho que demandam cada vez mais disponibilidades de horários “flexíveis” aos trabalhadores, uma possibilidade de diálogo comunitário e formação política

que também seja adequada em termos de “flexibilidade” mostra-se uma eficaz ferramenta para a constituição de um senso coletivo.

1.4. Paradigma das Novas Políticas na Favela

Como apresentado neste capítulo, ao recontextualizar a análise de Goffman à luz do PNM, situações sociais relativas à política local da favela Santa Marta podem ser vistas como "alargando-se" para além do engajamento imediato e, dada a complexidade contemporânea dos sistemas de comunicação em rede, permitindo a existência de “situações móveis” (JENSEN, 2013). Dado seu interesse por interações sociais e suas dimensões simbólicas, Goffman provavelmente teria explorado essa dimensão com muito mais detalhes se tivesse convivido com esta realidade empírica. Este título sugere um arriscado esboço de uma aproximação entre marcos referenciais fundamentais na composição deste estudo: o Paradigma das Novas Mobilidades (SHELLER; URRY, 2006) e o clássico da sociologia urbana carioca, “A política na favela” (MACHADO DA SILVA, 2011). Proporcionando um talvez inusitado encontro entre John Urry e Machado da Silva, podemos observar de que maneira as dinâmicas locais observadas no espaço social das favelas em 1967 são atravessadas por transformações – e também permanências – cerca de 50 anos depois, em um mundo composto por interconexões e interdependências cada vez mais agilizadas. Esta observação será delineada principalmente em torno das relações sociais decorrentes das repercussões em torno da iniciativa Santa Marta Alerta. Em uma perspectiva cronológica, é importante situar que o artigo “a política na favela” foi publicado cerca de 50 anos antes do marco inicial do “*mobilty turn*”. Deste modo, é válida uma organização que respeite a sobreposição destas temporalidades.

O rompimento de um consenso que gerava deficiências nos estudos sobre as favelas cariocas foi a razão de maior repercussão no artigo de Machado da Silva. De partida, o autor indica sua crítica às análises baseadas na consideração limitante da “existência de um único tipo de favelado”. Nos parágrafos que se seguem, é argumentado que as favelas, representantes de formas de organização tipicamente capitalistas, carecem de análises que sejam objetivas das atitudes e comportamentos políticos de seus moradores a partir de sua própria organização transversal – ou seja, envolvida por diversos setores de atividade sem ênfase especial em nenhum. Aqui valem destaques aos pontos de interesse, intersecção e continuidades: 1) além da variedade de orientações que provem dos estímulos e influências recebidos no desempenho

dos papéis definidos fora das favelas, não se pode ignorar que a organização das favelas é de uma complexidade impressionante, proporcionando, em consequência, as bases internas para uma nítida diferenciação social; 2) (...) os recursos internos da favela, em consequência sua própria estratificação, dependem em grande parte de fatores externos, e assim ocorre o envolvimento de uma extensa gama de atividades e situações, além da apresentação de profundas conexões com outras organizações e atividades, numa extensão territorial mais ampla.

Neste estabelecimento de estratificações, recursos internos e capital político a partir de “fatores externos”, quais seriam os efeitos da aceleração de fluxos, composição de redes e possibilidades de interconectividades e interdependências tornam-se ainda mais cruciais na constituição de sociabilidades e do mundo social? Aqui, o referencial do PNM é válido pela proposição de uma lente analítica que permite compreender que a capacidade de adaptação em termos de flexibilidade e transformação instantânea é uma característica consequente do pertencimento a um mundo social composto por mobilidades, de acordo com Elliot e Urry (2010). Da mesma forma, a partir do desenvolvimento de redes, conectividades e contatos, é possível que se estabeleçam diferentes capacidades, horizontes de expectativa e interesses. Pessoas e lugares estão sempre em movimento, mas imagens e comunicações também estão em movimento intermitentemente e movimentos reais e potenciais organizam e estruturam a vida social. Em relação à política na favela, considero que a posição que um indivíduo ocupa dentro dos parâmetros institucionais das múltiplas mobilidades atuais, gera novos tipos de poder para realizar ambições e interesses, novas possibilidades e riscos para as experiências incorporadas de movimento, bem como novas formas por se envolver com cultura, gosto e contestação social (ELLIOTT; URRY, 2010).

De maneira mais precisa, desde a criação das associações de moradores, o Estado procurou controlá-las, limitando-as a atividades de natureza administrativa e pretendendo torná-las meros colaboradores executivos dos planos e projetos traçados pelo órgãos que atuam em favelas (MACHADO DA SILVA, 2011). O desenvolvimento de novas estratégias através do uso de tecnologias e comunicações, como eficientes utilizações através de grupos de Whatsapp, promove alternativas ao estabelecimento desta forma de dominação. Entretanto, para além das novas alternativas de mediação política e formação social, a possibilidade de mudanças nos quadros políticos, ou minimamente nos papéis desempenhados por diferentes agentes, descortina diferentes dinâmicas geradoras de “tempestades na política interna da favela” (ibid.). Como já mencionado neste trabalho, assimetrias no envolvimento com novas tecnologias e

capacidades de fluxos podem ocasionar disputas, à medida em que permitem novos horizontes de mobilidades enquanto reforçam imobilidades. Ou seja, nem todas as pessoas têm a mesma capacidade de circulação, o que gera uma desigualdade. O paradigma, portanto, está na mobilidade e na imobilidade que lhe é consequente, porque como o movimento é um capital, é um valor, quem tem mais facilidade em se mover enquanto indivíduo social contribui para as distâncias sociais e reforçam, assim, estruturas de poder (ADEY, 2006).

Entre distintas mudanças na política que podem ser elencadas, formas de contato mais acessíveis e aceleradas pelo envio de informações, fotos e vídeos facilitado promovem dinâmicas que atingem os estratos da favela em diferentes níveis. Neste ponto, se foi afirmado antes sobre “os favelados de estratos inferiores” que a falta de perspectiva para compreender que os problemas da favela não podem ser resolvidos pela simples melhoria das condições habitacionais (MACHADO DA SILVA, 2011), os moradores em contato intermitente através desta eficiente ferramenta de comunicação estabelecem autonomia própria para a motivação e organização de protestos em torno de sua luta por cidadania. Para os moradores, a possibilidade de formação e apropriação em relação à reivindicação por seus direitos básicos até o engajamento para decidir participar de denúncias, entrevistas ou protestos.

Thiago Firmino, empreendedor e moderador do grupo, é atravessado por um jogo de forças onde, pela a detenção de uma forma de “presença imaginada”, é percebido simultaneamente como ator local e supralocal da favela, principalmente por sua capacidade de legibilidade e informação ao que está acontecendo de ordinário e extraordinário. Ainda que não esteja fisicamente na favela, deter o controle do grupo é uma forma de poder estabelecida nesta diferente forma de presença. Por um lado, devido à capacidade de moderador para “fechar” e “abrir” o envio e recebimento de mensagens no grupo, exercendo uma forma de controle sobre o que deve ser discutido e o que não é válido. Por outro lado, frequentemente ele é acionado por meio de seus contatos pessoais para “abrir o grupo” e proporcionar acessos múltiplos aos moradores em torno deste dispositivo de legibilidade, como no caso de emergências desde tiroteios a incêndios em relógios de luz. Há uma dialética entre o estímulo do coletivo à inserção social e política ao mesmo tempo em que são produzidos recursos individuais de distribuição e administração dos dados e informações.

Zé Mário, o presidente da Associação de Moradores, encontra-se em uma posição também atravessada por contradições. À medida em que a formação política dos moradores e a constituição de novos agentes de mediação e liderança podem ser contribuições à sua atuação em conquistas por direitos na favela Santa Marta, estas alternativas e dinâmicas também

ocasionam cobranças. É possível notar transformações nas dinâmicas em que, como foi apontado sobre o período precedente, “as associações são os pontos centrais do processo político interno, enquanto as agências supralocais representam o ponto central das relações políticas entre a favela e a sociedade global” (MACHADO DA SILVA, 2011). Por exemplo, no acontecimento de uma manifestação marcada às vésperas em que Zé Mário não pôde comparecer devido a um compromisso pessoal e familiar. Na ocasião, durante a manifestação aconteceram duras críticas à “ausência” da Associação de Moradores na luta por direitos. No dia seguinte, o presidente enviou uma sequência de mensagens no Santa Marta Alerta apontando seu histórico de trabalho na política na favela e também as funções exercidas diariamente neste papel. Consequentemente, Zé passou a frequentemente enviar diversas mensagens de voz no grupo para informar sobre suas ações, denunciar irregularidades, cobrar moradores e exercer sua presença de liderança.

É imprescindível destacar a concordância e permanência de um argumento estabelecida por Machado da Silva na ocasião da publicação de seu clássico trabalho: os sujeitos responsáveis pela mediação política da favela, chamados “burguesia favelada”, não apresentam, em absoluto, a falta de compreensão da realidade que a maioria das pessoas – políticos, administradores, técnicos, etc. - insiste em lhes imputar. Isso não passava de um estereótipo e permanece como uma estratégia acionada em torno de um encapsulamento das práticas dos moradores de favelas – um “controle negociado” que ocasiona certa tolerância que, como mencionado mais recentemente, parece responder pelo sucesso dos disfarces institucionais e simbólicos desta enorme desigualdade (MACHADO DA SILVA, 2002).

A Associação de Moradores passa a compartilhar o monopólio da mediação entre poder público e a favela, mas a coexistência destes dois atores possibilita diferentes formas de ação. Como comentou Zé Mário em 2018 sobre sua percepção em torno das diferentes formas de organização emergentes na favela: “Cada um no seu quadrado, mas a gente se ajuda a costurar essa cara que o Santa Marta tem hoje”. Diferentes possibilidades, estratégias e mecanismos de resistência ocorrem por meio de tecnologias e experiências vividas pela população local. Compreendo que ao estabelecer formas de contato entre diferentes iniciativas, mesmo que localmente, o potencial de discussão, formação política e agência dos grupos de moradores tende a se potencializar. Deste modo, se tolerância não se confunde com aceitação e nem convencimento, porque “de cima para baixo, tolera-se algo que incomoda pouco, e de baixo para cima, o que não se tem forças para mudar” (ibid.), diferentes formas de organização e mediação podem surgir como expectativas para a consolidação de novos arranjos de força.

2 VIGILÂNCIA SOBRE VIDAS MILITARIZADAS: DRONES

Imaginários políticos e formas de “legado” em condição de precariedade podem ser percebidos através de planos e discursos sobre a “modernização tecnológica” da segurança pública do Rio de Janeiro (CARDOSO, 2013). Entre o ciclo dos megaeventos e a Intervenção Federal-Militar em 2018, é perceptível um fenômeno no espaço urbano carioca cuja intensidade carece atentas observações: uma lógica gerencial-militarizada, resultante de combinações entre “a tradição intervencionista de políticas e instituições de segurança e militares com um modelo de organização inspirado na literatura e em cursos de administração de empresas” (CARDOSO, 2019). Fundamentada por uma construção narrativa e tecnocrática sobre o Rio de Janeiro como uma “cidade inteligente”, esta lógica orbita em torno da inauguração de modernos equipamentos de controle e vigilância: entre eles, o Centro Integrado de Comando e Controle, obra de custo mais elevado na área de segurança e apontado como “principal pilar para o modelo desejado pelos planejadores da segurança pública local” (ibid.); e do Centro de Operações Rio, eventualmente convertido em um aparato de produção de ordenamento por vigilância extensiva, táticas de intimidação ou o chamado “policiamento preditivo” (FREITAS, 2018).

Militarização das vidas é aqui entendido como um processo de justificativa moral-ideológica onde a doutrina securitária passa a ser a principal organizadora da vida social pela “extensão das ideias militarizes de rastreamento, identificação e seleção aos espaços e meios de circulação da vida cotidiana” (GRAHAM, 2016, p. 24). Nas favelas cariocas, uma análise heurística do “fracasso” na área de segurança pública possibilita compreender efeitos semelhantes no que foi produzido no que permanece da experiência regida pela gramática da pacificação (ROCHA, 2018). No histórico recente de intervenções policiais nestes territórios, muitas críticas já se desenvolveram em torno da utilização de veículos blindados para percorrer as ruas estreitas e também helicópteros blindados sobrevoando o céu e, mais recentemente, realizando disparos arbitrários em direção aos corpos e vidas daquele local. Além do acionamento de um repertório de “abates” e “tiros na cabecinha”, o governador eleito para o mandato 2019-2022 no estado do Rio de Janeiro tornou-se reconhecido por outra performance adotada na ocasião de sua eleição: viajou para Israel com uma comitiva do poder executivo “em busca de drones que atiram”⁹⁰.

⁹⁰ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/em-busca-de-drones-que-atiram-witzel-embarca-para-israel-na-segunda-23267138>

Uma reportagem divulgada pelo jornal O Globo em novembro de 2018 contém relatos de especialistas no assunto invalidando a utilização destes equipamentos. Entre eles, Editor do site Drone Policial, o tenente-coronel da reserva da PM de São Paulo, Eduardo Beni menciona que apenas há precedentes legislativos no Brasil para monitoramento de manifestações, incursões da polícia e rebeliões em presídios: "drones armados são para emprego em zonas de guerra", completa. O professor e especialista em Direito Penal, Daniel Raizman, também vê impedimentos legais para o uso de drones equipados com fuzis. Segundo o jurista, "o Estado só está autorizado a tirar a vida de uma pessoa nos termos da legítima defesa. E de maneira proporcional. O que o governador eleito faz é forçar a interpretação da lei". Entre apropriações de terminologias e representações que legitimam discursos de guerra e as possibilidades práticas de dobrar entre o legal e o ilegal, embora o governador (ainda?) não tenha adquirido os equipamentos, é significativo observar com maior atenção os efeitos percebidos por populações pelo uso progressivo de drones para monitoramento e vigilância no espaço aéreo das favelas.

As seções que se seguem são apoiadas sobre um breve relato que demonstra a utilização do grupo Santa Marta Alerta como dispositivo de legibilidade entre diversos atravessamentos de métodos e técnicas utilizados por policiais durante operações de incursão na favela. Em seguida, são estabelecidos os parâmetros conceituais concebidos para concentrações analíticas sobre extensões horizontais e verticais (GRAHAM; HEWITT, 2013) em torno de instituições, materialidades, pessoas e técnicas em uma imersiva "atmosfera de segurança" (ADEY, 2014). Esta leitura teórica é aplicada ao que vem se popularizando como uma "guerra que chega aos céus" através de drones, mas também helicópteros e diferentes estratégias de confinamento em torno das vidas e corpos da favela Santa Marta. Neste quadro, é oportuno observar o que chamo de uma "atmosfera de asfixia" em torno da criminalização do compartilhamento de informações de legibilidade via aplicativos de celular. Por fim, descrevo uma situação onde é possível observar entrelaçamentos entre a noção de dispositivos de legibilidade e as dimensões da estética e da precariedade.

2.1. Rotinas interrompidas⁹¹

Durante as primeiras horas da manhã, é rotineiramente possível notar uma intensa circulação de pessoas transitando pelas esquinas, becos e vielas da favela Santa Marta. Em caminhadas apressadas, iniciando suas jornadas diárias em torno das 7:00am, um grande contingente de moradores circula pelas duas principais vias de acesso da favela, preocupados com o trânsito e o deslocamento para chegar a tempo nos pontos de ônibus, metrô ou vans e cumprir horários estipulados em compromissos por diferentes partes da cidade. Aproveitando a compatibilidade de horários, muitos saem juntamente com crianças que acompanham este mesmo ritmo devidamente disciplinado - no sentido mais foucaultiano do termo. Em uma versão mais jovem destas rotinas, estas meninas e meninos são pequenos moradores em encaminhamento às salas de aula de suas escolas.

Em uma manhã de janeiro, em 2019, as apressadas rotinas matinais foram tensionadas por um também acelerado fluxo de mensagens no grupo “Santa Marta Alerta”. Às 7:10 o moderador postou a seguinte mensagem, abrindo o canal para discussões: “Bom dia... Moradores relatando que ouviram tiros e estão apreensivos pra descer pro trabalho. Tá acontecendo algo?”. Esta mensagem dá início a uma sobreposição de outras mensagens que, a partir de relatos de diferentes pessoas e lugares que progressivamente se acumulam, produzem uma descrição multissituada dos acontecimentos imediatamente em curso na favela. Os relatos gradativamente informavam sobre as técnicas e estratégias de uma operação da Polícia Militar na favela. Naquele momento, certamente já haviam diversas viaturas policiais e agentes da segurança pública enfileirados e com suas armas em punho, aguardando ordens. Ao mesmo tempo, olheiros já acompanhavam a movimentação e informavam seus pares, a partir de mensagens ou “radinhos”, a urgência de posicionar-se e aguardar novas informações.

Por sua vez, os moradores são mobilizados pela súbita necessidade de confinamento forçado para a proteção – tanto suas, quanto de seus conhecidos. Inicialmente, as mensagens no grupo tratavam de descrever o aparato militarizado que compunha a operação que se iniciava:

[JAN/19 - 7:13]: “acordei com um drone na minha janela”

[JAN/19 - 7:13]: “tem pms aqui na UPP que não funciona mais... Estão com drone filmando. Um drone preto”

[JAN/19 - 7:14]: “o caveirão esta aqui no ponto de ônibus da voluntários”.

⁹¹ Objetivando preservar identidades, acontecimentos e situações específicas, esta descrição de cena foi elaborada com base no acompanhamento durante alguns meses de diálogos estabelecidos nos grupo Santa Marta Alerta.

Desde meados de 2018, o patrulhamento da Polícia Militar é beneficiado pela utilização de dispositivos aéreos equipados com câmeras, cujo controle remoto oferece a capacidade de monitoramento, vigilância e uma forma de presença sobre o território da favela. Assim como o caveirão – nome popular referente aos veículos blindados utilizado para proteção bélica dos Policiais Militares - os drones militarizados são percebidos como prenúncio de uma interrupção de suas rotinas cotidianas pela ameaça de um confronto armado. Como menciona um morador, o monitoramento das vidas pela utilização destes dispositivos de vigilância é um componente adicional de insatisfação: “já basta os helicópteros, agora o mosquitinho voador agora vai ficar olhando para nossa casa? (...) A vontade é destruir um bicho desse”.

Acompanhando o contínuo fluxo de novos relatos e a origem das informações, os participantes do grupo iniciam uma sequência heterogênea de ações: recalcular a rotina e os deslocamentos com base no mapeamento disponível, assimilar mecanismos de proteção, registrar situações para produzir denúncias e, coletivamente, discutir outras possibilidades de agência. Após poucos instantes, os relatos passam a informar sobre ilegalismos praticados pelos policiais que estavam iniciando a incursão na favela:

[JAN/19 - 7:20]: “eu acabei de passar por uma cena horrível, eu estava indo na padaria comprar pão e quando cheguei no seu Zé mota eles botaram o fuzil na minha cara”,

[JAN/19 - 7:20]: “desci pra trabalhar eles mandaram subir não deixaram descer. “estão na frente da associação parando quem desce e sobe””

[JAN/19 - 7:20]: “estão aqui no cantão quebrando garrafa de cerveja”.

Múltiplas e complexas temáticas vão permeando o grupo simultaneamente aos relatos. Moradores vão compartilhando insatisfações e desgostos relacionados a prejuízos pela interrupção de suas rotinas, como atrasos para o trabalho, entrevistas de emprego canceladas, agendamentos médicos perdidos, entre outros compromissos que não serão cumpridos. Crianças são impossibilitadas de frequentar suas aulas e têm seus processos de aprendizado gravemente prejudicados. Permeados por preocupação e fúria, há diversos relatos de mães indignadas pela exposição de suas crianças ao risco, ao medo e a experiências traumáticas. Principalmente em função do acompanhamento e registro de comportamentos criminosos por parte dos agentes do Estado:

“absurdo eu acabei de acordar com policiais dentro da minha casa, eles entraram falando que tinha alguém pulando a laje”, “acabaram de vir aqui na minha casa. Gritaram comigo. Eu estava com minhas duas filhas no banheiro”; e “tem um menino sendo espancado ali perto da casa da minha avó. Tem uns cinco policiais em volta dele e batendo bastante”.

Em paralelo, diversas lideranças da favela passam compartilhar referências relevantes, como contatos da Ouvidoria da Defensoria Pública, da iniciativa Defezap⁹² e informativos sobre atitudes e comportamentos que são judicialmente desautorizados a policiais militares. Em seguida, o moderador aconselha aos moradores que tiveram casas arrombadas, celulares violados e “todo esculacho que nosso povo vem passando” que registrem o que for possível, porque um contato da Rede Globo está em deslocamento até a favela para veicular uma reportagem sobre o acontecimento no noticiário da manhã. Por fim, as pessoas tentam manter-se seguras e aguardar pelo fim da operação, que poderia ter continuidade por mais 10 minutos ou por mais algumas horas. Nesta sequência de mensagens, que contempla breves instantes do início de uma manhã, uma afirmação é consentida de maneira expressiva pelos diversos participantes do grupo, que concordavam sobre a sensação que envolve a favela neste momento: “meu Deus que situação constrangedora a gente acaba passando. Parece que voltamos no tempo uns 20 anos e estamos revivendo momentos que não tínhamos força para lidar com o abuso de poder desses maus elementos”.

2.2. Céu de linhas, curvas e fios

Oficinas de pipas com turistas e distribuições de pipas com fragmentos de obras literárias nacionais para crianças⁹³ são alguns exemplos de atividades envolvendo esta atividade tão visualmente reconhecível nas favelas cariocas. Garotos empinando pipas na favela já foram alvo de criminalização pública por rumores de que traficantes conduziam as brincadeiras para monitorar a mobilidade da polícia pela favela. Logo após a “pacificação”, diversos projetos tentam fazer uma forma de “limpeza simbólica” em torno da ludicidade proporcionada pelas pipas, onde elas se tornam símbolo de uma favela regida por um ordenamento onde brincar de pipa é só brincar⁹⁴. Após um trabalho manual com linhas, bambus e papéis, a montagem de pipas em um ambiente fechado pode ser ainda mais inspiradora pela possibilidade de levar estes

⁹² O Defezap é um serviço de denúncias de violência de Estado na região metropolitana do Rio de Janeiro. Através de um número de Whatsapp, qualquer pessoa pode enviar denúncias de violência ilegal cometida por agentes públicos em serviço. Além de orientações pessoais e encaminhamento aos órgãos responsáveis, as informações são compiladas em relatórios sobre a violência de Estado na cidade. Desde 18 de Janeiro de 2019, o atendimento ao público foi suspenso “até que haja recursos para manter o serviço da maneira adequada”. Disponível em: <https://www.defezap.org.br/>

⁹³ Disponível em: <http://www.ceudehistorias.com.br/>

⁹⁴ Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI90350-15220,00-A+ORDEM+SOBE+O+MORRO.html>

objetos para o ar livre. Isso porque tudo muda rapidamente à medida em que elas passam das mãos dos indivíduos para os céus: é quando começam a rodopiar, girar e voar. De ambientes fechados para o ar livre, pelo contato com as correntes de vento e outros fenômenos incalculáveis, a compreensão sobre as pipas em suas interações com o céu pode ser convertida de “objeto” para “coisa”.

Ressignificar materialidades do status de objeto para a condição de coisa significa que, para além de “um fato consumado em suas superfícies congeladas e externas”, a pipa no céu tem o caráter material “não de uma entidade fechada para o exterior, que se situa no e contra o mundo, mas de um nó cujos fios constituintes, longe de estarem nele contidos, deixam rastros e são capturados por outros fios noutros nós” (INGOLD, 2012, p. 29). Mais do que compreender que indivíduos agem sobre os objetos e estes simplesmente “agem de volta”, este exemplo é fascinante porque “pensar a pipa como um objeto é omitir o vento e esquecer que ela é, antes de tudo, uma pipa-no-ar” (ibid.). Portanto, é possível assumir o argumento de que é a partir de sua inserção em circulações que as coisas são trazidas à vida. Ignorar que a pipa em mobilidade no ar está contida em um volume atmosférico composto por correntes de vento e outros fenômenos multidimensionais seria ignorar as linhas e curvas – para lembrar de Deleuze - que estão agindo neste dispositivo.

Figura 16: Criança soltando pipa perto de turistas na laje Michael Jackson



Fonte: Favela Scene/Facebook

Assim como as disposições do vento trazem diferentes ações e configurações sobre a pipa-no-ar, é correto afirmar que o mesmo pode ser dito sobre condições que contornam outros dispositivos em movimentações no céu. Entretanto, pode ser necessário qualificar de maneira analítica as correntes, fluxos, sentidos ou direções que podem agir neste espaço aéreo.

Principalmente em uma contemporaneidade onde o espaço social das cidades vêm sendo atravessado por diversificados mecanismos e ideias norteados por um “urbanismo militarizado” (GRAHAM, 2016). Até mesmo as dimensões verticalizadas do espaço urbano passam a ser vigiadas e “pacificadas” por aparatos aéreos em uma constelação de instituições, materialidades, pessoas e técnicas que concebem inevitáveis, abrangentes e imersivas “atmosferas de segurança” (ADEY, 2014). Para tanto, uma perspectiva analítica volumétrica é necessária para abordar as maneiras pelas quais extensões horizontais e verticais, imaginários, materialidades e práticas vividas se cruzam e se constroem mutuamente (GRAHAM; HEWITT, 2013). Nesta delimitação, entender um dispositivo de segurança através de atmosferas afetivas como concepção analítica é atentar às múltiplas, expressivas e envolventes espacialidades e sensações que são produzidas nos sujeitos a partir de um discernimento de território mais abrangente e, literalmente, mais profundo. Deste modo, em maneiras de descrever a morfologia, o volume, ou a “qualidade” de um dispositivo de segurança, pode-se dizer que as próprias atmosferas estão se tornando objetos de segurança, ao passo em que a própria segurança se tornou atmosférica.

Pipas não são as únicas coisas que podem ser avistadas sobrevoando o céu da favela. Desde algum tempo, além das linhas, bambus e papel há também placas eletrônicas, fios e câmeras. Drones são equipamentos que podem ser categoricamente classificados como “dispositivos voadores não tripulados e controlados remotamente, capazes de transmitir informações de vigilância à longa distância, assim como portar armas” (JENSEN, 2016b, p. 2). Reconhecidos popularmente como dispositivos voadores que permitem a tomada aérea de imagens e vídeos a partir de câmeras integradas à sua estrutura, estes equipamentos podem ser utilizados por diferentes motivações – como lazer, produções audiovisuais ou até mesmo serviços de entrega. No entanto, quando inseridos em uma atmosfera de segurança extraordinariamente militarizada, os drones também representam a última novidade tecnológica em um longo desenvolvimento de um exercício de supremacia aérea e verticalizada, na qual bombardeios, inteligência e vigilância são as vantagens mais aspiradas (JENSEN, 2016a).

Em relação a seu uso contínuo em regiões do Paquistão, Iêmen, Somália, Afeganistão e territórios ocupados da Palestina, drones militarizados foram sublinhados como as mais novas possibilidades de efeitos bumerangue - tecnologias de soberania testadas em periferias e reaplicadas sobre grandes centros - onde os corpos abaixo de sua mira tornam-se coisas para rastrear, monitorar, apreender e matar, enquanto seus pilotos e os outros componentes das redes de controle permanecem diferenciados e afastados, tanto fisicamente quanto culturalmente

(ibid.). É fundamental a atenção às contradições nestas relações entre humanos e máquinas a partir de identificações ao nível de centros e periferias: à medida em que máquinas e robôs tornam-se mais inteligentes e baratos, humanos tornam-se mais substituíveis; conseqüentemente, a “ameaça à segurança” gerada por esta substituição de massas de trabalhadores por máquinas e robôs é cada vez mais gerenciada pelo policiamento assistido também por máquinas e robôs (SHAW, 2016). Este projeto de uma atmosfera dronificada de policiamento não apenas incorpora a tecnologização da segurança do Estado, mas também explicita e reforça a lógica de uma caçada humana permanente e urbanizada.

Esta crescente utilização de drones militarizados traz consigo uma gama de preocupações éticas e políticas em relação à naturalização desta forma de uso e os efeitos produzidos sobre as populações afetadas. É fundamental posicionar sua utilização em um contexto globalizado onde novíssimas tecnologias digitais estão mesclando mobilidades físicas, comunicativas e virtuais de maneiras não previstas anteriormente e, simultaneamente, os avanços em inteligência artificial, robótica e automação estão cada vez mais conectados em redes móveis e globais (ELLIOTT, 2018). A elevação de tecnologias e seus usos à capacidade de moldar a inteligibilidade e organizar a vida humana através do enquadramento do espaço-tempo pode ocasionar seu uso também como instrumentos ou agentes de interesses econômicos e políticos. Pelo sobrevoo destes dispositivos sobre territórios, populações e sujeitos, devem ser consideradas as variadas dimensões de interações entre humanos e máquinas e as assimétricas capacidades sinópticas desempenhadas em possibilidades de performances e sociabilidades pelo “alargamentos” destas modalidades de “situações móveis” (JENSEN, 2013).

No caso do governador fluminense, sua viagem à Israel em busca dos “drones que atiram” é um exemplo de onde a representatividade do dispositivo para estabelecer uma gramática de guerra é articulada a uma performance regida pela militarização transnacional – onde o drone vem sendo uma tecnologia fundamentalmente fetichizada. Neste fenômeno, onde as relações humanas são mistificadas e mascaradas pela mercadoria, seu status de “tecnologia autônoma de alta precisão” é promotor de celebrações que promovem ideologias, políticas e sujeitos enquanto ofuscam os riscos relacionados ao envolvimento humano em sua condução (SHAW; AKHTER, 2012). Afinal, ainda que o governador não tenha efetuado a compra dos equipamentos em Israel, não se trataria de uma inauguração de tecnologias militarizadas no céu das favelas onde “a segurança da megacidade marcha ao ritmo do rotador do helicóptero da polícia, alimentado pela tecnofilia militar e em um contexto de deserção biopolítica dos mais vulneráveis da cidade” (ADEY, 2010, p. 52). Vale enfatizar o recente episódio no município de

Angra dos Reis onde o governador estava a bordo de um helicóptero em pleno vôo que efetuou, de cima para baixo, uma rajada de disparos com o objetivo de “combater a bandidagem” e equivocadamente atingiu uma tenda local de orações⁹⁵.

Se por “coisa” podemos entender um “acontecer” - um lugar onde vários fios e vários acontecimentos se entrelaçam (INGOLD, 2012) -, é insuficiente observar os drones e os sujeitos-alvo em uma interação linear de causas e efeitos ou ações e reações. Assim como é problemático omitir o vento ao analisar as pipas, ao ignorar as múltiplas relações de força, estruturas e hierarquias sociais que compõem situações sociais integradas por dispositivos aéreos militarizados, estaríamos reduzindo condicionantes de possíveis fatalidades a meros “acidentes” ou “balas perdidas”. A composição da atmosfera de segurança em torno do território das favelas cariocas é regida por políticas, práticas, discursos e representações que historicamente constituem a criminalização e a desumanização de seus moradores. Deste modo, as linhas, curvas e fios constituintes das determinações do Estado para circulação aérea de drones por territórios periféricos, e também as reações provocadas nestas populações, podem ser tomadas analiticamente pelo caráter de (i)legibilidade em termos das constantes reconfigurações de documentos, regulações, leis e práticas às margens do capital (DAS; POOLE, 2004). Apelidados provocativamente pelos moradores como “mosquitinhos” pelo zumbido de suas hélices, ainda que não estejam efetivamente armados, ao sobrevoarem o território da favela direcionados por objetivos de leitura do espaço, mapeamento do território ou registro de imagens, os drones produzem uma atmosfera de ameaças, incerteza, insegurança e medo pela possibilidade de uma iminente operação policial. Como vimos anteriormente, se “enganos” promovem fatalidades a sujeitos segurando guarda-chuvas, a ação humana regida por determinados direcionamentos na programação de objetivos de drones ou outros dispositivos aéreos pode reduzir pessoas a alvos a serem monitorados, vigiados ou exterminados. Não a toa, drones são coisas assustadoras principalmente para os moradores de favelas e regiões periféricas.

2.3. “A guerra do Rio chegou aos céus”

Uma reportagem veiculada pelo jornal O Globo em junho de 2018 menciona que, devido ao avanço e à popularização dos drones, “a guerra do Rio chegou aos céus”. Esta chamada

⁹⁵ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/helicoptero-com-witzel-bordo-metralhou-tenda-de-oracoes-em-angra-dos-reis-23648907>

chama atenção para um texto que apresenta a informação de que “tecnologia vira arma na mão de traficantes” exclusivamente porque “drones são usados por bandidos para monitorar os passos da polícia e de facções rivais”⁹⁶. Entretanto, observar o histórico de militarização do espaço aéreo da cidade carioca pode comprovar equívocos nesta declaração. Principalmente porque um marcante acontecimento no histórico da segurança pública da cidade ocorreu em uma favela da Zona Norte durante o mês de outubro de 2009 - cerca de um ano após a inauguração da UPP Santa Marta e dois meses após a escolha do Rio de Janeiro como sede das Olimpíadas 2016. Em um contraste confrontado ao espetáculo midiático referente ao então próspero processo de “pacificação” de favelas, ocorre um fato tão inédito quanto alarmante em relação à escalada da militarização e da violência urbana na cidade: um helicóptero da Polícia Militar foi atingido e incendiado por um armamento antiaéreo. Mesmo em queda, o piloto foi capaz de fazer um pouso de emergência. Três policiais foram vítimas fatais⁹⁷. Analiticamente, neste momento em que a possibilidade de legibilidade é literalmente posta em queda do céu, a “guerra” em que o Rio de Janeiro é representado passa a ser disputada também no espaço aéreo da cidade – principalmente o das favelas.

Ao longo desta última década, foi instituído por práticas e políticas de segurança pública fluminense o uso de helicópteros águia em operações policiais. Popularizados pelos moradores da cidade como “caveirões voadores”, tornou-se recorrente assistir imagens destes helicópteros em um tipo de patrulhamento aéreo: voando baixo, passando bem próximo às lajes das casas e, eventualmente, realizando disparos em direção a áreas residenciais em busca de “suspeitos”. Em discursos de militarização e segurança pública, o helicóptero simboliza uma necessidade de conhecimento situacional do campo de batalha, onde a vigilância torna-se um princípio organizador da aquisição de equipamentos modernos e inovadores para o “combate à desordem” (ADEY, 2010, p. 54). No início de 2019, participantes de movimentos sociais e grupos de direitos humanos posicionam-se em contrariedade à intensificação de disparos efetuados do alto – pelo abuso de autoridade e da reconhecida imprecisão que ocasiona instaurando pânico pelos riscos de danos e fatalidades⁹⁸. A ameaça institucional de aquisição de “drones que atiram” é uma demonstração de que tecnologias militarizadas de vigilância aérea são intensificadas pela disseminação de dispositivos tecnológicos presentes até mesmo em um

⁹⁶ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/tecnologia-vira-arma-na-mao-de-trafficantes-22817157>

⁹⁷ <https://oglobo.globo.com/rio/em-2009-tres-pms-morreram-apos-helicoptero-que-sobrevoava-morro-sao-joao-ser-derrubado-22152301>

⁹⁸ Disponível em: <https://rioonwatch.org.br/?p=39586>

paradoxal “ar livre”. Distanciamentos sociopolíticos e mecanismos de desumanização são intensificados pela conversão renderizada de complexidades de espaços urbanos e suas sociabilidades para imagens digitais verticalizadas (GRAHAM; HEWITT, 2013). Através de técnicas de repressão entre dimensões horizontais e verticais, seja por veículos blindados, helicópteros ou drones, torna-se explícita a instauração de uma lógica de confinamento e controle de determinados corpos e vidas sem que seja necessária a existência de muros.

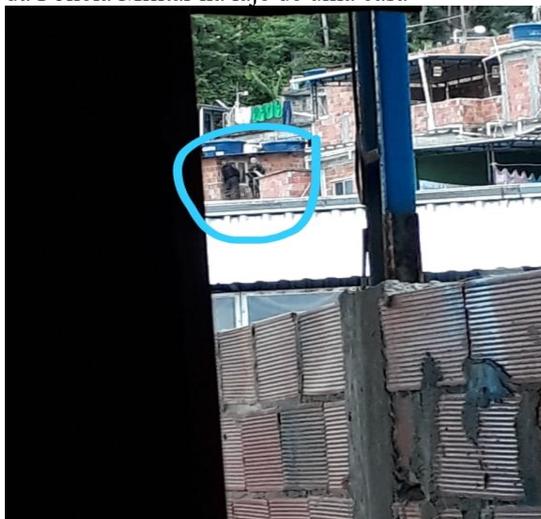
E de que maneira reagem os moradores das favelas a esta guerra no céu? A sensibilidade relativa a elementos como volume, intensidade e sensações relativos à “atmosfera de segurança” (ADEY, 2014) verticalmente militarizada torna-se um marco sensitivo adicional em torno dos códigos tácitos, elementos visuais e sonoros e jogos de presenças e ausências em “temporalidades antecipatórias” sobre possibilidades de tiroteios e riscos à integridade física (CAVALCANTI, 2008, p. 45). O som do patrulhamento aéreo de hélices motorizadas ou zumbidos de drones são elementos adicionais a serem percebidos e compartilhados como formas de leitura do ambiente e antecipar acontecimentos perigosos. Em outras palavras, considerando efeitos de uma obsessão securitária condicionada por uma economia política sobre uma verticalidade que não é politicamente neutra, a partir do momento em que o espaço aéreo é concebido como uma extensão do território em disputa, o céu da favela também se torna uma condicionante adicional às estratégias de legibilidade, proteção e sobrevivência para os sujeitos que rotineiramente são confundidos com alvos. O desenvolvimento dessa capacidade de leitura e interpretação de significados a partir do que está sobrevoando o céu pode ser observado pelo relato de um morador da Cidade de Deus em 2019:

Agora eles usam vários tipos de coisa. A polícia bota o drone muitas das vezes quando é dia de baile. Muitas vezes no final de baile de manhã tem drone. À noite dá para ver melhor que drone está voando porque ele pisca. (...) Eu não me escondo porque não devo nada. Mas povo se esconde quando vê o drone. (...) Tem também o helicóptero azulzinho, que a gente chama de X9, que também fica voando, filmando lá os moleques. (...) O águia passa lá só quando tem trocas de tiros. Passa lá dando uns rasantes sinistros. Dá até medo. O águia é da PM. Do Bope é o caveirão voador. Até o barulho dele é diferente. Geral tem medo dele. Aquele aqui quando passa tem *sniper* ficam ali só apontando. Quando tem operação, o Bope que vem. E eles entram metendo bala (...). Os caras (do tráfico) revidam no baixo, no alto não. Revida e vai embora (MENEZES, [s.d.]).

Neste sentido, para além de modelagens disciplinatórias em espaços fechados, os modos de viver, pensar e agir de determinados sujeitos passam a ser presididos também por modulações em formas de controle que se dão de maneira mais rarefeita e virtual (DELEUZE, 1992). Em um estado de constante atenção, temporalidades antecipatórias e reconfigurações de cálculos sobre suas locomoções cotidianas, os moradores que participam do grupo explicitam um cuidado adicional à necessidade de alimentar informações no grupo como uma forma de

mapear as ameaças e riscos na favela. Quando estão saindo para o trabalho, para levar e buscar crianças na escola ou para outros tipos de atividade, há um consenso coletivo em torno de uma expressão comumente repetida no grupo: “foco na informação pra ajudar geral”. Através de fotos, imagens e áudios, os moradores seguem os passos dos policiais e produzem material de denúncia relacionado à invasão de casas, roubo de pertences e agressões pessoais: “O que acontecer, tenta gravar, tenta filmar. Se entrar na sua casa, grita no grupo. Vamos fechar o cerco. (...) Espero que essa força contagie o restante das pessoas”. Moradores que se sentem ameaçados pela constante vigilância de seus movimentos e fluxos de circulação cotidianos manifestam formas assimétricas de contravigilância: mapeamentos e denúncias por mensagens compartilhadas via aplicativos em celulares - como um registro onde policiais sem autorização invadiram uma residência para posicionar-se estrategicamente na laje:

Figura 17: Registro de agentes da Polícia Militar na laje de uma casa



Fonte: Santa Marta Alerta

2.4. Atmosfera de asfixia

O acompanhamento das operações policiais através dos grupos de Whatsapp evidencia situações que revelam assimetrias e também inusitados acontecimentos neste cruzamento de formas de monitoramento e vigilância. Preservadas suas determinantes especificidades e potencialidades tecnológicas, é possível estabelecer paralelos entre o uso de celulares por moradores do Santa Marta e drones pela Polícia Militar. À medida em que os drones sobrevoam os céus capturando imagens e informações sobre o território da favela, fluxos de mensagens são enredados através do uso de aplicativos nas mãos dos moradores. Em certa ocasião, os

participantes do Santa Marta Alerta divertiram-se em um momento provocado por sua capacidade de acompanhamento do espaço aéreo da favela. Um drone da polícia estava percorrendo o céu em movimentos ágeis quando, possivelmente por uma falha em sua condução remota, ele foi em encontro a algumas árvores e caiu. Neste momento, possivelmente os policiais estavam recebendo em seus rádios informações sobre a desativação desta fonte de informações e mapeamento. Enquanto isso, um participante do grupo enviou uma mensagem dizendo que “o drone da polícia caiu na mata, aqui bem perto da minha casa”. Enquanto algumas pessoas não acreditavam no que parecia ser uma brincadeira, outros participantes confirmavam a mesma informação. Todos divertiam-se compartilhando relatos acompanhando a locomoção da polícia enquanto procurava o equipamento. De forma mais clara, o drone que era utilizado para monitorar a movimentação das pessoas na favela estava sendo contraviado pelos moradores a partir de outras formas de comunicação. Entretanto, são raras as situações onde observar o céu durante operações policiais pode provocar alguma forma de descontração.

Além de contribuir para a diminuição das chances de pessoas estarem desavisadas durante operações policiais, e da potencialidade de “filmagem e denúncia”, as estratégias de monitoramento e vigilância possibilitadas pelo Santa Marta Alerta enquanto dispositivo de legibilidade também são atravessadas por relações de força, ameaças e preocupações. Estas emergentes iniciativas de monitoramento para legibilidade, proteção e sobrevivência são acrescidas às formas de criminalização histórica direcionadas às favelas cariocas e suas iniciativas de reivindicação por direitos – levando seus participantes a operar constantemente uma descontaminação moral para que seus discursos não sejam desqualificados. Em relação às próprias manifestações em espaço público recorrentes durante o período posterior a 2016, algumas lideranças do Santa Marta associadas ao movimento associativista comentam que um certo esvaziamento em relação proporcional ao número de moradores ocorre em função da continuidade de uma “política do medo”: moradores teriam medo de serem reconhecidos pelo direcionamento de suas críticas em outros momentos cotidianos e, em função do engajamento nas manifestações, serem reprimidos de forma violenta.

É imprescindível deixar de citar que a participação em grupos comunitários está entre as razões que justificam a repercutida prisão de DJ Rennan, organizador do “Baile da Gaiola” no Complexo da Penha. Conforme reportagem do jornal O Globo, uma testemunha afirmou que Rennan atuava “na área de vigilância” e destacou que sua participação dentro da organização criminosa consistia em “informar a movimentação dos policiais através de redes sociais e

contatos no aplicativo 'Whatsapp'⁹⁹. De acordo com esse relato, o teor das informações eram frases como "o Caveirão está subindo pela Rua X" ou "a equipe [policial] está perto do ponto tal". Em alinhamento e influência deste acontecimento, é recorrente o aconselhamento e a preocupação de moradores sobre deletar o histórico de mensagens dos grupos, por que “todo mundo sabe que mexem nos celulares, então é importante limpar sempre as mensagens do grupo” – e neste sentido, é difícil apontar com precisão quais são os grupos envolvidos nestas ameaças. Contudo, há diversos rumores de moradores que sofreram agressões de policiais porque se recusam a fornecer a senha de acesso ao conteúdo de seu celular. No Complexo do Alemão, experiências acumuladas por uma cronologia temporal mais extensa em torno do Coletivo Papo Reto também são atravessadas por ameaças, agressões e criminalização. Os moradores que eram responsáveis pela condução das atividades de monitoramento e denúncia de violações de direitos por parte da Polícia eram continuamente acusados de conivência com o tráfico de drogas – tanto presencialmente quanto por redes sociais e comentários em matérias jornalísticas sobre o grupo (SOUZA, 2017, p. 248).

Quais são os interesses em torno da instituição de uma “guerra no ar” pela representação de um conflito onde apenas uma das forças têm capacidade de realizar disparos aéreos? Assim como esta representação de guerra é acionada a partir do momento em que grupos associados ao crime se apropriam de tecnologias para monitoramento aéreo que vinham sendo utilizadas exclusivamente por instituições vinculadas à segurança pública, a vigilância a partir de aplicativos em torno de uma necessidade de sobrevivência é criminalizada por tratar de grupos afetados por uma condição politicamente construída de precariedade. O posicionamento de moradores de favela em um tipo de alinhamento naturalizado ao lado oposto desta guerra converte em inimigos os sujeitos mais interessados em buscar instrumentos para evitar a proximidade com confrontos. O substantivo “asfixia” foi empregado em torno de relatos de jovens moradores de favelas em respeito à suas possibilidades de comunicação e circulação entre múltiplos regimes de dominação (FARIAS, 2008). Paralelamente, “asfixia” também foi empregado em complemento ao termo “sufocamento” para tratar sobre a dimensão da liminaridade onde procedimentos de remoção de moradias parecem criar para os afetados uma circunstância em que não há escolhas possíveis além da imposição (MAGALHÃES, 2018). Preservando as semelhanças entre condições sociais dos grupos apresentados, é possível argumentar que a expressão “atmosfera de asfixia” possa alinhar as condições objetivas,

⁹⁹ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/justica-manda-prender-dj-rennan-da-penha-idealizador-do-baile-da-gaiola-por-associacao-para-trafico-23544737>

subjetivas e políticas de dominação e subordinação onde moradores de favelas percebem-se restritos entre dois sufocantes mecanismos de opressão: 1) confinamento territorial via expansão ao espaço aéreo de tecnologias militarizadas de vigilância; e 2) criminalização à participação em dispositivos de legibilidade para proteção comunitária a riscos de fatalidades e possibilidades de circulação cotidiana.

2.5. Cria de favela

A paisagem da favela Santa Marta foi utilizada como cenário para a gravação do videoclipe da canção “Cria de Favela”, popularizada pela cantora paulistana MC Mirella. As mais de 15 milhões de visualizações na plataforma digital Youtube após 6 meses de sua divulgação podem justificar uma observação atenta pelo alcance das representações adotadas nesta produção¹⁰⁰. Em uma aproximação que considera desdobramentos diretos e indiretos relacionados à acontecimentos ocorridos na favela em relação a gravação ao videoclipe, pode ser interessante destacar aspectos apresentados à luz dos conceitos de dispositivos apresentados ao longo deste trabalho.

O conteúdo central do videoclipe¹⁰¹ é estabelecido por imagens aéreas capturadas por um drone retratando uma ampla paisagem da favela enquanto a funkeira realiza uma performance de dança na laje de uma casa. Em alternância com esta concepção principal, é possível observar analiticamente a escolha de imagens exibidas em sintonia com diferentes elementos que foram destacados ao longo deste trabalho. Na cena de abertura, enquanto a artista parece estar descendo de um taxi e chegando à favela Santa Marta, dois jovens negros são retratados sentados na escada principal de acesso enquanto se questionam seria aquela pessoa estranha à favela. Enquanto um deles com uma expressão desconfiada empunha um celular para enviar uma mensagem de voz “Qual foi mano? Que mina é essa aí?”, outras pessoas são retratadas pela conclusão de seu processo de investigação: “Tá louco bofe! É a Mirella!”. Nas imagens que seguem, após uma reprodução do Corcovado e da cantora introduzindo os primeiros versos da canção, é dado prosseguimento a uma sequência ilustrativa ao desdobramento de dispositivos estéticos, de precariedade e legibilidade apresentados neste

¹⁰⁰ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=g1HQPwb55P4>

¹⁰¹ O videoclipe possui recortes de imagens no início e no final que serão discutidos adiante.

trabalho: no minuto 1:12, um grafite colorido com casas coloridas e sobrepostas pintado sobre um muro de tijolos; em, 1:16 - a imagem aérea do drone retrata alguns moradores acompanhando a gravação sentados na estrutura do conjunto habitacional cuja construção permanece interrompida; em, 1:30 um jovem soltando pipa com o olhar direcionado para o céu enquanto está alinhado de frente para a estátua do Cristo Redentor.

Durante os próximos 4 minutos do conteúdo central do clipe, são retratadas imagens cotidianas da favela: uma criança molhando o rosto em uma fonte de água natural da favela – a “mina”; outros jovens jogando futebol em um espaço improvisado no canteiro das obras de moradia em suspensão; o projeto de desenvolvimento infantil “brincando como criança”, do Palhaço Benedito; pessoas em mesas e cadeiras de plástico tomando cerveja em garrafas de vidro enquanto são retratadas sorrindo. Entretanto, quase chegando ao final, a partir do minuto 4:10, as emblemáticas composições de pinturas coloridas realizadas por artistas holandeses na Praça do Cantão são interrompidas pelo som de tiros e pela apresentação de imagens em preto e branco de vielas e escadas favela sendo percorridas. Para além do conteúdo central do clipe, a funkeira e sua equipe de produção incluíram imagens retratadas por um acontecimento ocorrido durante o dia de gravações na favela. A introdução destas imagens pode ser melhor compreendida a partir de uma publicação da própria MC Mirella em sua página no Instagram¹⁰²:

Figura 18: Publicação no Instagram de MC Mirella no dia 04 de Abril de 2019



Fonte: Instagram

No início da manhã de uma quinta-feira de abril, Thiago Firmino enviou uma mensagem no grupo Santa Marta Alerta esclarecendo sobre a ausência de ameaças em torno de um acontecimento daquele dia que poderia causar preocupações. Na mensagem, dizia que não

¹⁰² Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Bv2eOp2lpwJ/>

haveria razões para ter medo de operações policiais naquele dia caso fosse avistado um drone sobrevoando a favela. O equipamento seria utilizado pela equipe de gravação de uma artista que estaria gravando um videoclipe na favela. Os participantes do grupo agradeceram pela precaução, principalmente porque os ânimos estavam agitados dado que nos dias anteriores o grupo tenha funcionado como uma eficiente ferramenta de compartilhamento de informações durante intensos tiroteios. Contudo, o que parecia ser uma tarde sem perturbações tornou-se um dia de acontecimentos repercutidos em intensidades extraordinárias.

As gravações já estavam sendo encerradas quando, em torno do anoitecer, tanto os moradores quanto a artista MC Mirella e sua equipe de produção foram surpreendidos pelo início de um tiroteio. Não é tarefa fácil elucidar com precisão qual é a razão que vinha dando início aos contínuos tiroteios na favela. Entretanto, naquele dia os desdobramentos foram percebidos por um público maior do que os moradores da favela. Enquanto abrigava-se atrás de um carro, a cantora publicou vídeos em tempo real em sua conta do Instagram informando sobre o que estava ocorrendo. Sendo potencialmente acompanhada por mais de 14 milhões pessoas inscritas em sua página, alguns instantes depois um morador da favela abriu as portas de sua residência para que a equipe pudesse se abrigar. Cerca de uma hora depois do ocorrido, MC Mirella voltou a postar um vídeo tranquilizando os fãs: "Escolhi gravar na comunidade porque a música fala disso. Estamos bem agora. A gente não sabe o que fazer na hora".¹⁰³

No texto de sua publicação, MC Mirella agradece a Deus pelo livramento e expressa a tranquilidade por nenhuma pessoa ter sido ferida durante o tiroteio. Dizendo que “tudo aconteceu muito rápido”, a artista também menciona que “parecia que o tempo não passava”. Quando menciona que o videoclipe seria “baseado em fatos reais”, ela estava antecipando o texto de abertura no início do videoclipe veiculado. Para além do conteúdo central, cenas registradas durante o tiroteio foram incluídas como abertura e encerramento dos trechos que apresentam a canção divulgada. Nestes trechos, é possível ouvir pessoas gritando enquanto outras tentam dar orientações para proteção dos envolvidos, como “deita no chão”, “os policiais estão ali” e “é melhor a gente sair daqui porque aqui é bem perigoso”. Além disso, são destacados trechos de portais de notícias e âncoras de noticiários televisivos para ilustrar a ampla repercussão sobre o acontecimento. Por fim, antes dos créditos finais, um preenchimento em preto é exibido em destaque à mensagem “#PAZ” em branco no centro na tela. Ao fundo, a

¹⁰³ Disponível em: <https://extra.globo.com/famosos/mc-mirella-grava-clipe-em-comunidade-do-rio-fica-no-meio-de-fogo-cruzado-socorro-23574203.html>

voz da artista cantando os versos do refrão da canção: “não adianta me intimidar, eu sou cria de favela”.

Entre celulares, drones, pipas e o prédio cuja construção foi interrompida, o videoclipe apresenta uma reunião de símbolos e dispositivos que pode ser analisada a partir também de uma de suas ausências. O que significaria a ausência de uma das representações mais veiculadas da favela durante o período auge da gramática da pacificação? Por que a estátua de Michael Jackson não é retratada no videoclipe? Considerando que o deslocamento de câmeras e registros possibilitada pela utilização de um drone poderia facilmente chegar à estatua e produzir imagens da estátua, é possível argumentar que a ausência de Michael no clipe não foi uma impossibilidade técnica ou um esquecimento, mas uma decisão da própria equipe de produção. Para além de uma análise assertiva sobre as decisões em torno da fotografia do videoclipe, aqui vale uma suposição baseada nas discussões estabelecidas ao longo de todo o trabalho.

Como a própria Mirella menciona em sua publicação, “sempre foi meu sonho gravar um clipe dentro de uma comunidade do RJ”. Deste modo, aparenta ser necessária a produção de um clipe que retrate a paisagem carioca, mas também comunique a partir de imagens generalizadas em relação ao cotidiano de uma pessoa nascida em favela – seja no Rio de Janeiro ou em São Paulo. Deste modo, mais do que reproduzir imagens vinculadas ao que chamei de “estética da pacificação”, o clipe apresenta narrativas e representações sobre o que deve ou não ser enfatizado em relação ao cotidiano de alguém que é “cria de favela”. Embora a artista também mencione que o Santa Marta foi “escolhido com muito carinho”, talvez não fosse o interesse mais relevante apresentar especificidades próprias da favela, mas incluí-la em um cenário mais amplo à referência de “uma comunidade do RJ”. Portanto, a reprodução da vista para o Cristo Redentor como uma das primeiras imagens do videoclipe pode demonstrar uma forma de sobreposição imagética em relação à ausência da estátua de Michael Jackson: para além das imagens de uma estética vinculada à ideia de uma “favela modelo”, a favela Santa Marta é situada como mais uma entre as tantas paisagens cariocas de favelas que podem representar o contraste social do espaço urbano da cidade. Ainda assim, indiretamente o videoclipe retrata continuidades e indícios do esgotamento da “pacificação”, como o clima constante de monitoramento com a chegada da artista na favela e também a principal performance de MC Mirella ser retratada em proximidade à construção em precariedade.

Figura 19: Imagem recortada do videoclipe “Cria de Favela”



Fonte: Youtube

CONSIDERAÇÕES FINAIS

1. Retomar o título de UPP modelo (referencia em policia de proximidade);
2. Diminuir o clima tenso na comunidade (diminuição gradativa de conflitos armados);
3. Criar um ambiente propício para retomada do turismo na comunidade;
4. Transformar a UPP na referência principal de mediação e resolução de conflitos;
5. Criar um calendário de eventos, bem como o cadastro dos referidos organizadores;
6. Transformar uma parte da base da UPP em um espaço destinado ao apoio ao turista.

Paradoxalmente, as considerações finais desta dissertação versam sobre um novo início. No dia 9 de julho de 2019, seis objetivos foram apresentados em uma reunião convocada pelo novo comandante da UPP Santa Marta. Contudo, analisar o processo da “pacificação” desconsiderando sua relação com o cenário mais amplo de políticas de segurança pública fluminense e a militarização em exercício na cidade seria deixar escapar da análise informações e dados que possibilitam uma adequada conclusão para este trabalho de pesquisa. Os objetivos apresentados pela UPP Santa Marta são contraditórios, principalmente, por serem reproduzidos em um momento urbano onde, devido a uma necessidade de adaptação cognitiva, o termo “necropolítica” vem sendo cada vez mais utilizado por cidadãos cariocas em interpretações sobre o conflito urbano na cidade¹⁰⁴. Acontecimentos em 2019 que expressam um exercício de governo de mortes são dolorosamente contabilizados e percebidos de maneira urgente por sujeitos atentos aos delineamentos desta conjuntura sociopolítica:

1) Em 7 de abril, o músico Evaldo Rosa dos Santos estava em seu carro quando foi fatalmente atingido por disparos em Guadalupe, Zona Oeste do Rio de Janeiro¹⁰⁵. A perícia da Polícia Judiciária Militar indicou que o carro Ford Ka foi alvo de uma sequência de 257 disparos de fuzil e pistola realizados por membros do Exército Brasileiro durante a ação. Evaldo estava a caminho de um chá de bebês acompanhado por sua família e seu filho de 7 anos. O resultado das investigações aponta que os militares confundiram o carro da família de Evaldo com outro carro usado num assalto que haviam visto minutos antes.

¹⁰⁴ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/opiniaoe-necropolitica-que-chama-23960866> e https://brasil.eipais.com/brasil/2019/07/09/opinion/1562688743_395031.html

¹⁰⁵ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/05/promotoria-denuncia-militares-por-morte-de-musico-e-catador-no-rj.shtml>

2) Em 23 de setembro, a estudante Ágatha Vitória Sales Félix, de 8 anos, foi fatalmente atingida por um disparo no Complexo do Alemão¹⁰⁶. O disparo foi realizado por um cabo da PM lotado na Unidade de Polícia Pacificadora do Morro da Fazendinha. De acordo com o laudo da Polícia Civil, no momento do disparo houve um “erro de execução”: o objetivo não era atingir a criança, mas disparar um “tiro de advertência” para forçar a parada de dois homens que estavam numa motocicleta. Em uma entrevista concedida 72 horas após a jovem menina ser baleada, o governador em exercício defendeu a continuidade da política de segurança vigente porque os índices de criminalidade estavam se aproximando a “patamares civilizatórios”¹⁰⁷.

Na declaração do governador, há uma significativa pista para direcionamentos em análises futuras sobre a violência urbana: a utilização do termo “patamares civilizatórios” demonstra novos termos das relações entre violência e política. Para além de concepções sobre individualizações e características próprias direcionados sob conduções governamentalizadas, sujeitos e populações periféricas são reduzidos a dados quantitativos de índices sobre a cidade. Corpos e vidas são reprimidos e exterminados sob justificativas de objetivos estatísticos. Entretanto, o que significa, na prática, esta idealização objetiva em torno de “patamares civilizatórios”? Para indicar um caminho para esta resposta, sugiro percorrer três eixos articulados de conclusão entre referências principais deste trabalho. Em seguida, teremos substrato para analisar a composição de objetivos da UPP Santa Marta.

Em relação a formas de ocupação colonial estabelecidas a partir de inscrições de relações sociais e espaciais, o filósofo camaronês Achille Mbembe demonstra que a produção de uma ampla reserva de imaginários culturais permanece determinante em modalidades contemporâneas de territorialização regidas pela necropolítica. Deste modo, esses imaginários dão sentido à instituição “de direitos diferentes, para diferentes categorias de pessoas, para fins diferentes no interior de um mesmo espaço”; em resumo, o exercício da soberania entre a produção de fronteiras, hierarquias e a classificação de pessoas de acordo com diferentes categorias. Neste quadro, um corte transversal entre o espetáculo de Debord e a hiper-realidade de Baudrillard – apresentados no capítulo 1 - podem ser analisados como elementos reprodutivos deste imaginário necropolítico. Ao longo deste trabalho, foi estabelecida uma

¹⁰⁶ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/caso-agatha-inquerito-da-policia-civil-aponta-que-pm-causou-morte-da-menina-24088080>

¹⁰⁷ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/e-indecete-usar-um-caixao-como-palanque-diz-witzel-sobre-morte-da-menina-agatha-23968042>

crítica em torno de uma aparência alienada da realidade pela intensa circulação de imagens e informações através de uma movimentação da estética para uma condição sociopolítica de precariedade, com fins de analisar a reificação de formas de soberania e violência em territórios específicos. É possível argumentar que hierarquias coloniais se mantêm sob reproduções de deslocamentos entre imagem e real, cópia e original, representação e realidade, aparência e ser - conduzindo formas de violência e dominação historicamente perpetradas a determinados grupos sociais. Para além dos exemplos de simulacros apresentados no capítulo 2, fatalidades onde carros são “confundidos” ou crianças são atingidas por “erros de execução” são exemplos adicionais de acontecimentos recorrentes sobre determinados corpos, vidas e territórios que podem ser ancorados sob o argumento de que “soberania significa ocupação, e ocupação significa relegar o colonizado em uma terceira zona, entre o status de sujeito e objeto” (MBEMBE, 2016). Entretanto, vale apontar uma diferenciação no referido contexto do Rio de Janeiro: gradualmente se (re)estabelece uma gramática onde performances institucionais de governo reforçam imaginários, práticas e discursos relacionados à guerra por justificações sobre a ausência de apologias em detrimento de uma lógica de enfrentamento e o alcance de índices estatísticos.

Um segundo eixo, sobre o uso dados estatísticos: em comentários sobre direcionamentos em uma busca às “margens do Estado” Talal Asad menciona que esta linguagem que abstrai e reduz formas de vida a dados e índices torna-se parte integrante de um modo moderno de governo que aprendeu a prosperar sobre probabilidades e riscos compostos pelo exercício de tecnologias e práticas administrativas de contínua manutenção de soberania sobre espaços de margens (ASAD, 2004, p. 287). Em relação às estatísticas de criminalidade recentes, vale ressaltar que em outubro de 2019 o Rio de Janeiro chega ao maior número anual de mortes por policiais desde o início da série histórica – recorde ainda a ser acrescido pelos dados dos últimos dois meses do ano¹⁰⁸. No Brasil, segundo dados do Ministério da Saúde divulgados no Atlas da Violência de 2019 (IPEA, 2019), 75,5% das vítimas de homicídio em 2017 eram indivíduos considerados negros. Comparativamente, a taxa de homicídios de negros por grupo de 100 mil habitantes foi de 43,1, ao passo que a de não-negros foi de 16,0. Em elaborações sobre estes comentários de Asad, Veena Das e Deborah Poole argumentam que estatísticas e a imaginação são instrumentalizadas para uma abstração onde a relação entre o Estado e a população governada é compreendida como uma maneira através da qual o Estado incorpora soberania

¹⁰⁸ Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/11/25/em-2019-rj-tem-maior-numero-de-mortos-por-policiais-desde-o-inicio-da-serie-historica.ghtml>

independentemente da referida população. Inversamente, sugerem que ao compreendermos o Estado como aquele para o qual tal poder é delegado, em vez de alienado dos seus sujeitos, é possível ver esse mesmo Estado como margem do corpo-cidadão. Deste modo, a questão não é mostrar que o Estado tem um caráter fetichizado, mas sim mostrar que a imaginação da soberania pode mudar a posição relativa entre centro e periferia: as margens se movem, então, tanto dentro como fora do Estado (DAS; POOLE, 2004, p. 30). Por exemplo, as mesmas favelas “pacificadas” e com baixos índices de homicídios são convertidas em território-alvo de “patamares civilizatórios”. Observar este movimento é o que torna as margens tão centrais para a compreensão do Estado. Por sua vez, a imaginação das margens estabelecida neste trabalho as apresenta não como espaços e populações inertes que simplesmente precisam ser gerenciados, mas como territórios cheios de vidas que certamente são gerenciadas e controladas, mas também são expressivas de desejos, esperanças e medos que moldam a própria experiência de Estado.

E por tratar sobre movimento, observar o controle de circulações como exercício de governo foi uma análise destacada por Foucault. Em seu curso “Segurança, Território e População”, o filósofo francês já mencionava que nos Estados modernos o problema determinado deixa de ser fixar e demarcar o território. Para Foucault, exercícios de poder passavam a ser definidos pela própria possibilidade de permitir que ocorram circulações, controlá-las, muda-las entre o bem e o mal, garantir que as coisas estejam sempre em movimento, movendo-se constantemente, indo continuamente a partir de um ponto para outro - mas de tal maneira que determinados perigos inerentes às circulações também fossem cancelados (FOUCAULT, 2008). Consequentemente, podemos relacionar este argumento com o Paradigma Das Novas Mobilidades e o acelerado desenvolvimento de novos dispositivos, tecnologias e mecanismos de controle. Como indicou Elliott (2018), para além de análises sobre sistemas complexos e infraestruturas de mobilidade ou inter-relações entre sistemas móveis e estilos de vida, uma agenda de pesquisa *mobilities 3.0* torna-se concebível para observar o essencial envolvimento de tecnologias onde “mobilidades automatizadas” tornam-se elementos componentes de novas formas de produção, reprodução e transformação da vida social. Entre formas de vigilância sobre fluxos de circulação e a possibilidade de matar sem que sejam necessárias mãos humanas, a possibilidade de utilização de drones que atiram no Rio de Janeiro pode sintetizar uma sobreposição entre preocupações de moradores entre os regimes de “fogo cruzado” e “campo minado” (MENEZES, no prelo). Como apresentado no capítulo 3, é urgente a necessidade de leitura interpretativa sobre continuidades em colonialismos a partir do

desenvolvimento de relações homem-máquina baseados em dispositivos tecnológicos móveis de soberania, disciplina e controle – e drones sobrevoando territórios representam medo apenas para determinados sujeitos, os negros e periféricos. Estas relações que deslocam e afastam atiradores e seus alvos também podem ser justificadas por estatísticas e narrativas sob uma gramática de patamares civilizatórios.

Finalmente, é possível afirmar que, ao observar a conjuntura apresentada sobre o Rio de Janeiro, há tensionamentos continuamente reconfigurados de colonialidades e hierarquizações racializadas à medida em que determinadas vidas são executadas em torno de patamares quantitativos – cumpridos, celebrados e capitalizados. Sincronicamente intensificada em direção a corpos e territórios pobres, a fração carioca da guerra às drogas latino-americana deixa seu acionamento estritamente moral, simbólico ou metafórico (LEITE, 2012) e se converte em técnica de controle, disciplina e governo em “uma nova modalidade de guerra, assimétrica na medida em que os inimigos incluem explicitamente a população do lugar” (BIRMAN; LEITE, 2018, p. 33). Assim, à medida em que “guerra” e “pacificação” são consideradas palavras-chave do conflito urbano contemporâneo, é urgente desconstruir o uso de dados e índices como instrumentos interpretativos predominantes e reconhecer aprofundamentos analíticos fornecidos por pesquisas qualitativas como perspectivas pelas quais “se pode vislumbrar o problema social, político e urbano contemporâneos em escala bastante mais ampla” (RUI; FELTRAN, 2015, p. 3). Considerando o cenário que foi exposto em torno de Evaldo, Agatha e os referidos patamares civilizatórios, qual seria a validade ou as formas de utilização de uma estrutura montada em um território periférico a partir de um precedente modelo de “policimento de proximidade”?

Agora podemos retornar à reunião e aos objetivos da UPP Santa Marta.

Após chegar ao Colégio Corcovado e ser identificado pelo registro de meu número de documento no sistema eletrônico, pude caminhar em direção à sala da reunião. Chegando ao local, me deparei com cerca de 50 pessoas agrupadas em modelo expositivo de frente para três policiais em uma sala de aula da escola. O Capitão Gian Silva Santos, novo comandante da UPP Santa Marta, conduzia a reunião enquanto moradores atrasados chegavam e faziam saudações em voz alta a todos os que estavam presentes no local. Naquele instante, era mencionado que, durante o período anterior, a gestão da UPP Santa Marta se tornou um paradigma de práticas controversas e consideradas problemáticas pelos moradores. Em uma comparação de comandantes, a primeira comandante da UPP Santa Marta foi apontada como a melhor gestora da “Favela Modelo” enquanto a comandante dos anos 2018/2019 é considerada

por muitos moradores “uma representante da pior fase que a UPP Santa Marta já teve”. Demonstrando estar ciente desta opinião compartilhada pelos moradores, o novo comandante disse estar disposto a seguir o mesmo modelo do início da “pacificação”. Afirmado de maneira recorrente a necessidade de “abaixar a temperatura na favela”, mencionou ter realizado uma pesquisa sobre o histórico de práticas e comportamentos dos comandantes anteriores da UPP Santa Marta. Formulando uma articulação entre seus objetivos pessoais e uma gestão exemplar, espelhou sua trajetória com a da primeira titular do cargo porque, de acordo com suas palavras, “A 1ª comandante teve reconhecimento e desenvolvimento em sua carreira policial e eu quero seguir a mesma fórmula”.

O novo comandante parecia estar munido por um certo conhecimento acumulado de práticas adotadas durante as primeiras gestões da UPP Santa Marta e disposto a usar a experiência dos titulares anteriores para buscar formas de promoção da “pacificação”. Utilizando expressões como “meu compromisso é com vocês e com a polícia”, e “vamos tomar providências precisas e incisivas, causando o menor efeito colateral possível”, sua narrativa produzia um contraponto entre suas diretrizes e uma gestão anterior que foi duramente criticada localmente pela impossibilidade de diálogo. Contrariamente, Gian assegurou que sob seu comando haveria receptividade à ida de moradores “lá em cima [no posto da UPP] para qualquer problema ou qualquer dúvida”. Ao final, Gian mencionou que, além de promover uma apresentação e demarcar pontos iniciais, fez a reunião “não pra buscar soluções, mas para agendar outras reuniões”. Durante as semanas seguintes, as práticas apresentadas durante a reunião foram efetivadas: duas reuniões focais foram realizadas. uma com produtores culturais da favela e outra com proprietários de carros e interessados na disputa das vagas no alto do morro; moradores tidos como “liderança” passaram a ter contato direto com o comando da UPP; autorizações para festas e eventos na favela foram facilitadas; o “caveirão branco” deixou de ser posicionado no cantão toda sexta-feira; um guia mencionou que havia uma ordem direta relacionada ao turismo: “se tiver alguma celebridade, me avisa porque não vai nem ter ronda”.

Este último exemplo é proveitoso para a apresentação de uma consideração final: seja a partir de ordens diretas ou dos objetivos expostos na reunião, é bastante evidente na experiência da UPP Santa Marta uma relação estabelecida entre ordem e turismo. Em relações diretas ou indiretas, notamos que a maior parte dos objetivos tem algum tipo de interlocução com o estabelecimento de (i) mobilidades turísticas na favela: por um lado, a explícita “retomada do turismo”, o estabelecimento de um “calendário de eventos” ou a eloquente conversão de uma parte da base da UPP em espaço de “apoio destinado ao turista”; por outro, efeitos

representativos em torno do título de “UPP modelo”, a diminuição dos conflitos armados”. Deste modo, é possível concluir que o estabelecimento da turistificação na favela Santa Marta sob a lógica da “pacificação” é um importante componente de discursos, práticas e representações sobre o ordenamento do território da favela (e da cidade). Não à toa, no início da reportagem apresentada na introdução deste trabalho sobre os dez anos da “pacificação”, um dos primeiros atores a figurar foi um guia de turismo mencionando a diminuição do fluxo de turistas como um importante indício do esgotamento do projeto.

Entretanto, no marco de dez anos do projeto, quando a UPP Santa Marta assume objetivos estabelecidos sob inspiração aos primeiros anos do projeto das UPPs, não estariam sendo ignorados os motivos que levaram às percepções sobre o esgotamento no período? Principalmente se considerada a radical alteração na conjuntura urbana mais ampla – do ciclo de megaeventos para uma gramática institucional de patamares civilizatórios. Seria assertivo ou superficial apontar que o sucesso da “pacificação” em determinado território é dependente exclusivamente das orientações dadas pelo comandante local em exercício? Seria possível argumentar que, como nos anos iniciais da “pacificação”, o reconhecimento e repercussão da “favela modelo” seria novamente instrumentalizada como “vitrine” em relação a um contexto mais amplo da segurança pública? De início, é salutar mencionar um aparente abandono do escopo inicial do projeto, relacionado à promoção de serviços básicos e mecanismos de exercício da cidadania às populações e o território da favela. Nos objetivos delineados pelo novo comando da UPP Santa Marta, podemos observar um ordenamento policial regido por exercícios de poder e diferentes potencialidades de mobilidades:

1) a partir de reconhecimentos relacionados ao “título de UPP modelo” – por onde mobilidades de circulações em torno da ideia de um ordenamento nos moldes da “favela modelo” poderia gerar um novo reforço na estética da pacificação e de expectativas de diferentes tipos e em diferentes indivíduos, como moradores, empreendedores, guias de turismo ou até mesmo policiais militares;

2) pela criação de um “ambiente propício” para a retomada do turismo - por onde mobilidades de corpos em circulação pela favela seriam acionadas como indicativo do sucesso do projeto em detrimento da precariedade na favela e de um ordenamento que permite a penetração de diferentes consumidores no território;

3) sob a própria transformação da base da UPP em um espaço destinado à recepção de turistas – onde a constituição do principal posto policial da favela como um ancoradouro de

mobilidades turísticas permitiria a legibilidade das miríades de fluxos, motivações e interesses em torno da presença policial como ordenadora na favela.

Como foi sustentado pelo argumento principal deste trabalho, dispositivos de mobilidades se constituem por um cruzamento heterogêneo de fluxos e pontos de apoio constitutivos da vida social que simultaneamente produzem e expressam condições sociopolíticas e dimensões significativas determinadas em torno de assimetrias de poder e (i)mobilidades relacionais. Deste modo, as três determinações destacadas podem ser observadas sob dispositivos de mobilidade – e principalmente pela percepção de que determinadas mobilidades estão fundamentalmente regidas por ordenamentos e controles de circulações determinadas por relações de dominação. Assim, é possível concluir que, seja em torno das noções de estéticas, precariedades ou legibilidades, a composição destes cruzamentos que resultam em dispositivos de mobilidade é atravessada por interrupções, permanências e continuidades regidas por uma estruturação social, normativa e assimétrica – neste caso, simbolizada pela atuação da Polícia Militar na favela.

Entretanto, a troca de comando da UPP não é elemento suficiente para uma retomada do ordenamento de 2008. Relatos de diversos moradores durante a reunião com o novo comandante apontaram indícios de variáveis influenciáveis em torno dos novos objetivos apresentados sobre a “pacificação” no Santa Marta. Eles mencionavam, preocupados, que determinados policiais do patrulhamento vinham assumindo comportamentos “independentes”. Agindo como um grupo consolidado e destacado, alguns deles teriam mencionado que “pode reclamar lá no comando [da UPP], mas não adianta, porque aqui quem manda é a gente”. A principal preocupação dos moradores era de que a favela Santa Marta estivesse em alinhamento ao atual fenômeno de formação de milícias no ordenamento de territórios periféricos da cidade. Em análises incipientes, é apontado que a produção desta forma de dominação territorial pode ser percebida como um reflexo da permanência prolongada de policiais no território das favelas promovida pela experiência de “policiamento comunitário”. A nova tentativa de manutenção do título de “favela modelo” seria uma repetição do maior fracasso do projeto das UPPs - reduzir as complexidades e sociabilidades das favelas a três letras:

Arrisca-se afirmar que o mais correto, se estivesse em jogo uma alteração qualitativa na política de Estado e de Segurança Pública, seria nominar as UPPs de Unidades de Políticas Públicas, por se tratarem de uma necessária mudança cultural em territórios nos quais a presença do Estado não ocorre na completude. E sim, configuram uma ocupação de regulação pelo Estado em territórios antes regulados pelos grupos criminosos armados, principalmente pelo varejo do tráfico armado. A denominação atual, portanto, demonstra a carga ideológica para manutenção dos elementos fundamentais da política hegemônica, pois se centraliza na ação da polícia e usa o recurso ideológico da apelação pela paz.

O que está em questão é que a polícia, com a abordagem que predominou, não se firma apenas como uma das atividades do Estado, mas acaba por ganhar um local estratégico nesse processo de ocupação territorial. O que ocorre é uma propaganda geral pela paz, na qual a polícia, e não a política, ocupa lugar central. (...) A abordagem das incursões policiais nas favelas é substituída pela ocupação do território. Mas tal ocupação não é do conjunto do Estado, com direitos, serviços, investimentos, e muito menos com instrumentos de participação. A ocupação é policial, com a caracterização militarista que predomina na polícia do Brasil. Está justamente aí o predomínio da política já em curso, pois o que é reforçado mais uma vez é uma investida aos pobres, com repressão e punição (FRANCO, 2014, p. 123).

REFERÊNCIAS

- ADEY, P. If mobility is everything then it is nothing: towards a relational politics of (im) mobilities. *Mobilities*, v. 1, n. 1, p. 75–94, 2006.
- ADEY, P. Vertical security in the megacity: legibility, mobility and aerial politics. *Theory, Culture & Society*, v. 27, n. 6, p. 51–67, 2010.
- ADEY, P. Security atmospheres or the crystallisation of worlds. *Environment and Planning D: Society and Space*, v. 32, n. 5, p. 834–851, 2014.
- AGAMBEN, G. O que é um dispositivo? *Outra travessia*, n. 5, p. 9–16, 2005.
- ANAND, N. The banality of infrastructure. *Items Insights from the Social Sciences, Series Just Environments*, 2017a.
- ANAND, N. *Hydraulic city: Water and the infrastructures of citizenship in Mumbai*. [s.l.] Duke University Press, 2017b.
- ANAND, N.; GUPTA, A.; APPEL, H. *The promise of infrastructure*. [s.l.] Duke University Press, 2018.
- APPADURAI, A. *The social life of things: Commodities in cultural perspective*. [s.l.] Cambridge University Press, 1986.
- APPEL, H.; ANAND, N.; GUPTA, A. The infrastructure toolbox. *Cultural Anthropology Online* [http://www.culanth.org/fieldsights/725-the-infrastructure-toolbox (Accessed 22 October 2015)], 2015.
- ARAÚJO SILVA, M. C.; CARVALHO, M. B. Circuitos políticos em uma favela pacificada: Os desafios da mediação. *Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 8, n. 1, p. 63–76, 2015.
- ASAD, T. Where are the Margins of the State? *Anthropology in the Margins of the State*, p. 279–288, 2004.
- BAUDRILLARD, J. Simulacros e simulação. *Relógio D'Água*, Lisboa, 1992.
- BELTRAME, J. M. *Todo dia é segunda-feira*. [s.l.] Sextante, 2014.
- BIRMAN, P. Favela é comunidade? *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, p. 97–114, 2008.
- BIRMAN, P.; FERNANDES, A.; PIEROBON, C. Um emaranhado de casos: tráfico de drogas, estado e precariedade em moradias populares. *Mana*, v. 20, n. 3, p. 431–460, 2014.
- BIRMAN, P.; LEITE, M. P. Rio e São Paulo: categorias emaranhadas e relativização de seus sentidos. In: *Os limites da acumulação, movimentos e resistência nos territórios*. In: **Joana Barros; André Dal'Bó; Cibele Rizek. (Org.)**. [s.l.] 1ed. São Carlos: IAU/USP, 2018. p. 27–39.

BURGOS, M. B. Dos parques proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. **Um século de favela**, v. 5, p. 25–60, 1998.

BURGOS, M. B. et al. O efeito UPP na percepção dos moradores das favelas. **Desigualdade & Diversidade**, v. 11, p. 49, 2011.

BÜSCHER, M.; URRY, J.; WITCHGER, K. **Mobile methods**. [s.l.] Routledge, 2010.

BUTLER, J. Performativity, Precarity and Sexual Politics. **AIBR. Revista de Antropologia Iberoamericana**, v. 4, n. 3, 2009.

BUTLER, J. Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto. **Rio de Janeiro: Civilização Brasileira**, 2015.

CANO, I.; BORGES, D.; RIBEIRO, E. Os donos do morro: uma avaliação exploratória do impacto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro. 2012.

CARDOSO, B. DE V. Megaeventos esportivos e modernização tecnológica. planos e discursos sobre o legado em segurança pública. **Horizontes Antropológicos**, n. 40, p. 119–148, 2013.

CARDOSO, B. DE V. A lógica gerencial-militarizada e a segurança pública no Rio de Janeiro: O CICC-RJ e as tecnologias de (re) construção do Estado. **Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, p. 53–74, 2019.

CARVALHO, M. B. A política de pacificação de favelas e as contradições para a produção de uma cidade segura. 2013.

CAVALCANTI, M. Tiroteios, legibilidade e espaço urbano: notas etnográficas de uma favela carioca. **Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 1, n. 1, p. 35–59, 2008.

CAVALCANTI, M. À espera, em ruínas: Urbanismo, estética e política no Rio de Janeiro da ‘PACificação’. **Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 6, n. 2, p. 191–228, 2013.

CRESSWELL, T. **On the move: Mobility in the modern western world**. [s.l.] Taylor & Francis, 2006.

CUNHA, N. V. DA; MELLO, M. A. DA S. Novos conflitos na cidade: a UPP e o processo de urbanização na favela. 2011.

DAS, V. **Critical events: an anthropological perspective on contemporary India**. [s.l.] Oxford University Press Delhi, 1995.

DAS, V. Fronteiras, violência e o trabalho do tempo: alguns temas wittgensteinianos. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 14, n. 40, p. 31–42, 1999.

DAS, V. The signature of the state: the paradox of illegibility. **Anthropology in the Margins of the State**, p. 225–252, 2004.

- DAS, V. O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade. **cadernos pagu**, n. 37, p. 9–41, 2011.
- DAS, V.; POOLE, D. **Anthropology in the Margins of the State**. Oxford: James Currey, 2004.
- DE TOMMASI, L. Empreendedorismo cultural nas margens da cidade. In: **Militarização no Rio de Janeiro: da pacificação à intervenção**. [s.l.] Editora Mórula, 2018.
- DE TOMMASI, L.; VELAZCO, D. A produção de um novo regime discursivo sobre as favelas cariocas e as muitas faces do empreendedorismo de base comunitária. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 56, p. 15–42, 2013.
- DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. [s.l.] mobilis in mobile, 1991.
- DELEUZE, G. Post-Scriptum: sobre as sociedades de controle in **Conversações. Rio de Janeiro: Trinta e Quatro**, p. 226, 1992.
- DELEUZE, G. O que é um dispositivo. **G. Deleuze, O mistério de Ariana**, p. 83–96, 1996.
- ELLIOTT, A. Automated mobilities: From weaponized drones to killer bots. **Journal of Sociology**, v. 55, n. 1, p. 20–36, 2018.
- ELLIOTT, A.; URRY, J. **Mobile lives**. [s.l.] Routledge London, 2010.
- FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. [s.l.] SciELO-EDUFBA, 2008.
- FARIAS, J. Da asfixia: reflexões sobre a atuação do tráfico de drogas nas favelas cariocas. **Vida sob cerco—violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro**, 2008.
- FERGUSON, J. Structures of responsibility. **Ethnography**, v. 13, n. 4, p. 558–562, 2012.
- FLEURY, S. Militarização do social como estratégia de integração-o caso da UPP do Santa Marta. 2012.
- FOOTE-WHYTE, W. **Street corner society: The social structure of an Italian slum**. [s.l.] University of Chicago Press, 2012.
- FOUCAULT, M. Aula de 17 de março de 1976. _____. **Em defesa da sociedade. São Paulo: Martins Fontes**, p. 285–315, 1999.
- FOUCAULT, M. **Segurança, território, população. Curso no Collège de France (1977-1978)**. [2004] 1ª Edição ed. [s.l.] São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. [1979] 28ª reimpressão ed. [s.l.] São Paulo: Graal, 2010.
- FRANCO, M. UPP—A redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro. 2014.

FRANGELLA, S.; RUI, T. *Corpos Precários: apontamentos para a relação entre corpo e cidade*. **REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS-POLÍTICA & TRABALHO**, v. 1, n. 47, p. 23–38, 2018.

FREHSE, F.; O'DONNELL, J. G. Apresentação: quando espaços e tempos revelam cidades. **Tempo Social**, v. 31, n. 1, p. 1–9, 2019.

FREIRE-MEDEIROS, B. **Gringo na laje: produção, circulação e consumo da favela turística**. [s.l.] Editora FGV, 2009.

FREIRE-MEDEIROS, B. Governamentalidade e mobilização da pobreza urbana no Brasil e na África do Sul: favelas e townships como atrações turísticas. **BIRMAN, P., LEITE, MP, MACHADO, C. e CARNEIRO, S.** “Dispositivos Urbanos e Tramas dos Viventes: ordens e resistências”. **RJ: Editora FGV/FAPERJ**, 2015.

FREIRE-MEDEIROS, B.; MENEZES, P. V. As viagens da favela e a vida social dos suvenires. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 3, p. 651–670, 2016.

FREIRE-MEDEIROS, B.; VILAROUCA, M.; MENEZES, P. A pobreza turística no mercado de pacificação: reflexões a partir da experiência da Favela Santa Marta. **Caderno CRH**, v. 29, n. 78, 2016.

FREITAS, J. A. DE. **A Invenção da cidade inteligente Rio: uma análise do Centro de Operações Rio pela lente das mobilidades (2010-2016)**. Tese de Doutorado apresentada ao programa de História, política e bens culturais (FGV/CPDOC)—[s.l.: s.n.].

FRENZEL, F.; KOENS, K.; STEINBRINK, M. **Slum tourism: Poverty, power and ethics**. [s.l.] Routledge, 2012. v. 32

GAFFNEY, C. *Segurança pública e os megaeventos no Brasil*. 2015.

GLUCKMAN, M. Analysis of a social situation in modern Zululand. **Bantu studies**, v. 14, n. 1, p. 1–30, 1940.

GOFFMAN, E. **Frame analysis: An essay on the organization of experience**. [s.l.] Harvard University Press, 1974.

GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana**. [s.l.] Petrópolis: vozes, 1995. v. 13

GRAHAM, S. O bumerangue de Foucault: o novo urbanismo militar. **Bala perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação**. São Paulo: Boitempo, 2005.

GRAHAM, S. **Cidades sitiadas: o novo urbanismo militar**. [s.l.] Boitempo Editorial, 2016.

GRAHAM, S.; HEWITT, L. Getting off the ground: On the politics of urban verticality. **Progress in Human Geography**, v. 37, n. 1, p. 72–92, 2013.

GRILLO, C. C.; GODOI, R. Simulacros: a hiper-realidade do extermínio. **Le Monde Diplomatique Brasil - Dossiê Estado de Choque - Edição 143 - Brasil**, 2019.

GUTTERRES, A. DOS S. O rumor e o terror na construção de territórios de vulnerabilidade na zona portuária do Rio de Janeiro. **Mana**, v. 22, n. 1, p. 179–209, 2016.

HALL, S. The work of representation. **Representation: Cultural representations and signifying practices**, v. 2, p. 13–74, 1997.

HANNAM, K.; SHELLER, M.; URRY, J. Editorial: Mobilities, immobilities and moorings. **Mobilities**, v. 1, n. 1, p. 1–22, 2006.

INGOLD, T. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. **Horizontes antropológicos**, v. 18, n. 37, p. 25–44, 2012.

IPEA, I. DE P. E. A. **Atlas da violência 2019**. [s.l.] Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública., 2019.

JAFFE, R. Cities and the political imagination. **The Sociological Review**, v. 66, n. 6, p. 1097–1110, 2018a.

JAFFE, R. Security Aesthetics and Political Community Formation in Urban Jamaica. **CUS Working Paper Series – WPS-No. 28 Centre for Urban Studies, University of Amsterdam**, 2018b.

JAFFE, R.; KLAUFUS, C.; COLOMBIJN, F. Mobilities and mobilizations of the urban poor. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 36, n. 4, p. 643–654, 2012.

JENSEN, O. B. **Staging mobilities**. London: Routledge, 2013.

JENSEN, O. B. New ‘Foucauldian Boomerangs’: Drones and Urban Surveillance. **Surveillance & society**, v. 14, n. 1, p. 20–33, 2016a.

JENSEN, O. B. Drone city–power, design and aerial mobility in the age of “smart cities”. **Geographica Helvetica**, v. 71, n. 2, p. 67–75, 2016b.

KOSELLECK, R. Futuro passado. **Rio de Janeiro: Contraponto**, p. 25, 2006.

KOTLER, P. **Marketing places**. [s.l.] Simon and Schuster, 2002.

LEEDS, A.; LEEDS, E. **A sociologia do Brasil urbano**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

LEITE, M. P. Entre o individualismo e a solidariedade: dilemas da política e da cidadania no Rio de Janeiro. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 15, n. 44, p. 73–90, 2000.

LEITE, M. P. Da " metáfora da guerra" ao projeto de " pacificação": favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro. 2012.

LEITE, M. P. Entre a ‘guerra’ e a ‘paz’: Unidades de Polícia Pacificadora e gestão dos territórios de favela no Rio de Janeiro. **Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 7, n. 4, p. 625–642, 2014.

LEITE, M. P. State, market and administration of territories in the city of Rio de Janeiro. **Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology**, v. 14, n. 3, 2017.

LEITE, M. P.; MACHADO DA SILVA, L. A. Circulação e fronteiras no Rio de Janeiro: a experiência urbana de jovens moradores de favelas em contextos de pacificação. **Sobre periferias. Novos conflitos no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Lamparina Editora/Faperj**, p. 146–158, 2013.

MACHADO, C. “É muita mistura”: projetos religiosos, políticos, sociais, midiáticos, de saúde e segurança pública nas periferias do Rio de Janeiro. **Religião e Sociedade**, v. 33, n. 2, 2013.

MACHADO, C. Conexões e rupturas urbanas: projetos, populações e territórios em disputa. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 32, n. 93, p. 1–21, 2017.

MACHADO DA SILVA, L. A. A continuidade do “problema da favela”. **Cidade: história e desafios. Rio de Janeiro: FGV**, p. 220–237, 2002.

MACHADO DA SILVA, L. A. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. **Sociedade e estado**, v. 19, n. 1, p. 53–84, 2004.

MACHADO DA SILVA, L. A. Afinal, qual é a das UPPs? **Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles**, 2010.

MACHADO DA SILVA, L. A. A política na favela. **Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 4, n. 4, p. 699–716, 1967 2011.

MACHADO DA SILVA, L. A. **Fazendo a cidade: trabalho, moradia e vida local entre as camadas populares urbanas**. [s.l.] Mórula Editorial, 2016.

MACHADO DA SILVA, L. A.; LEITE, M. Violência, crime e polícia: o que os favelados dizem quando falam desses temas? In: **Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. (Org.)**. [s.l.] Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

MADUREIRA, M. A. et al. Favela–lugar para se visitar ou evitar? As contradições na mídia sobre o turismo em favelas no Rio de Janeiro. **Verso e Reverso**, v. 32, n. 81, p. 168–186, 2018.

MAGALHÃES, A. O “legado” dos megaeventos esportivos: a reatualização da remoção de favelas no Rio de Janeiro. **Horizontes Antropológicos**, v. 19, n. 40, p. 89–118, 2013.

MAGALHÃES, A. A lógica da destruição: sufocamento, asfixia e resistências nas favelas do Rio de Janeiro. In: **Militarização no Rio de Janeiro: da pacificação à intervenção**. Editora Mórula ed. [s.l.: s.n.].

MAHARAJ, B. The turn of the south? Social and economic impacts of mega-events in India, Brazil and South Africa. **Local economy**, v. 30, n. 8, p. 983–999, 2015.

MANO, A. D. Turismo e desenvolvimento social em favelas: perspectivas e reflexões a partir das percepções de turistas e moradores. **Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Turismo e Hotelaria - Universidade Federal Fluminense**, 2015.

MANO, A. D.; MAYER, V. F.; FRATUCCI, A. C. Turismo de base comunitária na favela Santa Marta (RJ): oportunidades sociais, econômicas e culturais. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 11, n. 3, p. 413–435, 2017.

MBEMBE, A. Necropolítica. **Revista do PPGAV/EBA/UFRJ**, n. n. 32, 2016.

MENEZES, P. Será que estaremos aqui quando as Olimpíadas chegarem? Novas oportunidades e preocupações pós-UPP na “favela modelo”. **Trama: indústria criativa em revista ISSN 2447-7516**, v. 1, n. 1, 2015a.

MENEZES, P. V. Os rumores da ‘pacificação’: A chegada da UPP e as mudanças nos problemas públicos no Santa Marta e na Cidade de Deus. **Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 7, n. 4, p. 665–684, 2014.

MENEZES, P. V. **Entre o " fogo cruzado" e o " campo minado": uma etnografia do processo de " pacificação de favelas cariocas**. [s.l.] Rio de Janeiro, tese de doutorado em sociologia, Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro., 2015b.

MENEZES, P. V. Monitorar, negociar e confrontar: as (re) definições na gestão dos ilegalismos em favelas “pacificadas”. **Tempo Social**, v. 30, n. 3, p. 191–216, 2018.

MENEZES, P. V. **POSFÁCIO - Entre o “fogo cruzado” e o “campo minado”: uma etnografia do processo de “pacificação” de favelas cariocas**. Editora UFRJ ed. no prelo.

MILLER, D.; SLATER, D. *The Internet: an ethnographic approach*. 2001.

MISSE, M. Sujeição criminal: quando o crime constitui o ser do sujeito. **Dispositivos urbanos e trama dos viventes: ordens e resistências**, p. 77–91, 2015.

MOLS, A.; PRIDMORE, J. When Citizens Are “Actually Doing Police Work”: The Blurring of Boundaries in WhatsApp Neighbourhood Crime Prevention Groups in The Netherlands. **Surveillance & Society**, v. 17, n. 3/4, p. 272–287, 2019.

MORAES, C. A invenção da favela ecológica: um olhar sobre turismo e meio ambiente no Morro Babilônia. **Estudos de Sociologia**, v. 18, n. 35, 2013.

MORAES, C. Turismo em favelas: notas etnográficas sobre um debate em curso. **Plural-Revista de Ciências Sociais**, v. 23, n. 2, p. 65–93, 2016.

MÜLLER, M.; GAFFNEY, C. Comparing the Urban Impacts of the FIFA World Cup and Olympic Games From 2010 to 2016. **Journal of Sport and Social Issues**, v. 42, n. 4, p. 247–269, 2018.

NAEF, P. Touring the ‘comuna’: memory and transformation in Medellin, Colombia. **Journal of tourism and cultural change**, v. 16, n. 2, p. 173–190, 2016.

NAME, L.; FREIRE-MEDEIROS, B. Teleféricos na paisagem da favela latino-americana: mobilidades e colonialidades. **GOT, Revista de Geografia e Ordenamento do Território**, n. 11, p. 263–282, 2017.

NOVAES, S. C. O uso da imagem na antropologia. **O fotográfico. São Paulo: Hucitec**, p. 113–119, 1998.

OLIVEIRA, A. S. DE. **Favela Empreendedora: Os caminhos da informalidade com alternativa aod esemprego**. Texto apresentado no 41o Encontro Anual da Anpocs - GT33 - Trabalho, trabalhadores e ação coletiva: 2017

OST, S.; FLEURY, S. O mercado sobe o morro: a cidadania desce?: efeitos socioeconômicos da pacificação no Santa Marta. 2013.

PALERMO, L. C. A cobertura da mídia impressa eo enquadramento das favelas cariocas na linguagem da violência urbana. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 18, n. 1, p. 212–236, 2018.

PANDOLFI, D.; GRYNSPAN, M. Poder público e favelas: uma relação delicada. **Cidade: história e desafios. Rio de Janeiro: FGV**, p. 238–255, 2002.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, p. 200–215, 1992.

RANCIÈRE, J. **The politics of aesthetics**. [s.l.] Bloomsbury Publishing, 2013.

ROCHA, L. DE M. Democracia e militarização no Rio de Janeiro: “pacificação”, intervenção e seus efeitos no espaço público. **Militarização no Rio de Janeiro: da “pacificação” à intervenção. Rio de Janeiro: Mórula**, p. 223–239, 2018.

ROCHA, L. DE M.; CARVALHO, M. B. Da “cidade integrada” à “favela como oportunidade”: empreendedorismo, política e “pacificação” no Rio de Janeiro. **Cadernos Metrópole.**, v. 20, n. 43, p. 905–924, 2018.

ROCHA, L. DE M.; CARVALHO, M. B.; DAVIES, F. A. Crítica e controle social nas margens da cidade: etnografia de espaços de participação em favelas “pacificadas” do Rio de Janeiro. **r@u - Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS-UFSCar**, v. 10, p. 216–237, 2018.

ROCHA, L. DE M.; PALERMO, L. C. O morro está na calmaria’: mídia impressa e o repertório da paz no contexto da pacificação. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 8, n. 1, p. 25–40, 2015.

RODGERS, D.; O’NEILL, B. Infrastructural violence: Introduction to the special issue. **Ethnography**, v. 13, n. 4, p. 401–412, 2012.

ROY, A. Urban informality: toward an epistemology of planning. **Journal of the american planning association**, v. 71, n. 2, p. 147–158, 2005.

ROY, A. **Poverty capital: Microfinance and the making of development**. [s.l.] Routledge, 2010.

- ROY, A. Slumdog cities: Rethinking subaltern urbanism. **International journal of urban and regional research**, v. 35, n. 2, p. 223–238, 2011.
- RUI, T.; FELTRAN, G. Guerra e Pacificação: palavras-chave do conflito urbano contemporâneo (Nota do Comitê Migrações e Deslocamentos). **Boletim Informativo**, n. 18, 2015.
- SALAZAR, N. B. Exposing sports mega-events through a mobilities lens. 2017.
- SÁNCHEZ, F.; BROUDEHOUX, A.-M. Mega-events and urban regeneration in Rio de Janeiro: planning in a state of emergency. **International Journal of Urban Sustainable Development**, v. 5, n. 2, p. 132–153, 2013.
- SANJURJO, L.; FELTRAN, G. Sobre lutos e lutas: violência de Estado, humanidade e morte em dois contextos etnográficos. **Ciência e Cultura**, v. 67, n. 2, p. 40–45, 2015.
- SASSEN, S. The Global City: Introducing a Concept. **Brown Journal of World Affairs**, v. 11, p. 27, 2005 2004.
- SHAW, I. G. The Urbanization of drone warfare: policing surplus populations in the dronepolis. **Geographica Helvetica**, v. 71, n. 1, p. 19–28, 2016.
- SHAW, I. G. R.; AKHTER, M. The unbearable humanness of drone warfare in FATA, Pakistan. **Antipode**, v. 44, n. 4, p. 1490–1509, 2012.
- SHELLER, M. Sociology after the mobilities turn. In: **The Routledge handbook of mobilities**. [s.l.] Routledge, 2014. p. 65–74.
- SHELLER, M.; URRY, J. The new mobilities paradigm. **Environment and planning A**, v. 38, n. 2, p. 207–226, 2006.
- SILVA, I.; ROCHA, L. DE M. Associações de moradores de favelas e seus dirigentes: o discurso e a ação como reversos do medo. **JUSTIÇA GLOBAL. Segurança, tráfico e milícias**, v. 1, p. 37–47, 2009.
- SIMMEL, G. A metrópole e a vida mental. **O fenômeno urbano**, v. 4, p. 11–25, 1979.
- SOUZA, P. L. A. **Entre becos e ONGs: Etnografia sobre engajamento militante, favela e juventude** Tese apresentada ao PPGA/UFF, , 2017.
- TELLES, V. Cidade: produção de espaços, formas de controle e conflitos. **Revista de Ciências sociais**, v. 46, n. 1, p. 15–41, 2015.
- TELLES, V. DA S. **A cidade nas fronteiras do legal e ilegal**. [s.l.] Argumentum, 2010.
- URRY, J. **O Olhar do Turista**. [s.l.] Studio Nobel, 1996.
- VALLADARES, L. **A invenção da favela: do mito de origem a favela. com**. [s.l.] editora FGV, 2005.
- VALLADARES, L. Os dez mandamentos da observação participante. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 22, n. 63, p. 153–155, 2007.

VIANNA, A. Tempos, dores e corpos: considerações sobre a ‘espera’ entre familiares de vítimas de violência policial no Rio de Janeiro. **Dispositivos urbanos e tramas dos viventes: ordens e resistências**, 2015.

VIANNA, A.; FARIAS, J. A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. **cadernos pagu**, n. 37, p. 79–116, 2011.

VITAL DA CUNHA, C. Religião, grafite e projetos de cidade: embates entre “cristianismo da batalha” e “cristianismo motivacional” na arte efêmera urbana. **Ponto Urbe. Revista do núcleo de antropologia urbana da USP**, n. 15, 2014.

VITAL DA CUNHA, C. Grafites do amor, da paz e da alegria na cidade Olímpica: interfaces entre política, arte e religião no Rio 2016. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 53, n. 3, p. 499–507, 2017.

YÚDICE, G. **The Expediency of Culture: Uses of Culture in the Global Era**. [s.l.] Duke University Press, 2004.